

O ESSENCIAL SOBRE

Sidónio Pais

António Araújo

N IMPRENSA
NACIONAL

IN IMPRENSA
NACIONAL

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O ESSENCIAL SOBRE

Sidónio Pais

O E S S E N C I A L S O B R E

Sidónio Pais

António Araújo

Índice

- 7 **O capote**
- 13 **Caminha**
- 19 **Coimbra**
- 33 **Lisboa**
- 51 **Berlim**
- 67 **De súbito, dezembro**
- 75 **Belém**
- 99 **Da estação ao Panteão**
- 121 **Epílogo**
- 129 **Cronologia breve**
- 131 **Guia de leituras**

O capote

... era de mescla de lã cinzenta com gola vermelha, tendo esta duas estrelas com cinco pontas e em relevo, na parte central, as cinco quinas. Na parte inferior da folha externa das duas mangas, cada qual com sessenta centímetros de comprimento, destacava-se o distintivo de Presidente da República e Comandante em Chefe das Forças de Terra e Mar. E, na face anterior direita do capote, dois orifícios distando entre si cento e setenta e cinco milímetros, um dos quais junto ao bolso.

O colete era de lã preta com costas de cetineta da mesma cor, sendo forrado de cetineta branca. No quarto direito, dois orifícios, distando entre si cento e cinquenta e sete milímetros. E, na parte posterior do colete, uma presilha com fivela preta, tendo cosida no forro uma etiqueta de pano branco com as seguintes palavras, umas impressas, outras escritas à mão:

«LOURENÇO & SANTOS
148 R. 1.º de Dezembro – Lisboa.
Genero. Collete. Data 23/8/916
Ex.mo. Sr. Dr. SIDONIO PAES.»

Também a camisa tinha inscrito atrás o nome do fabricante, «Pitta & C.^a – Rua Augusta, 197. – Lisboa», mas, não fora o dizer manuscrito no capote, com o nome do proprietário, e ninguém poderia garantir, com absoluta e insofismável certeza, que as vestes pertenciam ao cadáver daquele a quem então chamaram «Grande Morto», Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais.

O corpo repousava agora numa mesa coberta por lençóis, colocada no claustro inferior dos Jerónimos, a poucos metros do túmulo de Alexandre Herculano. Na véspera, foi esse o lugar que o doutor Asdrúbal António d'Aguiar, chefe de serviço do Instituto de Medicina Legal¹, indicara para a realização do exame pericial, realizado sensivelmente entre o meio-dia e as dezassete horas de 17 de janeiro de 1919, cerca de um mês depois da morte, a qual ocorrera por volta das vinte e três horas e cinquenta minutos da noite de 14 de dezembro de 1918, à entrada da Estação do Rossio, em Lisboa.

O cadáver estava depositado numa urna de mogno com tampa de vidro, cristal *biseauté*, e foi de lá que o retiraram para que aquele médico-legista o autopsiasse com o auxílio do doutor Geraldino da Silva Baltazar Brites, chefe do serviço de tanatologia do IML, de Raul d'Abreu, preparador da secção de fotografia, de Rodrigo Gonçalves da Silva, datilógrafo, e de Artur

1 E futuro autor de obras da sua especialidade, tais como: *Afrodísíacos e Anti-Afrodísíacos*, de 1941; *Hímenes Anómalos. Formas Raras e Curiosas*, de 1928; *Um Caso de Bi-Revirginação Espontânea*, de 1949; ou *Hímenes Complacentes*, de 1951.

Eugénio, servente do necrotério. Assistiram também ao exame o doutor Alfredo Augusto Ricois Pedreira, juiz de direito do terceiro juízo de instrução criminal, o escrivão Fortunato de Jesus Pereira, o oficial de diligências José Ferreira dos Santos e o doutor Manuel do Amaral, subdelegado do procurador da República na quarta vara. Além destes, estiveram presentes os doutores Manuel António Moreira Júnior, Joaquim José Marques da Silva Araújo e Artur Ravara, médicos que, no Palácio de Belém, haviam procedido ao embalsamento do cadáver, José Bento Garcia, requisitado à Faculdade de Medicina, o governador civil de Lisboa, António Miguel de Sousa Fernandes, e o diretor da Casa Pia de Lisboa, doutor António Aurélio da Costa Ferreira, tendo estes dois últimos testemunhado que o morto era, sem margem para dúvidas, Sidónio Pais, cujo nome, de resto, constava da etiqueta da firma Lourenço & Santos cosida no forro da parte de trás do colete. Quanto ao capote, foi apresentado pelo governador civil Sousa Fernandes, e a meio do exame apareceu o secretário de Estado do Comércio, professor doutor Azevedo Neves, diretor do Instituto de Medicina Legal, que também observou o falecido (curiosamente, pouco tempo antes de ser assassinado, Sidónio assinara os decretos que reformaram aquele instituto).

Ao fim de demoradas medições e observações, entenderam todos que, para apuramento da causa da morte, era desnecessária a autópsia da cabeça, pelo que o juiz de direito, ouvido o magistrado do Ministério Público, dispensou a abertura dessa região do corpo. Para a entrega do relatório, os peritos pediram quarenta dias, prazo que o juiz deferiu, sendo o cadáver devolvido de seguida aos

médicos embalsamadores, que lhe deram uns retoques, após o que foi vestido de novo e colocado na urna.

Além do corpo e das roupas (um capote, um colete, uma camisa, um cinturão, um par de suspensórios de algodão castanho e duas ceroulas de *crépon* branco), o doutor Asdrúbal d'Aguiar examinou ainda uma pistola, um carregador e cinco balas. No seu relatório, datado de 25 de abril de 1919, concluiu o que todos sabiam, até porque o crime fora público: Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais fora alvejado por um, dois ou mesmo três tiros de uma pistola Browning Patent Breveté S.G.D.G. n.º 643253, calibre 32, de 7,5mm. Um deles atravessou sucessivamente o músculo grande peitoral do presidente, o segundo espaço intercostal, a pleura visceral, o lobo inferior do pulmão, o diafragma e a pleura parietal costal, a cartilagem costal correspondente à sétima, à oitava, à nona e à décima costelas e os tecidos moles da região do hipocôndrio, tudo do lado direito, sendo a morte causada por uma ferida provocada por arma de fogo na região mamária direita de Sidónio, com perfuração do pulmão direito, fígado e via cava inferior, hemotórax direito e derrame hepático peritoneal. Mais dizia o relatório, para que dúvidas não restassem, que as lesões «que foram causa de morte eram necessariamente mortais» e que existira clara intenção de matar, quer pela arma utilizada, quer pela região atingida pelas suas balas. A Browning fora disparada pela frente e pela direita de Sidónio, mas os peritos foram incapazes

de determinar ao certo a que distância estava o topo da arma do corpo do presidente, concluindo apenas que era superior a trinta e dois centímetros. A «importância das vísceras lesadas» permitiu dizer que a morte sobreveio rapidamente, não mais do que dez ou quinze minutos após o ferimento.²

Ainda assim, Sidónio terá tido tempo de proferir uma frase derradeira, ou assim reza a lenda. Numa versão grandiloquente, inventada pelos jornalistas Belo Redondo e Reinaldo Ferreira, o famoso «Repórter X» do jornal *O Século*, Sidónio clamou, antes de exalar o último suspiro: «Morro bem! Salvem a Pátria!» Noutra versão, mais popular e terra a terra, terá suplicado aos que se precipitavam sobre ele: «Não me apertem, rapazes.» No parlamento, não muito depois, abrir-se-iam acesas querelas entre os deputados sobre quais terão sido ao certo as últimas palavras do presidente, ainda que o seu filho António, presente no local do crime, haja garantido anos depois que o pai não proferiu frase de espécie alguma.

Tinha quarenta e seis anos, foi o quarto presidente da República Portuguesa, exerceu funções durante pouco mais de um ano, trezentos e setenta e quatro dias, e os seus restos mortais encontram-se hoje arquivados no Panteão Nacional, em Lisboa.

2 Cf. Asdrúbal António d'Aguiar, *Exames Periciais no Cadáver do Presidente da República Dr. Sidónio Pais, no Vestuário e na Arma Agressora*, separata dos *Arquivos do Instituto de Medicina Legal de Lisboa*, Série B, volume V, Lisboa, 1921.

A par dos de Amália e de Eusébio, o seu é dos poucos túmulos que se encontram regularmente adornados por flores, aí levadas por cidadãos anónimos, diz-se que crentes no espiritismo.

Caminha

Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais nasceu pelas nove horas da manhã do dia 1 de maio de 1872, na casa dos seus pais, no n.º 115 da rua Direita, em Caminha, uma habitação arrendada que, por volta de 1912, era pertença do cónego António Joaquim do Rego, que a deixaria em testamento à sua criada, conhecida na terra como «Joaquina do Cónego». Recentemente, e atendendo ao seu estado de quase ruína, houve a intenção de a converter em Casa-Museu Sidónio Pais. Segundo a imprensa, a edilidade caminhense chegou a investir mais de um milhão de euros nesse projeto, do qual pouco mais se soube.

O seu pai, Sidónio Alberto Marrocos Pais (1846-1883), era notário e secretário judicial, e a mãe, Rita Júlia Cardoso da Silva (1844-1919), doméstica. As famílias tinham ligações desde há muito e o avô materno de Sidónio, António Serafim Cardoso (1814-1887), fora mesmo padrinho de batismo de um dos filhos do seu avô paterno, Bernardo José

Pais de Azevedo (1799-1878). Eram ambos liberais – Bernardo, natural de Barcelos, refugiara-se no Porto em fuga aos miguelistas, estabelecendo-se depois em Caminha como escrivão de direito e tabelião do 2.º Ofício, e António, nascido no concelho de Ribeira de Pena, fora soldado do Batalhão de Voluntários da Rainha, após o que, num percurso cívico e profissional em tudo semelhante ao de Bernardo, se fixou em Caminha como titular do 1.º Ofício do tabelionato.

O pai de Sidónio seguiu-lhes as pisadas no funcionalismo judicial, e o seu apelido Marrocos levaria a que, anos volvidos, os críticos do «Presidente-Rei» lhe apontassem origens norte-africanas, denunciando o «caráter impulsivo do descendente de berberes, degenerada raça de pretoídes, conhecida desde a mais alta antiguidade»³. E mesmo os seus mais ardorosos defensores afiançaram que o pai Marrocos apresentava um «tipo caracteristicamente árabe», havendo nele «a nota dolente das raças orientais que indica o sonhar de imaginações criadoras»⁴. Ao tipo paterno de Sidónio Pais atribuíram-se também os problemas mentais que afetaram dois dos seus irmãos, Aureliano e Ana da Glória, dizendo-se igualmente que um tio seu do lado da mãe, que se ordenara padre em Braga, morreu no Brasil atacado de demência.

3 António de Albuquerque, *Sidónio na Lenda. Estudo Crítico*, Lisboa-Porto, 1922, p. 13.

4 Maria Feio, *Sidónio Pais através do Coração*, Lisboa, 1921, pp. 161-162.

Pese ter ajudado financeiramente a mãe e a família quando já era lente em Coimbra e oficial do Exército, Sidónio pouca ligação manteve com a sua terra natal. Visitá-la-ia – e à casa materna, agora sita na Praça Conselheiro da Silva Torres – na qualidade de presidente, para gáudio dos seus conterrâneos, a quem, segundo a reportagem colorida mas altamente ficcionada de Rocha Martins, tratou em janeiro de 1918 como «meus amigos», respondendo estes com um brado em unísono: «Viva o sr. Sidónio!... Viva o nosso menino... Viva o filho da sr.^a D. Rita! E viva ela!» Diante de todos, que choravam muito, o chefe do Estado encostou-se ao «peito da velhinha» e beijou-a enternecidamente («minha mãezinha...»), enquanto a multidão gritava: «É como o rei! É como o rei!» D. Rita agradeceu as simpatias, mas acrescentou, em jeito premonitório: «Mas há os perigos de quem está muito alto... enfim...»⁵ Meses depois, nem sequer lhe diriam que o seu filho morrera, assassinado a tiro, para não agravar a doença que acabou por vitimá-la em 9 de março de 1919.

Sidónio foi batizado cerca de um mês depois de nascer, em 6 de junho de 1872, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, em Caminha, tendo como padrinhos o seu avô paterno, Bernardo José Pais de Azevedo, e a sua tia materna, Claudina Cardoso da Silva Coelho. Do casamento de Sidónio Marrocos e Rita Júlia nasceram ainda, além de Sidónio, Rita, em 1873; Alberto, em 1874, falecido

5 Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, 1921, pp. 100-101.

poucos anos depois, em 1877; António, em 1876; Ana da Glória, em 1878, falecida muito nova, aos doze anos; um novo Alberto, em 1881; e Aureliano, em 1883.

Em 1879, a vida familiar sofre uma inesperada mudança, ditada por motivos que se ignoram, naquela que foi a primeira zona de sombra da biografia do futuro presidente. Em resultado de calúnias, segundo se diz, o pai foi demitido das funções que exercia em Caminha, pena comutada em transferência para a Beira Baixa, primeiro em Pedrogão, pouco depois para a Sertã.

Até aos onze anos, Sidónio viveu aí com os pais e os irmãos, pouco se sabendo da sua infância. Obteve, possivelmente, a instrução elementar na escola oficial, ainda que, como salienta o seu principal biógrafo⁶, quer o pai quer a mãe tivessem instrução suficiente para alfabetizarem e ensinarem os filhos em casa. A par da educação religiosa e moral ministrada por dois sacerdotes, o padre Francisco Lourenço Cardoso e o padre João Alves do Souto (este ensinou-o ainda a tocar violino, do qual foi um exímio praticante), Sidónio recebeu igualmente, e como é natural, o influxo do ambiente burguês de província em que nasceu e cresceu, não sendo improvável que haja acolhido também algo do ideário liberal dos seus dois avôs e, crê-se, do seu pai.

6 Cf. Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, 2 volumes, Coimbra, 2006, obra inultrapassável do ponto de vista da profundidade da investigação realizada e da vastidão da informação mobilizada sobre o trajeto biográfico de Sidónio Pais.

Em 1883, novo acontecimento infausto: no dia 27 de agosto desse ano, pelas quatro da tarde, quando se encontrava em Dornes, na casa de uma família amiga, Sidónio Alberto faleceu subitamente, vítima de pneumonia. Segundo a tradição familiar, a morte ocorreu na presença do primogénito, já que ambos se haviam deslocado a casa dos Cotrim Garcez para participarem numa festa ou num banquete. Não se sabendo em rigor se a história é verdadeira – e se Sidónio Alberto, além do filho mais velho, estaria também acompanhado da mulher e da restante família –, o certo é que, tenha ou não presenciado a morte repentina do pai, esta terá tido um impacto profundo na vida do jovem Sidónio, desde logo porque deixou a sua mãe viúva e com seis filhos a cargo, o mais novo dos quais com apenas dois meses de vida.

A família regressou de imediato a Caminha, com um jornal local a noticiar tal facto, acrescentando uma nota *à clef* que, se acaso hoje a soubéssemos interpretar, talvez explicasse a razão da demissão de Sidónio Alberto e do desterro da família Pais para a Beira Baixa: «Estimamos e oxalá que a presença d’esta estimável família faça nascer o remorso no coração de quem foi, talvez, a causa da sua viuvez e orfandade se ele produzisse a regeneração do arrependimento!...» (*A Estrela de Caminha* de 11 de setembro de 1883)

Entre os amigos da família, destacava-se o doutor Luciano Pereira da Silva, que seria padrinho de dois dos filhos de Sidónio Pais e que teve uma trajetória de vida que quase parece tirada a papel químico da sua, ou vice-versa: nascimento em Caminha, incorporação no Exército, preparatórios

em Coimbra para ingresso na Escola do Exército, curso de Engenharia Militar, regresso à Universidade e doutoramento em Matemática, catedrático de Ciências, morte violenta, assassinado à faca na Lusa Atenas por um alienado a quem costumava dar esmola.

Não sendo improvável que Sidónio quisesse seguir-lhe o exemplo, rompendo com a tradição jurídica familiar, é facto que «cedo se encantou pelas casernas», nas palavras de um dos seus biógrafos⁷, tanto mais que, a par do sacerdócio, a carreira das armas era uma saída profissional segura, que garantia um módico rendimento a jovens que, como ele, tivessem ficado órfãos de pai muito cedo, não dispondo de bens de família ou rendimentos capazes de lhes garantir o sustento.

Numa infância sombria, marcada pela morte do irmão Alberto e do pai, Sidónio foi, asseveram, um «órfão tristonho», mas que ainda assim pôde crescer num ambiente estável e relativamente confortável, protegido pelo tio-avô Tomás da Silva Coelho e pela esposa deste e sua madrinha, D. Claudina. Muito novo, enamorou-se de uma prima, também Claudina, inaugurando assim uma carreira de sedutor e *tombeur de femmes* que só terminou com a sua morte, ou nem isso, tantas foram as que o choraram e desmaiaram de dor junto ao caixão de mogno negro, com tampa de cristal *biseauté*.

7 José Brandão, *Sidónio. Contribuição para a História do Presidencialismo*, Lisboa, 1983, p. 26.

Coimbra

Aos treze anos, com o amparo financeiro da tia Claudina, Sidónio instalou-se em Coimbra, no n.º 5 do Largo do Hospital. Inscrito no Seminário Maior Episcopal como aluno externo, ou «formigão», frequentou e foi aprovado em Geografia e História. Em 1886, regressou a Viana, onde, igualmente como aluno externo, fez exame de Geografia, Introdução e Aritmética. No ano seguinte foi autorizado a matricular-se como voluntário no curso preparatório para as armas especiais e corpo do Estado-Maior, o que implicava a frequência de disciplinas das faculdades de Matemática e de Filosofia e da cadeira de Economia Política, na Faculdade de Direito. Logo no final do primeiro ano na Universidade, surge como aluno premiado, distinção que manterá até ao final do curso. Em 1888, alistou-se como voluntário no Regimento de Infantaria n.º 23, em Coimbra, acumulando com os estudos universitários, que prosseguiu a bom ritmo, sem dramas nem sobressaltos. Tendo

sempre boas classificações, não se destacou pelo seu brilho, na academia e fora dela, e pouco se sabe das amizades que terá ou não cultivado, como pouco se sabe sobre que marcas terão tido nele os debates e as controvérsias da «geração de 90». Anos mais tarde, ao intervir no Senado em setembro de 1911, puxará dos galões de republicano, dizendo que essa era uma convicção sempre mantida desde os quinze anos. Não existem, todavia, indícios que o atestem, como não há quaisquer provas de que, como também afirmou naquela ocasião, tenha assinado o manifesto académico contra o Ultimato, lançado em 1890 pelo terceiranista de Direito João de Menezes (na altura, de resto, encontrava-se já em Lisboa, na Escola do Exército, o que torna ainda mais inverosímil – e patentemente falsa – aquela afirmação sua no Senado). Numa fotografia, vemo-lo sentado numa sala de aula, rodeado de crânios, tendo por mestre Bernardino Machado, seu professor de Antropologia e Paleontologia e futuro adversário político. Sabe-se também que, por volta do seu terceiro ano, iniciou a aprendizagem do alemão, através do francês, que retomaria mais tarde, a partir de 1895, e que por certo o auxiliaria quando, anos depois, representou Portugal na capital do Reich (ainda que os relatórios confidenciais germânicos dissessem que falava pessimamente a língua de Goethe). Quanto ao resto, uma incógnita, que certamente ficou a dever-se a uma dedicação exclusiva ao estudo, quer na Universidade, quer no Exército.

Em 11 de novembro de 1890, e como atrás se disse, recebeu o aviso para recolher à Escola do

Exército, em Lisboa, estando destinado à arma de Artilharia. Por isso, foi obrigado a suspender a frequência do quarto ano, no qual já estava matriculado. Na capital, instalou-se num prédio anexo à escola, no n.º 2, 1.º andar, do Largo do Cabeço de Bola. A inspeção médica a que foi sujeito detetou, como seus «sinais característicos», 1,68m de altura, olhos castanhos, nariz e boca regulares, cabelos castanhos e um rosto oval de cor pálida.

Em Coimbra, tinha sido contemporâneo de Norton de Matos; agora, em Lisboa, cruzou-se com Óscar Carmona, o qual, como aspirante de Cavalaria, entrara para a Escola do Exército ao mesmo tempo que ele. Foram «amigos, sem grande intimidade», e, curiosamente, Carmona estará com ele na Rotunda, no golpe de dezembro de 1917 que levaria Sidónio à Presidência da República.⁸ Anos depois, os corpos de um e outro repousariam lado a lado na Sala do Capítulo dos Jerónimos, até serem ambos trasladados para o Panteão Nacional de Santa Engrácia.

Na Escola do Exército, Sidónio Pais cumpriu os anos letivos de 1890-1891 e de 1891-1892, mas, para quem se afirmaria mais tarde pelo lustro das fardas e pelo garbo militar, não se destacou como estudante, bem longe disso, terminando com 11,5 valores, em décimo primeiro lugar numa leva de trinta alunos de Artilharia. Foi alvo, aliás, de uma punição disciplinar de seis dias de detenção, por «não declarar a verdade, quando se procedia a

8 Cf. Leopoldo Nunes, *Carmona. Estudo Biográfico*, Lisboa, 1942, p. 58.

averiguações, motivadas por infrações disciplinares cometidas por um seu camarada, aluno da escola». Do que se passou em concreto nada se sabe, como se ignora se, à semelhança dos seus camaradas, ocupou os tempos livres nos cafés e em idas aos teatros, ou em passeios por Lisboa e arredores. O mais que o seu principal biógrafo apurou é que datam desta altura os seus primeiros devaneios literários, em verso e em prosa, que prudentemente guardou na gaveta.⁹

Seguiu-se a colocação no Regimento n.º 2 e o tirocínio no polígono de Vendas Novas. Na Escola Prática de Artilharia, o futuro general e homem de letras José Fernandes da Costa captar-lhe-ia o perfil de forma certa, notando nele «uma espécie de retraimento, de gravidade, que logo nos chamou a atenção para a sua compostura de pensador e, aparentemente, de triste».

Colocado em Torres Novas, aí conheceu Brito Camacho, que viria a ter um papel determinante no seu futuro político. Anos depois, Camacho diria que achou de imediato «infinda graça» àquele moço «muito novo, muito inteligente, duma grande vivacidade» e, bem assim, à sua «desenvoltura académica, mais exuberante de gestos que de palavras». No entanto, adiantou, «a sua cultura literária deixava muito a desejar, e a sua cultura científica, à parte as matemáticas, era tão insuficiente como a sua cultura literária».¹⁰

9 Cf. Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, volume 1, cit., pp. 49ss.

10 *A Lucta* de 18 de setembro de 1919.

Em novembro de 1893, recebeu guia de marcha para Amarante, terra onde reencontrou um condiscípulo de Coimbra, Aníbal Martins Bessa, licenciado em Direito, com cuja irmã mais nova casaria em 2 de fevereiro de 1895, na Igreja de São Gonçalo, em Amarante, no regime de separação de bens. Filha de um negociante de tabacos, cinco anos mais velha do que Sidónio, Maria dos Prazeres Martins Bessa nascera em Amarante, em 1868. O casal teve cinco filhos: Sidónio (1896-1977), António (1897-1987), Maria Sidónia (1899-1985), Afonso (1901-1995) e Pedro (1902-1930).

A esses acrescentaria Sidónio uma filha fora do casamento, Maria Olga Manso Preto, nascida em 1907 de uma relação que manteve com Ema Manso Preto, mulher que conhecera dois anos antes na Figueira da Foz. Apesar de serem ambos casados, chegaram a viver juntos em Coimbra, no Hotel dos Caminhos de Ferro, e depois em Lisboa. O romance terminaria por volta de 1912, mas nem isso o fez regressar ao lar. Quando se fixou em Lisboa, após o 5 de Outubro, já Sidónio e Maria dos Prazeres viviam praticamente separados e, ao assumir a Presidência, a mulher jamais participou em atos oficiais ou franqueou as portas do Palácio de Belém, que só conheceu em 1918, para participar nas exéquias fúnebres do marido e aonde não mais regressou.¹¹

11 O relacionamento extraconjugal com Ema Manso Preto teve, entre outras consequências, um efeito curiosíssimo: em 13 de dezembro de 1926, o jornal oficial publicou o decreto n.º 12 814, o qual, manifestando, em nome do governo da Ditadura Militar, «profunda

Sidónio, de resto, não enjeitava a fama de sedutor, dizendo que começara a namorar aos dez anos. Sustentava, a este propósito, que se adquiria o vício de conquistador pela mesma razão com que se principiava a fumar, uma analogia curiosa para quem, como ele, era um inveterado consumidor de cigarros *Baunilhas* e *Antoninos*.

O casamento com Maria dos Prazeres Bessa fê-lo entrar num círculo mais elevado do que aquele que até então conhecera e, sobretudo, proporcionou-lhe o acesso a uma rede de sociabilidades em que avultavam duas figuras que viriam a ser essenciais na sua carreira futura: o dr. Miguel Pinto Martins, tio materno da noiva, cacique progressista em Amarante e senhor de uma considerável fortuna (*o Flôr do Tâmega* definia-o como «um dos mais notáveis jurisconsultos do país, proprietário e capitalista»); e, através deste, António Cândido Ribeiro da Costa, mais conhecido somente por António Cândido, doutor em Direito e professor da Universidade de Coimbra, militante progressista, par do reino e deputado, procurador-geral

admiração pelo grande patriota e indefetível republicano que foi Sidónio Pais», se dispôs a «reparar a falta cometida com a família de tão grande cidadão». Fê-lo em dois artigos, o primeiro atribuindo à viúva Maria dos Prazeres Martins Bessa Pais uma pensão de sangue e o segundo concedendo idêntica pensão à filha Maria Olga Manso Preto, que fora batizada em 1910 como filha de pais incógnitos e perfilhada só após o casamento de Ema Manso Preto ter sido dissolvido por óbito do marido, em 1916, numa altura em que, por incompatibilidade de feitos, já terminara há quatro ou cinco anos o seu relacionamento com Sidónio Pais.

da Coroa, ministro do Reino, da Instrução Pública e das Belas-Artes em 1890, conselheiro de Estado em 1902 e presidente da Câmara dos Pares em 1905 (anos depois, em dezembro de 1918, e em representação da Universidade de Coimbra, António Cândido marcará presença, de borla e capelo, nas exéquias fúnebres do seu protegido).

Graças ao patrocínio destes dois homens, Sidónio passou a conhecer as vantagens do sistema português da cunha e do compadrio, seguindo à risca aquele ditado da Galiza e de Cuba que assevera que «*o que non ten bon padriño non se bautiza*». Regressado a Coimbra, onde se instalou com a mulher numa das melhores zonas da cidade, ao pé do Largo da Sé Velha, foi nomeado em 1896 para a Comissão de Trabalhos Balísticos, presidida pelo major Fernandes Costa, que o conhecera em Vendas Novas. A intervenção amiga de António Cândido permitiu-lhe acumular as obrigações militares e retomar os estudos, garantindo-lhe que só teria de deslocar-se a Lisboa quando fosse estritamente necessário. Sidónio não desmereceu o empenho e, em 1897, tornou-se bacharel com a classificação final de «muito bom» (19 valores), a mais alta do curso matemático e a segunda mais alta do curso filosófico.

Depois, fez o *cursus honorum* da profissão académica: foi aprovado *nemine discrepante* no exame de licenciatura em 16 de maio de 1898 e, logo em julho, realizou o chamado «doutoramento científico» com uma dissertação inaugural intitulada *Introdução à Teoria dos Erros das Observações*, na qual, segundo o seu biógrafo Armando Malheiro da Silva, nada inovou cientificamente,

primando apenas pela pertinência e atualização da bibliografia. Depois, requereu a obtenção do grau de doutor, que lhe foi conferido em cerimónia realizada em 24 de julho de 1898, para a qual se preparou lendo atentamente as regras do ritual da praxe e para a qual convidou a mãe, os irmãos, a madrinha, a prima Claudina e o dr. Miguel Pinto Martins, seu benfeitor.

Três dias depois, foi mobilizado para Moçambique, mas os empenhos de António Cândido («Pedi, como eu sei pedir», chegou este a dizer-lhe) possibilitaram uma solução engenhosa que lhe permitiu permanecer na metrópole e prosseguir a carreira académica: trocou de lugar com um camarada de armas e acabou colocado no Regimento de Artilharia n.º 5 e, logo depois, na Comissão de Baterias de Costa.

Faltava o ato final do concurso para professor de Matemática, ao qual se apresentou com a dissertação *A Determinação da Figura da Terra pelas Observações da Gravidade*, que dedicou a um dos seus protetores, o general José Estêvão de Morais Sarmiento. O concurso, porém, seria ensombrado por acusações de favoritismo e de falta de imparcialidade do júri, deduzidas por outro candidato, António dos Santos Lucas, que argumentou que alguns lentes o haviam estimulado a concorrer, mas que depois lhe sugeriram que desistisse com a promessa de abertura de uma nova vaga. O caso transbordou para os jornais, que deram conta, inclusive, de que, em plena Baixa da cidade de Coimbra, Sidónio pedira explicações ao colega e o agredira fisicamente. A polémica acabou por acalmar, a imprensa ora

tratou o incidente com moderação, ora tomou o partido de Sidónio, o mesmo sucedendo com o reitor e com o *establishment* académico, mas o mais curioso de tudo é que o visado, Santos Lucas, acabaria por ter uma carreira em tudo semelhante à do seu agressor, exercendo a docência universitária na Escola Politécnica e na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (onde, em 1922, introduziu, pela primeira vez, a Teoria da Relatividade no programa da disciplina de Física Matemática), e acumulando o professorado com a profissão das armas, na qual atingiu o posto de coronel da arma de Engenharia, e com uma passagem pela política e pelo alto funcionalismo, como ministro das Finanças, em 1914, e administrador da Casa da Moeda e da Caixa de Previdência do Ministério da Educação.

Instalado na academia no início de 1899 (tomou posse do cargo a 11 de janeiro desse ano), Sidónio só produziria os trabalhos estritamente exigidos pela sua carreira, nada publicando fora disso em livro ou em revistas científicas e outras, e não parece ter deixado especial lembrança entre os que foram seus alunos. Aderiu, porém, e ativamente, à prática da «cunha», como o atesta a sua correspondência com o protetor António Cândido, a ponto de uma suspeita de compadrio, levantada por outro lente, o ter levado a abrir uma pendência com este, com testemunhas e tudo, a qual, se não tivesse sido resolvida a tempo, poderia ter terminado em duelo.

Fora isso, levava uma vida pacata e burguesa, com os serões passados a tocar peças de Beethoven, Schubert e Mozart em dueto com a mulher, ele ao violino, ela ao piano, ou a conviver em tertúlias

com amigos, colegas e antigos condiscípulos – Luciano Pereira da Silva, Henrique de Figueiredo, Costa Lobo, José Tavares, Daniel Ferreira de Matos, Álvaro de Lima Henriques e até Afonso Costa –, com quem cavaqueava e jogava às cartas. Pouco antes, mudara-se da rua do Cabido para uma casa numa zona mais sossegada da cidade, a Arregaça, no n.º 78 da Estrada da Beira, perto da casa da mãe de Álvaro Cunhal. Aí nasceu já o seu segundo filho, António. Poupado e previdente, tornou-se sócio da Cooperativa Militar, da Cooperativa dos Funcionários Públicos do Distrito de Coimbra e da Liga dos Funcionários Públicos, aderiu ao mutualismo, fez um seguro de vida na Reserva Mútua, uma apólice no Portugal Previdente e, mais tarde, um seguro de vida com risco de guerra na Mutual Life. Comprou ações e investiu em cooperativas de habitação, como a Cooperativa de Pão A Conimbricense e a Cooperativa Predial Portuguesa. Os papéis privados mostram também que iniciou uma espécie de diário, muito breve e fragmentado, e que ajudava financeiramente a mãe e os irmãos. Além de gastar algum dinheiro ao jogo, o rol de despesas revela um pormenor importante: o investimento e o esmero na sua apresentação pessoal. Começou por essa altura a frequentar alguns clubes e agremiações de Coimbra, como o Coimbra Club e o Grémio Literário-Recreativo, em cujos serões de jogo, bailes, saraus musicais e tertúlias participou com alguma regularidade. Menos assídua, quase nenhuma, era a sua presença nos teatros e salas de espetáculos da cidade.

Em 1904, foi promovido a catedrático e, segundo parece, continuou a dar aulas e explicações particulares

(v.g., aos alunos do Colégio de S. Pedro), prática que mantinha desde os tempos de estudante. Começou, de igual modo, a lecionar na Escola Industrial Brotero, de que foi diretor, numa fase em que o ensino técnico-profissional era alvo de uma profunda reorganização levada a cabo pelo governo de João Franco. Por esta altura, e tendo deixado a família em Amarante, fez a sua primeira viagem ao estrangeiro, na companhia do colega e amigo Henrique de Figueiredo, num longo périplo ferroviário que o levou a conhecer San Sebastián, Biarritz, Pau, Lourdes, Toulouse, Nice, Monte Carlo, Milão, Locarno, Zurique, Berna, Genebra, Chamonix e Paris. Regressaria à Cidade-Luz em 1909 e em 1910, integrado em missões universitárias de estudo que lhe permitiram conhecer o ensino na Sorbonne e a atribulada vida política francesa da época.

Na academia, assistiu obviamente aos tumultos gerados pela Revolta do Grelo, em 1903, e pela greve de 1907, mas, como sempre, não existem rastros de qualquer posição que haja tomado a este respeito (viu uma aula sua ser interrompida, saiu da sala, nada mais), do mesmo modo que não se lhe conhece opinião ou sequer vaga impressão sobre matérias políticas, ao contrário do que sucedia com os seus irmãos António e Alberto, sobretudo este, o qual não muito depois estaria na Rotunda no 5 de Outubro, ao lado de Machado Santos nas conspirações de 1916 e 1917 e, mais tarde, em 1935, teria ficha aberta na polícia política do Estado Novo.

Convocado a proferir a Oração de Sapiência na abertura do ano letivo de 1908-1909, teve aí o seu primeiro e grande *momentum* de afirmação

pública, para o qual se preparou cuidadosamente, fazendo uma alocução de toada progressista que, nas palavras de Cunha Leal, o situou «na vanguarda da *élite* nacional». Diagnosticou três defeitos na Universidade da sua época, a saber: a «subsistência das velhas formas da sua estrutura religiosa e clerical», uma afirmação indiscutivelmente ousada; a «anulação da iniciativa do aluno» («Do que menos se cuida é de desenvolver a iniciativa do estudante»); e, enfim, o desfazamento da academia em relação ao meio social envolvente, isto é, o facto de a educação intelectual continuar a ser um privilégio de ricos, defeito a que se obviaria através da promoção de cursos de extensão universitária abertos a todos. Em suma, rematou, a Universidade tinha de modernizar-se, «ou é pelo passado, pelo espírito de rotina, pela reacção enfim, e tem de morrer; ou é pelo progresso, pelo espírito científico, e pela liberdade, e tem de buscar em si própria a potência criadora, que há de, por uma transformação radical, torná-la o primeiro centro de educação da mocidade portuguesa». ¹² A imprensa livre-pensadora rejubilou, os jornais conservadores de Coimbra não noticiaram sequer o sucesso retumbante. De Nova Goa, o irmão António escreveu-lhe saudando a «oração muito brilhante», que deixara o «sobrolho carregado dos mais reacionários».

12 O texto desta Oração de Sapiência pode encontrar-se em Maria Alice Samara, *Sidónio Pais. Fotobiografia*, Lisboa, 2006, pp. 11-18.

Na frente militar, ascendera a alferes em 1892 e fora promovido a tenente em 1895 e a capitão em 1906. Foi nesse posto que recebeu a revolução de outubro.

Lisboa

Nas vésperas do 5 de Outubro, Sidónio era um «quase republicano», na curiosa caracterização de Belisário Pimenta, militar e maçom de Coimbra, fervente anticlerical. Na verdade, e a par de um ou outro gesto (em 1908 votara contra a designação de D. Manuel II como «Protetor da Universidade de Coimbra», alegando ser uma praxe antiquada, e participou nas atividades da Liga de Educação Nacional), não se lhe conhecem expressões públicas de adesão ao credo republicano, omissão que Sidónio justificava com os deveres de reserva impostos pela sua condição militar, mas que não o teriam impedido de, em privado, manifestar de forma mais nítida as suas convicções antimonárquicas ou de aderir a organizações como a Maçonaria, coisa que só faria após o triunfo da revolução de 1910.

Nesta também não exerceu papel algum, nem como militar, nem como civil, e se não pode ser considerado um «adesivo» ao novo regime, como muitos que então abundaram, o facto é que, em

larga medida, se desconhece o seu ideário na antecâmara do 5 de Outubro. Tudo indicia que, no íntimo, era republicano, como aliás os seus irmãos António e Alberto; nestes, porém, a correspondência privada revela uma maior clareza de atitudes, acompanhada, de resto, por um empenho cívico e político mais evidente. A maior reserva do primogénito da família não terá ficado a dever-se necessariamente a oportunismo ou a falta de coragem, tanto mais que Sidónio não hesitara até em envolver-se em confrontos físicos em defesa da sua honra; a explicação mais provável reside, por um lado, em ele ser ou em pretender ser o mais racional e cerebral da família, aquele a quem, por morte prematura do patriarca, coubera o encargo de zelar pela mãe e pela sua numerosa prole, onde avultava um filho com graves problemas do foro mental; e, por outro lado, no facto de Sidónio ter feito uma aposta a fundo na vida profissional e nos proventos que ela proporcionava, acumulando as carreiras militar e universitária com a Escola Industrial Brotero e com as aulas no Colégio de S. Pedro, a ponto de, em carta para o irmão, de 1908, se confessar exausto por excesso de trabalho. Se a isso juntarmos uma intimidade muito preenchida, com uma relação extraconjugal processada às claras na conservadora cidade de Coimbra, compreender-se-á que pouco tempo lhe restaria para atividades políticas ou conspirativas como as que se iam desenvolvendo intensamente por toda a parte, Coimbra incluída, e onde o seu nome jamais surgiu envolvido.

De súbito, tudo mudou. No dia 6 de outubro, o seu nome surge já como o quinquagésimo

subscritor, entre trezentas e sessenta e oito personalidades, de uma moção de saudação à República aprovada em sessão especial realizada na sala das sessões da câmara municipal de Coimbra. E, mais decisivamente, a 13 de outubro, Sidónio passou a integrar, como vereador, a comissão administrativa camarária da cidade, sendo igualmente designado como vice-reitor da sua Universidade. Numa trajetória imparável, em dezembro foi nomeado administrador do concelho interino e, mais tarde, membro do conselho de administração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, na qualidade de representante do Governo Provisório. Com isso cessou a sua efémera ação no município de Coimbra, a qual se saldara tão-só pela proposta de consagração do dia 1 de maio – por sinal, a data do seu aniversário – às comemorações do Dia do Trabalhador e pela participação na comitiva que, no início de novembro, recebeu a visita dos ministros do Interior e da Guerra, António José de Almeida e coronel Correia Barreto. Na Universidade, e em substituição do reitor, coube-lhe fazer o discurso de boas-vindas, não perdendo o ensejo para fazer profissão de fé no novel regime e nas suas esclarecidas lideranças.

A juventude monárquica de Coimbra não deixaria passar em claro o sem-número de cargos e de funções que Sidónio então detinha e, num artigo com o expressivo título «É proibido acumular...», saído no *Pátria Nova* de 30 de novembro de 1910, escrevia-se com ironia: «Há cá pelos arredores um cidadão que é: oficial de engenharia, diretor da Escola Brotero, professor de duas cadeiras

da Universidade, professor da Escola Industrial Brotero, vice-reitor da Universidade, presidente da Câmara Municipal, etc. E deste acumulador não falam os redentores da Pátria!» Se os cargos se acumulavam a um ritmo inaudito, a ponto de a dado passo gerarem escândalo até para a imprensa republicana, o mesmo sucedia quanto às faltas na Universidade, cujos registos académicos permitem notar um claro antes e depois da instauração da República: uma só falta entre janeiro e julho, uma falta em outubro, quatro em novembro, três em dezembro (o mesmo ocorrera já na comissão municipal de Coimbra, cujas atas atestam as frequentes ausências do seu presidente).

Sidónio era agora um nome em ascensão no firmamento republicano, que se relacionava com Bernardino Machado, Afonso Costa, António José de Almeida e, sobretudo, Brito Camacho, e que na Universidade de Coimbra era vice do reitor Manuel de Arriaga, tendo-se gorado a proposta, feita por alguns, de que fosse ele a ascender ao reitorado.

Arriaga acabaria por demitir-se das funções de reitor, no início de 1911, e, com ele, caiu também Sidónio Pais, o qual, entretanto, fora nomeado administrador da CP graças à intervenção de Brito Camacho, que ascendera à pasta do Fomento em novembro de 1910.

Em 20 de fevereiro de 1911, e à semelhança de vários futuros deputados às Constituintes (dos duzentos e trinta e quatro constituintes, cento e quarenta e seis tinham ou vieram a ter ligações maçónicas), seria iniciado na Maçonaria, na Loja Estrela d'Alva, n.º 289, do Rito Escocês Antigo e Aceito (REAA), que havia levantado colunas em 1908 e que pertencia ao Vale de Coimbra, tendo

como venerável o capitão de Infantaria Alfredo Eduardo da Cruz. No formulário de iniciação, disse não professar religião alguma, afirmando ainda que era e que sempre fora republicano («A forma de governo mais perfeita que conheço»). Escolheu como nome simbólico Carlyle, opção que alguns considerariam um sinal, com laivos premonitórios, do seu apreço pelo culto dos heróis e do heroísmo. Em rigor, porém, ninguém sabe ao certo porque terá escolhido o apelido do escritor escocês para seu nome maçónico e tudo quanto sobre isso se diga pertence ao puro domínio das conjeturas.¹³

Porém, a proclamação de que não professava uma religião não fora ditada, note-se, por um oportunismo de última hora, constando já do testamento que fizera em 20 de dezembro de 1909, no qual dizia: «Não professo religião alguma. Espero morrer assim. Diz-se, porém, que tem sucedido a alguns livres-pensadores aceitarem na hora da morte socorros religiosos. Por isso mesmo, na hipótese da minha razão desvairar ou da minha vontade enfraquecer, feitos como somos todos de

13 Sobre a iniciação maçónica de Sidónio, cf.: António Ventura, «Sidónio, maçom. O irmão “Carlyle”», in *Sidónio Pais. O Retrato do País no Tempo da Grande Guerra*, coordenação de Maria João Neto, Casal de Cambra, 2018, pp. 45-51; idem, António Ventura, *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*, Lisboa, 2011, pp. 275-276; ibidem, *Uma História da Maçonaria em Portugal, 1727-1986*, Lisboa, 2013, p. 440; A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, volume II – J-Z, Lisboa, 1986, cls. 1075-1076. O documento de iniciação foi primeiramente publicado por João Medina, «O ingresso de Sidónio Pais na Maçonaria», *Diário de Lisboa* de 28 de janeiro de 1981.

um barro frágil, em todos os casos disponho que o meu enterro seja civil. Disponho mais que o meu enterro seja o mais modesto e económico possível para não defalcar os meus herdeiros do pouco que lhes deixo, porque me repugna toda a pompa ou luxo em funerais, que me sepultem em campa rasa sem cruz, nem inscrição de espécie alguma; se não houver forno crematório na terra em que morrer, pois, neste caso desejo que o meu corpo seja queimado e as cinzas enterradas em qualquer parte, sem sinal também de espécie alguma, ou deitadas ao mar, que não me sejam prestadas quaisquer honras fúnebres a que tenha direito.»

A Loja Estrela d'Alva, curiosamente, apelara à colaboração da Maçonaria com os últimos governos monárquicos, num registo republicano conservador que em larga medida será também o de Sidónio, o qual, pese ter frequentado pouco as sessões da sua Loja, progrediria rapidamente na hierarquia maçónica, ascendendo ao grau 2.º (Companheiro) do rito escocês em 26 de julho de 1911 e ao 3.º (Mestre) em 15 de novembro desse ano, além de ter mantido em Lisboa relações próximas com o Grande Oriente Lusitano Unido: participou numa sessão deste em março de 1912, sobre a questão colonial, e, em abril, na qualidade de ministro das Finanças, recebeu um relatório da Loja Comércio e Indústria sobre a reorganização financeira e administrativa e a reorganização da defesa nacional do país. No entanto, em 19 de junho de 1912, pediu e obteve atestado de quite poucos dias depois de sair do governo, diz-se porque ambicionava um posto diplomático no estrangeiro. Em todo o caso, e ao contrário de muitos outros, fez

questão de regularizar os pagamentos em falta na Loja Estrela d'Alva, a qual encerraria portas pouco depois (o historiador António Ventura afirma, aliás, que o atestado de quite de Sidónio deve ter sido mesmo um dos últimos atos administrativos da Estrela d'Alva).

Em maio de 1911, foi eleito pelo círculo de Aveiro, por dois mil setecentos e dois votos, para a Assembleia Constituinte. Teve aí participação «modesta», nas palavras da sua biógrafa Maria Alice Samara¹⁴, que as atas parlamentares sobejamente confirmam. A eleição, de resto, não fora isenta de sobressaltos: barrado em Coimbra por um complô dos republicanos locais, o seu nome suscitara resistências em Aveiro e, dos cinco candidatos por esse círculo, ficou em quarto na votação. Uma vez eleito, instalou-se em Lisboa na rua Barata Salgueiro, n.º 37, 3.º esquerdo, depois de passar algum tempo no Hotel Europa. Não muito depois, Ema Manso Preto transferiu-se também para a capital, trazendo consigo um filho do primeiro casamento e a pequena Olga. Em Coimbra ficavam Maria dos Prazeres e os filhos, com idades compreendidas entre os nove e os catorze anos.

Para as funções como deputado constituinte, preparou-se com afinco, mandou vir livros de França (de Dareste, de Duguit, de Emerson), mas, questionado pouco depois sobre a magna questão da escolha entre parlamentarismo e presidencialismo, mostrou-se evasivo, dizendo não ter «uma

14 Cf. Maria Alice Samara, *Fotobiografias do Século XX. Sidónio Pais*, direção de Joaquim Vieira, Lisboa, 2002, p. 40.

opinião formada sobre o assunto». Considerava que a adoção de um sistema parlamentar seria «um regresso ao passado», mas dizia temer também os riscos de despotismo do modelo americano, pelo que «o ideal seria uma República democrática» (acrescentava, porém, «entendo que, todavia, nem nisso devemos pensar»). Postas as coisas nestes termos, ambíguos quanto bastasse, considerava que «as condições de atraso em que nos encontramos não nos permitem copiar do estrangeiro aquilo que só seria adaptável se possuíssemos uma educação rudimentar». Prudente e cauteloso, como sempre, reservava uma opinião definitiva para depois de ouvir «o parecer dos juristas», mas foi adiantando que defendia que o presidente deveria ser eleito pelo parlamento, cabendo-lhe a escolha dos membros do governo, mas tendo um mandato limitado ao tempo de uma legislatura, não podendo ser reeleito por períodos sucessivos. Um modelo bem distinto daquele que mais tarde aplicará quando chegado à chefia do Estado, sendo ainda curioso observar que, em 1911, Sidónio se opôs à proposta formulada por Egas Moniz para que uma segunda câmara tivesse uma representação corporativa dos «agregados sociais», figurino que acabaria por implementar quando chegou a presidente.

Entrado em funções na Constituinte, Sidónio Pais foi «discreto e igual a si mesmo» e adotou «uma postura contida e sóbria», na caracterização de Armando Malheiro da Silva.¹⁵ Menos complacente

15 Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, volume 1, cit., p. 249.

seria o diplomata Alfredo Casanova, que à época o definiu como «uma mosquinha morta».¹⁶ No hemiciclo, interveio poucas vezes; numa delas, para sustentar que numa República de iguais não deveria ser permitido o uso de condecorações e distinções honoríficas, e noutra ocasião para defender, com êxito, a consagração do direito de petição. Advogou também, no que talvez seja um prenúncio da prática política que implementaria na «República Nova», que a iniciativa parlamentar das leis, sobretudo em matéria fiscal e financeira, não poderia pôr em causa a do executivo, tendo em conta a primazia deste quer em termos técnicos, quer no conhecimento da realidade do país («Os governos, compostos de pessoas competentes, estão mais nos casos de poder avaliar as necessidades do país que os membros do poder legislativo, que lutam com dificuldades para colher elementos de estudo com que possam formar o seu juízo acerca das reclamações dos povos. Ao poder legislativo o que compete é exercer a fiscalização dos atos do poder executivo»). Coube-lhe também a autoria da proposta para que fosse esclarecido que o presidente da República não chefiava o governo, devendo este ter um «presidente do Ministério»; e, quase no final dos trabalhos da Constituinte, interveio em 22 de agosto para se opor a que aos deputados fosse concedido um subsídio superior a 100\$000 réis.

Um dia, quando discursou em São Bento, o jornalista Braz Burity apontou na sua impagável prosa que «a Câmara escuta-o com visível

16 Idem.

atenção e agrado», destacando-se Brito Camacho nesse embevecimento: «Camacho faz-lhe olhos ternos.» Graças à proteção deste, assumirá, em setembro de 1911, a pasta do Fomento no I Governo Constitucional, presidido por João Chagas. O nome de Sidónio suscitava reservas entre os republicanos da velha guarda, que lhe apontavam a ausência de passado político nos tempos da Monarquia, défice que o próprio Brito Camacho reconheceu, ao afirmar que, «porque ele não andara nas lutas da propaganda, a sua rápida ascensão parecia uma afronta aos combatentes de largos anos, aos sacrificados de sempre». Por outro lado, era por demais evidente que o novo ministro do Fomento fora escolhido apenas e tão-só por intervenção e imposição pessoal de Camacho, como este, aliás, faria questão de salientar num escrito de 1919, dizendo que «a indicação de Sidónio Pais foi mal aceite, a tal ponto que, para a fazer vingar, eu precisei de dizer a João Chagas que ou ele levava o Sidónio para o Fomento, ou eu me escusava a ter amigos meus no ministério». De resto, Brito Camacho já o afirmara antes, no parlamento, aquando da queda do governo de Chagas e da entrada em funções de um novo ministério, presidido por Augusto de Vasconcelos:

«Quando o Sr. João Chagas foi encarregado de formar Gabinete, disse-lhe que podia contar com os meus amigos para todas as pastas, se não encontrasse quem lhe desse Ministros, mas que o dispensava de levar um só que fosse para o poder, se o julgasse conveniente, sem que por

isso deixasse de lhe estar assegurado o meu apoio franco, leal.

Não exigi participação no Ministério; mas, se alguma houvesse de ter, pedia que entrasse para a pasta do Fomento o Sr. Sidónio Pais.

Unicamente por ser meu amigo? Não; mas porque, sendo S. Ex.^a uma inteligência superior e superiormente culta, e ao mesmo tempo um nobre carácter, tinha a certeza de que ele viria a adotar, do que eu fizera [Camacho fora ministro do Fomento no governo anterior], aquilo que achasse bom, e havia de corrigir com superiores vantagens aquilo que achasse mau.»¹⁷

Por aqui se vê que, mais do que uma sugestão entre outras, Sidónio Pais foi a única figura que o chefe unionista pretendeu impor à *outrance* no elenco governativo de João Chagas. Brito Camacho conhecia-o desde os tempos de Torres Novas, como atrás se viu, e, além do currículo de catedrático, que o impunha pela competência, o facto de o seu protegido não ter pergaminhos na luta antimonárquica constituía um *handicap* que, se lhe retirava relevo político, o tornava mais dócil e mais manobrável para o objetivo em vista: prosseguir a «obra modesta, mas honrada» que Camacho fizera na pasta do Fomento, garantindo que aquela não seria posta em causa. Sidónio, de seu lado, não desmerecia aquele patrocínio e, pouco antes, na sessão parlamentar de 8 de setembro, ao responder à insinuação de Afonso Costa de que não passava

17 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 10, de 16 de novembro de 1911, p. 11.

de um factótum de Camacho, teve ensejo de dizer, expressivamente: «Eu tenho muito respeito, muita consideração e muita estima pelo sr. Brito Camacho.» Depois, e como frequentemente sucede, acabariam por desentender-se, e gravemente, a ponto de, na noite da morte de Sidónio, Brito Camacho ter sido detido por suspeita de implicação no assassinato do seu antigo protegido.

À semelhança da Constituinte, onde teve um desempenho apagado e modesto, a passagem de Sidónio Pais pela pasta do Fomento não deixou rasto nem marca, tanto mais que o governo de Chagas teve duração efémera, pouco mais de dois meses de vida. O estigma de ser um republicano de última hora perseguiu-o desde que iniciou funções, e logo na apresentação do executivo em São Bento, em 4 de setembro de 1911, foi confrontado com uma observação irónica do senador Estêvão de Vasconcelos, do grupo democrático, que manifestou «viva curiosidade acerca dos planos e da orientação de S. Ex.^a», uma vez que, disse, «o sr. ministro do Fomento é um abalizado professor da Universidade de Coimbra. Mas tendo-se sempre consagrado ao estudo das matemáticas puras, ainda não teve ensejo na sua curta política, *que apenas se iniciou em 5 de outubro*, de manifestar o que pensa relativamente a qualquer dos assuntos que vai ter de resolver como ministro da República».

Sentindo-se afrontado, Sidónio defendeu a honra, proclamando ser republicano desde tenra idade, e com provas dadas:

«Tenho, infelizmente, de me referir a um assunto no qual não desejava tocar, mas corre-me

o dever de falar nele para repelir com a maior sinceridade, do fundo de alma, com convicção sempre mantida desde os quinze anos, uma insinuação que S. Exa. levantou sobre a minha entrada na política republicana, colocando-a apenas desde 5 de outubro. Sou dos poucos que assinaram o manifesto de 1891, em seguida ao *ultimatum*, e digo isto não para me envaidecer, nem para alegar serviços ao partido republicano, mas para minha defesa própria.

Declaro que em 1893-1894 fiz parte de uma organização militar contra a monarquia.

Sou oficial do exército, não ocultei nunca ser republicano, mas não podia tomar parte ativa na política. Vi-me forçado a dar esta explicação para minha defesa, o que bem me contrariou, pois queria apenas falar das questões que interessam à Nação.»¹⁸

Ora, e como atrás já se disse, nem os seus mais empenhados biógrafos conseguiram apurar que Sidónio Pais tenha assinado o manifesto de 1891 e, mais ainda, que tenha feito parte de uma organização militar que em 1893-1894 conspirou contra a Monarquia. O seu passado republicano era, pois, inteiramente forjado por uma dupla in-verdade, já que não assinara manifesto algum nem participara em nenhuma conjura. Mais do que interessar para a caracterização da personalidade de Sidónio, o episódio importa para a reconstrução da sua biografia, mostrando que, nesta fase, decidira

18 *Diário do Senado*, sessão n.º 4, de 4 de setembro de 1911, p. 16.

enveredar em definitivo pelos caminhos da política e pelas peculiares relações desta com a realidade dos factos. Começava, assim, a construir o seu mito, num esforço narrativo que se prolongaria nos anos vindouros e que ainda hoje dá frutos, patentes nas flores que os crentes no espiritismo continuam a deixar no túmulo de Santa Engrácia.

Foi também político, eminentemente político, o traço que Sidónio deixou como ministro do Fomento, já que, mais do que qualquer obra que tenha legado, a sua passagem por aquela pasta acabou sendo sinalizada por um telegrama assassino que, em conjunto com o ministro das Finanças, Duarte Leite, enviou a partir do Porto, onde se encontrava a participar nas comemorações do primeiro aniversário da implantação da República. O seu destinatário era o chefe do governo, João Chagas, e o visado o ministro da Guerra, Pimenta de Castro, a quem Sidónio e Duarte Leite acusavam de inércia no enfrentar das incursões de Paiva Couceiro por terras de Trás-os-Montes. O tom usado naquele telegrama era de extrema gravidade, tanto mais que, além de ministro, Sidónio era oficial do Exército com o simples posto de capitão – e não hesitava em tratar o ministro da Guerra como «doido» ou «traidor à Pátria»: «É averiguado que uma centena de couceiristas avança sobre Bragança, estando cortadas as comunicações. Nada se sabe no Porto das forças que ali há porque o ministro Pimenta de Castro não presta esclarecimentos, não toma providências, nem proporciona recursos. Até agora não respondeu às nossas instâncias senão para censurar o general da divisão pelas medidas tomadas, chegando a proibir minhas legítimas ordens

para formar comboios. Este procedimento é de um doido ou de um traidor à Pátria. Requerem-se providências.» Em face do exposto, João Chagas respondeu: «Sendo graves as acusações de V. Ex.^a ao ministro da Guerra, que até agora também não respondeu aos meus avisos, digne-se vir a Lisboa para se proceder ao Conselho de Ministros que o caso requer.» Daqui resultaria a exoneração do ministro da Guerra, imediatamente substituído pelo tenente-coronel Alberto da Silveira, e do episódio, claro está, nasceu uma profunda acrimónia de Pimenta de Castro em relação a Sidónio, que aqui mostrou uma das facetas do seu carácter, a impulsividade. Mas sobretudo, e acima de tudo, o incidente revelou que o ministro do Fomento atuava agora como um político de corpo inteiro, já não como um académico ou militar, e que nessa qualidade não hesitava sequer em quebrar rudemente o princípio da solidariedade governamental.

Apesar disso – e caído o governo de João Chagas –, Sidónio transitaria tranquilamente para o ministério de Augusto de Vasconcelos, fazendo-o, todavia, em circunstâncias que ainda hoje permanecem por esclarecer. Brito Camacho preferia que ele continuasse no Fomento, mas acabou por ceder esta pasta aos democráticos de Afonso Costa; e, ao que parece, para as Finanças tinha sido primeiramente convidado Tomé de Barros Queiroz, que declinou, acabando Sidónio por aceitá-la.

Na pasta das Finanças, e não obstante as queixas de que trabalhava em excesso e de que não tinha tempo para repousar (o que logo motivou uma carta de sua mãe, que de Caminha lhe escreveu alarmada), Sidónio «fez de menos», no entender

do chefe do ministério, Augusto de Vasconcelos, quando, em missiva a João Chagas, fez um balanço desalentado dos sete meses do seu governo: «Eu estive sete meses a trabalhar e a saltar por cima de complicações e de crises terríveis, dando a toda a gente a impressão de que não fazia nada!» O ministro das Finanças, porém, não teve uma tarefa fácil, seja por falta de tempo, seja porque lhe era pedido que equilibrasse um orçamento cada vez mais minado por aquilo a que, na sequência do «*deficit* da Monarquia», Sidónio chamou o «*deficit* da República», isto é, o substancial aumento de encargos ditado pela avalanche de medidas generosas tomadas após o 5 de Outubro. Em pano de fundo, instabilidade política, deterioração da situação económica, agitação social, com um crescendo de greves revolucionárias, tomadas sem aviso prévio e com recusa de arbitragem ou qualquer espécie de negociação.

Sidónio Pais preparou dois orçamentos, ou melhor, teve de lidar com o de 1911, preparado por José Relvas e continuado por Duarte Leite, e com o de 1912, onde falhou o objetivo de equilibrar as contas. De permeio, e como se não bastasse, esteve, uma vez mais, no epicentro de uma crise política, que culminaria na demissão do ministro das Colónias, José de Freitas Ribeiro. O incidente surgiu a propósito da «questão de Ambaca», um dissídio financeiro entre o Estado português e a Companhia de Caminhos de Ferro Através de África que o ministro das Colónias decidiu por conta própria, o que gerou controvérsia no seio do próprio governo. Questionado no parlamento pelo deputado Egas Moniz – que, anos volvidos, seria

seu ministro dos Negócios Estrangeiros –, Sidónio defendeu-se como pôde, afirmando que não tivera conhecimento das portarias do seu colega das Colónias com o insólito argumento de que não tinha a obrigação de ler o *Diário do Governo* de fio a pavio. Depois, a pedido de Sidónio, o governo reuniu-se de emergência e considerou ilegal a portaria de Freitas Ribeiro e este, naturalmente, demitiu-se.

O II Governo Constitucional acabaria por cair em junho de 1912. Augusto de Vasconcelos cedeu a chefia do Gabinete a Duarte Leite, mas manteve-se como titular da pasta dos Negócios Estrangeiros. Foi a ele que Sidónio Pais, saído do governo e regressado ao parlamento, manifestou o infrene desejo de mudar de ares e de cidade, rumo a um novo destino: Berlim.

Berlim

«O Sidónio quer ir para Berlim. Não tenho remédio senão deixá-lo ir. Mas é uma má aquisição porque lhe faltam os dotes indispensáveis, sobretudo a maleabilidade indispensável. E eu não tenho outro para lá pôr.»

Foi assim, desta forma nada entusiasmada e com um argumento de *à faute de mieux*, que Augusto de Vasconcelos descreveu a João Chagas a ida de Sidónio para a capital do Reich. Antes de obter o *agrément* do governo da Alemanha, um diplomata germânico sediado em Lisboa informou Berlim sobre o perfil do indigitado, dizendo que este era «trabalhador e aplicado nas funções a desempenhar. Sempre simpático, mas não muito hábil, um pouco acanhado, mas com maneiras. Inteligente, mas nada prático e talentoso. Neste último [governo] gozou de boa fama. A mulher com quem casou não se encontra em Lisboa».

E, na verdade, Sidónio partiu só para Berlim, não sem antes ter passado uns dias em Coimbra,

na companhia de Maria dos Prazeres e dos filhos (terminara, entretanto, a relação com Ema Manso Preto). Ou melhor, e segundo informa o seu biógrafo Malheiro da Silva com base nos registos policiais alemães, é possível, até provável, que tenha viajado na companhia de *mademoiselle* Céline Chatry, uma senhora francesa sobre quem pouco se sabe, exceto que viveu com Sidónio todo o tempo em que este esteve em Berlim, acompanhando-o depois no regresso a Lisboa.¹⁹ O relacionamento entre ambos, de resto, não seria de todo oculto ou desconhecido, a ponto de, em março de 1919, com Sidónio já morto, Céline escrever a António Bessa Pais, para o Palácio de Belém, a propósito de um pagamento em atraso de umas peles pertencentes ao seu pai.

Sidónio embarcou em Lisboa no dia 4 de setembro de 1912 e chegou no dia 16 a Berlim, onde se instalou provisoriamente no luxuoso Hotel Adlon, pois o edifício da Legação de Portugal, no 12 D da Hohenzollernstrasse, não dispunha das condições necessárias de conforto, que o novo ministro plenipotenciário custeou em larga medida a suas expensas. «Gobelins, quadros, gravuras, pinturas, *bibelots*, talheres, baixelas, objetos de cozinha, *toilette*, camas, roupas, móveis, entre muitos outros» era o que constava de um inventário sumário feito por Sidónio quando, em 15 de agosto de 1914, redigiu testamento. A sua mãe, claro, ficava atormentada com tanto gasto e, a partir de Caminha,

19 Cf. Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, volume 1, cit., p. 311.

escrevia-lhe aflita: «Lembra-me dizer-te que não te metas em grandes despesas de pôr casa, pensando nisto com vagar, pois como esse lugar é temporário podes ter grande prejuízo nisso e por isso pensa bem e faz aquilo que te convier melhor, e muito cuidado com a exploração, porque em todos os países é a mesma coisa em relação a comerem a gente, e conforme é a posição do indivíduo mais tratam de explorar-nos. Enfim tu lá sabes, mas acautela-te.»

Em 28 de outubro de 1912, apresentou credenciais em Potsdam a Guilherme II, numa cerimónia que não durou mais de quinze minutos. Enquanto esteve em Berlim, nunca conseguiu, aliás, penetrar no círculo íntimo do imperador, nem conhecer de perto os meandros da corte, pelo que pouco conseguiu apurar, por exemplo, do conteúdo concreto da visita que D. Manuel fez ao seu primo em dezembro daquele ano. A sua missão teve, assim, e sobretudo, os contornos de uma ação de charme e de relações públicas, através da qual Sidónio procurou dissipar os temores e os preconceitos que na Alemanha imperial recaíam sobre o regime republicano instaurado em Portugal, cuja crónica instabilidade e cujo anticlericalismo militante eram frequentemente noticiados nos jornais germânicos e nos despachos das chancelarias.

Sidónio Pais integrou o corpo dos diplomatas políticos com que a República procurou melhorar a sua imagem no exterior e firmar-se no plano internacional – João Chagas em Paris, Manuel Teixeira-Gomes em Londres, Jaime Batalha Reis em São Petersburgo, José Relvas em Madrid, Bernardino Machado e, depois, Duarte Leite no Rio de

Janeiro e Francisco Eusébio Leão em Roma –, mas, ao que parece, o posto que ambicionava era o do Brasil, não o da Alemanha, e neste teve, como em todos os lugares que antes ocupara, uma «prestação modesta, sem triunfos assinaláveis», no dizer da sua biógrafa Alice Samara²⁰.

Nesta fase, parecia perseguido pela sina da mediocridade, da incapacidade de deixar obra e legado por onde quer que passasse, o que, se numa parte se deve às circunstâncias instáveis do tempo e do modo em que viveu, na outra é reveladora de uma personalidade que, ao menos naquela altura, parecia ser retraída e apagada, sem brilho de qualquer espécie. Parecia destacar-se apenas no domínio da imagem e da esbelteza da figura, ponto que, não por acaso, será assinalado pelos jornais de Berlim mal aportou à capital do Reich: assim, depois de lhe chamar «sábio» atendendo às suas credenciais académicas, o *Berliner Lokal-Anzeiger*, órgão oficial da chancelaria germânica, fazia notar que o novo embaixador lusitano dava «mais a impressão de um poeta que de um professor cuja inteligência se tivesse exclusivamente aplicado a assuntos prosaicos, como os que trata a matemática». Prossequindo o retrato, dizia-se: «O seu corpo é esbelto e delgado e as suas feições pálidas e delicadas, mas animam-nas dois olhos onde brilha a inteligência,

20 Maria Alice Samara, *Fotobiografias do Século XX. Sidónio Pais*, cit., p. 48. Para uma visão mais positiva da passagem de Sidónio por Berlim, cf., além do estudo biográfico de Armando Malheiro da Silva, Miguel Nunes Ramalho, *Sidónio Pais. Diplomata e Conspirador (1912-17)*, Lisboa, 1998.

e o seu nariz aquilino denuncia naquela figura uma grande força de vontade.»

Ainda assim – e é importante reconhecê-lo –, a sua passagem por Berlim não se limitou ao exercício de funções de propaganda do novo regime e terá sido mais relevante do que por vezes se disse. Afirma-se mesmo, a tal respeito, que a sua ação «não foi tão apagada como se pretendeu fazer acreditar. O que se apagou foi o apoio, o interesse e a importância conferidos pela diplomacia de Lisboa àquela Legação e a Sidónio». ²¹ De igual modo, sustenta-se que a sua presença na capital do Reich não o terá convertido num germanófilo inteiramente devotado à defesa das posições e dos interesses da Alemanha. O alinhamento com o seu mentor Brito Camacho fê-lo, isso sim, sufragar a posição deste último quanto à entrada de Portugal no conflito bélico, contrariando o «guterrismo» dos democráticos de Afonso Costa e dos evolucionistas de António José de Almeida. Nesse sentido, procurou em Berlim um equilíbrio difícil, apelando à contenção do governo português em relação à Alemanha, mas, do mesmo passo, fazendo ver às autoridades do Reich que Portugal detinha especiais compromissos decorrentes da histórica aliança com a Inglaterra.

Em Berlim, Sidónio Pais procurou melhorar a imagem da República, no que teve algum êxito, bem como promover a divulgação dos produtos portugueses e coloniais e exaltar as belezas do

21 Miguel Nunes Ramalho, *Sidónio Pais. Diplomata e Conspirador*, cit., p. 108.

país e do império, com vista à captação de um número crescente de turistas alemães. Para isso, e como é natural, começou a conceder à imprensa uma atenção que nunca tinha dado e entregou-se ao quotidiano típico dos círculos diplomáticos, participando em receções e atos oficiais, em bailes e galas, e chegando mesmo a oferecer alguns jantares, como lhe impunha a função. Se alguma historiografia insiste que a passagem por Berlim despertou nele a atração pelo militarismo e pelos governos fortes, tê-lo-á alertado também, muito provavelmente, para a importância da imprensa e dos acontecimentos mundanos e para o relevo do convívio com as elites, não só as políticas e diplomáticas, mas também ou sobretudo as sociais e empresariais.

Acompanhou com preocupação e de perto a questão da partilha das nossas colónias em África por ingleses e alemães ou, melhor, a cedência da velha aliada às pretensões colonialistas da Alemanha a troco da manutenção do domínio britânico nos mares, que o Reich ameaçava através de um reforço significativo da sua frota naval. Enquanto isso, em Lisboa os jornais alarmavam a opinião pública com a possibilidade de um desfecho tão humilhante como o do Ultimato britânico de 1890, obrigando o ministro dos Estrangeiros, António Macieira Júnior, a deslocar-se ao parlamento para tranquilizar os deputados.

Simplemente, e por maiores que fossem as garantias dadas por Berlim de que não almejava roubar-nos as colónias (ou por Londres, a Teixeira-Gomes), Sidónio não acreditou nelas, no que estava coberto de razão: a 13 de agosto de 1913 era rubricado um

acordo secreto em que se previa que a Grã-Bretanha ocuparia o território de Moçambique, cedendo à Alemanha apenas a região do Niassa e ficando com o domínio de Angola e de Cabinda.

No meio desta momentosa questão, que ultrapassava em muito a sua capacidade de intervir e de agir, Sidónio ainda arranjou tempo para tratar, como sempre, de empenhos e favores pessoais, como um, que o irmão António lhe pediu, para dar apoio a um amigo seu, o capitão de fragata João do Canto Castro Silva Antunes, o qual, em trânsito para o Extremo-Oriente, a bordo do transiberiano, iria deter-se alguns dias em Berlim, martirizado por problemas dos intestinos.

Ainda em 1913, teve um aparatoso acidente quando, numa rua de Berlim, ao desviar-se de um elétrico que estava quase a atropelá-lo, foi embater numa coluna afixadora de cartazes, «sofrendo na queda fortes contusões na cara e no corpo», segundo as palavras do *Primeiro de Janeiro*. Alarmada com as notícias, a mulher escreveu-lhe de imediato, dizendo lamentar que os bilhetes de lotaria que comprara não tivessem sido premiados, pois, se tivesse sido o caso, tomaria na hora o primeiro rápido para Berlim (o facto de Sidónio lhe ter enviado um telegrama a contar o sucedido mostra que, pese viver agora às claras com Céline Chatry, mantinha o contacto com o lar e com a família).

Independentemente do desfecho da questão anglo-alemã – no final, o acordo de partilha gorar-se-ia porque a Alemanha não abdicou das suas pretensões navais, a grande preocupação dos ingleses –, o efeito maior que ela teve em Sidónio terá sido o agudizar do seu distanciamento

em relação aos rumos que a República vinha tomando. Muito provavelmente, esse ponto foi mais relevante para a sua trajetória futura do que uma suposta atração pela organização e pelo militarismo germânicos ou, melhor, prussianos. De facto, e apesar da entrada em funções de um novo governo, em fevereiro de 1914, presidido por Bernardino Machado, após a demissão de Afonso Costa, Sidónio continuou a queixar-se da paralisia e da inação de Lisboa perante a ameaça de uma vergonhosa perda das nossas colónias. Em carta a Brito Camacho, terminou com uma interjeição expressiva, «Atuemos!», após ter dito que Portugal deveria renovar, fortalecendo-a, a sua aliança com Inglaterra. Para o efeito, afirmava, «todos os chefes de partido deveriam pôr-se de acordo» em torno de um plano bem definido com que Portugal se apresentaria a negociações com o Reino Unido e com a Alemanha, que teimavam em manter secreto o entendimento que haviam alcançado.

Assim, e em síntese, a ideia de uma alegada «germanofilia» de Sidónio Pais, mais tarde propagada pelos seus detratores, não resiste ao confronto com a proposta que fez para um entendimento renovado com a Inglaterra, desde que não sob a forma humilhante de um «protetorado, não só indecoroso, mas incerto». Simplesmente, e como adiantou a Brito Camacho, numa confissão de impotência, nem ele nem o ministro em Londres poderiam fazer o que quer que fosse a esse respeito enquanto não existissem orientações claras vindas de Lisboa: «A ação diplomática pelo nosso lado é principalmente por agora em Londres, mas quer aqui quer lá ela reduz-se a pouco mais de

zero desde que não seja definida pelo Governo Português a sua atitude em face do problema de que se trata», escreveu em carta confidencial para Camacho, em 2 de maio de 1914.

A permanência em Berlim fê-lo passar, assim, de embaixador a conspirador, sendo cada vez mais evidentes os sinais de que não se revia na forma como em Lisboa se conduzia a política, dilacerada por um espírito de facção e seita que impedia a estabilidade dos governos e a geração de consensos em torno de grandes desígnios nacionais como este, o do acordo anglo-alemão sobre África. A paralisia e a indefinição de rumo, o permanente mergulhar em questiúnculas partidárias ou em quezílias pessoais eram para ele tanto mais insuportáveis quanto no horizonte se perfilavam questões urgentes e gravíssimas, começando pelo risco de perda do senhorio de Angola e de Moçambique e terminando na possibilidade de um conflito bélico entre as grandes potências.

Em 28 de junho de 1914, poucos dias depois de Sidónio ter escrito aquela missiva ao seu padrinho político, um estudante sérvio-bósnio, Gavrilo Princip, assassinava em Sarajevo o arquiduque Fernando da Áustria e a duquesa Sofia.

«Como sonâmbulos, vigilantes que não viam, assombrados por sonhos, mas cegos à realidade do horror que se preparavam para trazer ao mundo», nas palavras do historiador Christopher Clark²², as potências europeias encaminharam-se para o

22 Christopher Clark, *Os Sonâmbulos. Como a Europa Entrou em Guerra*, tradução portuguesa, Lisboa, 2014, p. 593.

abismo e para a guerra: na sequência do ultimato da Áustria à Sérvia, que esta recusou frontalmente, a Rússia decretou a mobilização geral em 30 de julho, dois dias depois a Alemanha declarou-lhe guerra e a 4 de agosto a Grã-Bretanha declarou guerra à Alemanha.

Colocado no epicentro do terramoto, mas com escassa ou nula capacidade de ação, Sidónio Pais tentou evitar a todo o custo o que considerava ser o pior, a entrada de Portugal no conflito bélico, o que lhe valeria a animosidade do partido «guerrista» de Afonso Costa e a suspeita de simpatia pela causa do Reich, uma *leyenda negra* que se aprofundaria, naturalmente, após o golpe de dezembro de 1917, que o levou à chefia do Estado.

Entretanto, e além de aproveitar para refazer o seu testamento, continuava a receber notícias das convulsões políticas de Lisboa, que prosseguiam como dantes, indiferentes ao deflagrar da guerra. «A respeito de política interna está uma grande embrulhada desde que foi solucionada a crise com um ministério democrático sem o menor apoio nem mesmo expectativa benévola dos outros partidos. Parece-me ser esta a fase mais perigosa da política portuguesa desde a proclamação da República. Vamos a ver em que dá tudo isto e bom seria que passássemos a viver em régimen de maior estabilidade, isto é, que o equilíbrio do atual régimen de Portugal, que até aqui tem sido instável, possa definitivamente ter a estabilidade que garanta sossego a toda a gente», escreveu-lhe o seu irmão António no final de 1914.

Ocorria tudo isto enquanto as tropas alemãs atacavam as tropas portuguesas em Naulila,

fazendo setenta mortos e obrigando a uma retirada em desordem, episódio que tornava mais difícil a defesa da ideia de uma *neutralidade beligerante*, tal como sustentada por Brito Camacho e Sidónio Pais. Este soube do sucedido através dos jornais alemães, não por uma qualquer comunicação das Necessidades, o que dá bem conta da posição precária em que se encontrava, sem instruções nem apoio de Lisboa.

A eclosão do Movimento das Espadas, em janeiro de 1915, e a subsequente ditadura de Pimenta de Castro em nada melhoraram este estado de coisas. Sidónio, prudentemente, não se pronunciou sobre a ascensão ao poder e sobre o efémero consulado de um homem com quem antes tivera graves desentendimentos, a ponto de o ter acusado de tibieza na repressão das incursões de Couceiro, o que precipitara a sua saída da pasta da Guerra.

Às pressões de Lisboa e do governador-geral de Angola, Norton de Matos, para que o nosso representante em Berlim reclamasse com veemência junto das autoridades alemãs pelo incidente de Naulila, procurou Sidónio responder com uma atitude contemporalizadora, capaz de evitar a todo o custo uma declaração de guerra à Alemanha, e, assim, foi adiando até ao limite a apresentação daquele protesto diplomático. Contudo, a permanente instabilidade política em Portugal e o regresso de Afonso Costa ao poder, em finais de 1915, iriam diminuir em muito a margem de manobra do ministro plenipotenciário em Berlim. O apresamento dos navios alemães ancorados nos portos portugueses acabaria por precipitar a rutura

das relações diplomáticas entre Lisboa e Berlim, que Sidónio tentou evitar até à última, alvitrandoo em telegramas sucessivos que o governo de Afonso Costa revogasse aquela medida hostil. Era tarde, porém, para evitar a entrada de Portugal no conflito, desde logo por ser esta a intenção de Afonso Costa e dos democráticos, aos quais devia obediência.

Como se esperava – e como muitos desejavam –, a Alemanha declararia guerra a Portugal no dia 9 de março de 1916, data que também marca o início de uma outra guerra, esta travada em surdina, pelo menos até ver, a de Sidónio Pais com o Partido Democrático de Afonso Costa. No dia seguinte, e após ter empacotado às pressas o recheio da casa da Legação Portuguesa, embarcou na Estação de Amhalter rumo a Portugal. Antes de subir a bordo do comboio que o deveria levar até à Suíça, as autoridades germânicas, num derradeiro gesto de hostilidade, revistaram as bagagens com zelo excessivo, chegando a abrir os pacotes de cigarros e a remexer o tabaco do ministro, que logo ali apresentou um protesto pela descortesia.

A 14 de março, e depois de passar pela Suíça, encontrava-se já em Paris, onde foi recebido ao final do dia por João Chagas, episódio que este registaria assim no seu diário:

«Voltamos a casa e eu dispunha-me a meter-me definitivamente na cama quando me anunciaram o Sidónio Pais, ministro de Portugal em Berlim, vindo de Berlim. Fui buscá-lo ao salão e encontrei o mesmo homem que em 1912 passou por Paris em direção ao seu posto de Berlim. Três anos de diplomacia não o engordaram sequer.

Vem magro como um cão. Onde passou ele estes três anos? Não sei. Dir-se-ia que vem de Coimbra, e é tão insignificante que é inconciliável com a ideia que se costuma fazer de um diplomata. Não sei porquê, ao ver-me, os seus olhos marejaram-se de lágrimas. Não costumo ser indiferente à simpatia dos homens, mas estas lágrimas não as entendi. Passou o dia e a noite nesta casa, onde jantou. Falou muito, não disse nada. Queixou-se de que esteve sempre sem notícias de Portugal, mas parece ter passado todo o tempo que dura a guerra numa até certo ponto tranquilidade de espírito, quando eu o supunha atormentado. Quando um funcionário da chancelaria lhe entrou em casa, às nove da manhã do dia 8, para lhe entregar a nota de declaração de guerra, estava na cama. Mandou dizer que ainda estava recolhido. O funcionário insistiu. Então levantou-se, vestiu-se em dez minutos, veio recebê-lo, tomou conhecimento da nota. Perguntei-lhe quando foi que falou pela última vez com o imperador. Respondeu-me candidamente:

– Foi a primeira!

De resto, conversando-se um momento com ele compreende-se que semelhante ministro não podia ter a menor ação ou influência [...].

À tarde, o Sauerwein do *Matin*, descobrindo-o em minha casa, veio entrevistá-lo. Apesar de lhe ter recomendado que falasse pouco, falou sem cessar mal, deploravelmente mal. Dificilmente se concebe um diplomata tão ignorante de uma língua tão necessária! Pois, nem isso o tornou mais discreto. O seu falar trôpego juntando-se à vulgaridade da sua figura ainda fazia mais insignificante

a sua personalidade. O Sauerwein dominava-o com um olho tremendamente observador. Eu estava vexado e morto por que aquilo acabasse.»²³

Este impiedoso retrato de João Chagas seria naturalmente utilizado pelos que, ao longo dos anos, procuraram denegrir a imagem de Sidónio Pais. Contudo, e mesmo descontando a inimizade profunda de Chagas em relação ao mentor de Sidónio, Brito Camacho, o facto de o ter retratado como uma personalidade vulgar e insignificante não interessa tanto pela sua veracidade, ou não, mas como espelho e reflexo da forma como, em finais de 1916, ainda era possível percecionar a figura daquele que, um ano depois, tomaria o poder em Portugal, tornando-se chefe do Estado.

A desvalorização da sua personalidade foi, aliás, um dos trunfos que mais beneficiaram Sidónio na caminhada para Belém, não sendo descabido supor que o olhar de João Chagas, além de exagerado e injusto, foi incapaz de desvendar outro dos traços de carácter do ministro em Berlim, o da duplicidade e da dissimulação. Para isso, mais argutos se mostraram os espões ao serviço do Reich, que davam conta, a partir das informações de uma criada, de que Sidónio «gastava muito dinheiro com mulheres» e vivia rodeado de senhoras, isto apesar de viver marital e publicamente com Céline Chatry, a quem satisfazia todos os caprichos e com quem dava longos

23 João Chagas, *Diário*, volume II – 1915-1916-1917, prefácio de João B. Serra, Lisboa, s.d., pp. 222-223.

passeios de cabriolé, enquanto continuava a cartear-se com a legítima, mandando-lhe retratos seus e pedindo-lhe notícias dos filhos em missivas terminadas com «Teu S. Paes».

Após alguns dias em Paris, hospedado no Ritz, rumou para Lisboa, onde chegou a 1 de maio, dia do seu aniversário.

De súbito, dezembro

A Farmácia Durão, ao Chiado (hoje Farmácia Sacoor, por ter sido adquirida por esse grupo em 2012), ficaria famosa em Lisboa pelas suas especialidades cosméticas e terapêuticas, o «Pó de Viscondessa», os «Remédios para a Solitária», o «Xarope Peitoral», o «Creme Virginal», o «Emplastro contra a Dor Ciática» e, enfim, a «Laranjada Purgante». Foi lá – e na redação de *A Lucta*, ao Calhariz – que Sidónio Pais conspirou para derrubar com êxito o governo de Afonso Costa.

A sua chegada a Lisboa, em maio de 1916, fora noticiada pela imprensa e celebrada pelos amigos, a prova de que não era um inteiro desconhecido, como se pretendeu fazer crer depois, e, menos ainda, um homem solitário e isolado. Promovido a major graduado, apresentou-se no Ministério dos Negócios Estrangeiros e aí foi colocado em situação de «demorado do serviço», ficando, pois, num limbo burocrático e mais à solta para observar, cada vez mais criticamente, os rumos que a

República vinha tomando, quer com a entrada de Portugal na guerra, agora sob os auspícios de um governo de «União Sagrada» entre democráticos e evolucionistas, quer com o progressivo afastamento de uma das suas figuras cimeiras, o «herói da Rotunda» Machado Santos. A participação no conflito bélico e a instabilidade política agudizavam a carestia das condições económicas, com o custo de vida a crescer vertiginosamente, 22% em 1916, 18% em 1917 e 80% em 1918, o que fez explodir o movimento grevista e reivindicativo, além de ter gerado graves convulsões sociais, com assaltos a comboios e armazéns de víveres, de que a Revolta da Batata em Lisboa e no Porto, em maio de 1917, foi um dos exemplos mais expressivos, desde logo pela forma brutal como foi reprimida pelo governo de Afonso Costa, com mais de quarenta mortos nas ruas.

Enquanto isso, Sidónio aproveitava o hiato na sua vida profissional para ir a Coimbra visitar a mulher e os filhos (o mais velho, Sidónio como ele, então com vinte anos, preparava-se para entrar na Escola do Exército e queria alistar-se como voluntário para a guerra), sem que isso, todavia, o fizesse pensar num regresso à Lusa Atenas nem à Universidade. Pelo contrário, e num gesto muito significativo, fixou residência em Lisboa, no n.º 84-B da Avenida da República, e era agora, e cada vez mais, um homem da capital. Em Berlim ganhara apreço pela vida mundana – e, provavelmente, intuía a sua importância –, pelo que rapidamente entrou numa roda-viva de almoços, de jantares, de visitas, de cerimónias, de contactos nos meios políticos e económicos. Na sede do jornal *A Lucta*, afeto ao

seu patrono Brito Camacho, retomaria um vício antigo, o do jogo, disputando partidas de *bridge* e de *burro americano* enquanto comentava a situação política, a cada dia mais periclitante.

Segundo o seu maior biógrafo²⁴, Sidónio esteve a par da tentativa de golpe revolucionário que, em 13 de dezembro de 1916, foi lançada pelos unionistas de Brito Camacho e pelos partidários de Machado Santos, mas distanciou-se desse movimento, alegando mais tarde que, uma vez que as tropas portuguesas ainda não haviam partido para França, o mesmo iria ser fatalmente interpretado como um gesto contra a participação de Portugal na guerra. Ao contrário do seu irmão Alberto, que em Tomar se juntou aos revoltosos, preferiu a prudência e a distância e, ao saber dos preparativos do golpe, no início de setembro, apressou-se a pedir uma licença ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e a viajar para o sul de França, muito provavelmente na companhia de Céline Chatry. A revolta de dezembro apanha-o, assim, convenientemente instalado no Grand Palais Hotel de Nice, onde, com o apoio de um atestado médico que garantia sofrer de «depressão física» e «anemia cardíaca», solicitou uma oportuna prorrogação da licença.

Escapou, por isso, ao destino dos revoltosos de Tomar: o irmão Alberto foi preso em Elvas, Machado Santos foi detido a bordo do *Vasco da Gama*, Egas Moniz foi igualmente preso, o governo declarou o estado de sítio, o jornal *A Lucta* foi

24 Cf. Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, volume 1, cit., pp. 400ss.

suspenso e, meses depois, o ministro da Guerra ordenou que Brito Camacho fosse despachado para Moçambique, decisão que este conseguiu evitar por um triz, argumentando ser deputado.

Em 12 de fevereiro de 1917, já regressado de França, Sidónio Pais foi designado subdiretor da Direção-Geral dos Negócios Diplomáticos e Políticos do MNE. Definitivamente instalado em Lisboa, na companhia de Céline Chatry, agora apresentada oficialmente como sua governanta, foi buscar os filhos Afonso e António a Coimbra para passarem a viver com ele. Do seu posto nas Necessidades, a nova sede dos Negócios Estrangeiros, observou o desenrolar da guerra e o eclodir da revolução bolchevique, acompanhou as notícias sobre as estranhas aparições da Virgem numa localidade perto de Ourém, as greves decretadas pela União Operária Nacional e a constituição de uma nova força política, sob a égide de Egas Moniz, o Partido Centrista Republicano, que advogava a atribuição ao presidente da faculdade de dissolver o Congresso, tida agora como o único meio de salvação de uma República que caminhava a passos largos para o desastre. Certamente terá conhecido esta e outras propostas de reforma, como a de Machado Santos, propugnando o presidencialismo, ou a que visava a instauração de um Conselho Económico Nacional, feita por António José de Almeida no início de 1917. Todas elas lhe seriam úteis no dia em que alcançou o poder e a chefia dos destinos da nação.

Em agosto de 1917, e a crer no testemunho de Brito Camacho, integrava já um «comité revolucionário» para evitar que, se em Portugal ocorresse

uma revolução social, o poder caísse na rua e fosse entregue aos unionistas. Recebia, entretanto, cartas desalentadas do seu irmão Alberto, ainda preso no Forte da Graça, em Elvas («Dá vontade de morrer, já que se não pode fugir por uma vez deste maldito país»), e aos poucos começou a lançar as bases de um golpe militar. Fê-lo, como sempre, de forma muito discreta e sumamente cautelosa, a ponto de, quando questionado sobre se seria Sidónio o cérebro de uma revolução em curso, o ministro dos Estrangeiros, Ernesto de Vilhena, ter dito de forma cortante: «Os senhores estão doidos. Este homem é lá capaz de fazer uma revolução!»

Uma vez mais, a desvalorização da sua pessoa jogava a seu favor e, enquanto os democratas de Afonso Costa afirmavam que «era pouco conhecido da massa republicana», ia conspirando no Centro da União Republicana, de Brito Camacho, e na Farmácia Durão, ao Chiado, do camachista António Ferreira.

Na antevéspera do golpe, jantou na Charcuterie com um abastado lavrador alentejano, António Miguel de Sousa Fernandes, financiador do movimento, ao qual, sempre previdente, deixou um papel em que o nomeava testamenteiro e lhe pedia que, em caso de um desfecho trágico, cuidasse da sua família, da do seu irmão António – e de Céline Chatry. Passado cerca de um ano, Sousa Fernandes estaria a velar Sidónio e, não muito depois, a levar o seu capote para a autópsia do cadáver feita no mosteiro dos Jerónimos.

Na manhã de 5 de dezembro, e como era hábito, Sidónio foi trabalhar no Ministério dos Negócios Estrangeiros, sem levantar suspeitas. À tarde, tomou

o elétrico para a Baixa e, na rua do Mundo, atual rua da Misericórdia, encontrou-se na casa do calista Costa com o alferes Santos Ferreira e com o capitão Feliciano da Costa, que lhe levou uma farda de brim por empréstimo, na qual se colocaram uns galões de major, talvez o mais expressivo sinal de que o chefe da revolta há muito deixara a carreira das armas, ainda que agora surgisse como um militar da cabeça aos pés, pronto a salvar a República da corrupção tenebrosa dos políticos civis («Toda a gente está farta dos políticos», escreveria Raul Brandão logo a seguir ao golpe). Depois, e apesar de já circularem em Lisboa boatos de que fora preso, deslocou-se à casa da telegrafista D. Perpétua Fernandes, no 2.º andar do n.º 137 da rua Gomes Freire – ou, mais precisamente, ao quarto do seu inquilino, o alferes Marques, de Cavalaria 7 – e aí vestiu a farda, como um cadete da Academia. A seguir desceu à rua e foi sentar-se num banco do jardim do Matadouro, na companhia do tenente Teófilo Duarte e de Feliciano Costa, à espera de que a revolução eclodisse.

«Há vinte anos que eu não vestia farda», confessaria mais tarde. Para não levantar suspeitas, não mandara fazer uma nova para este dia, em que andou vestido com um calção e um dólman de linho emprestados por Feliciano Costa e por um capote do seu filho mais velho, Sidónio como ele, aluno da Escola de Guerra. Às 17h50, entrou no quartel de Cavalaria 7 na companhia de Feliciano da Costa e de Teófilo Duarte e daí rumou para a Escola de Guerra. De lá saíram à frente de uma pequena força de quarenta cavalos, rumo ao quartel de Artilharia 1. Conquistada esta unidade, e num movimento tirado a papel químico do 5 de

Outubro, deslocaram-se ao Parque e deram o sinal da revolução em marcha. Não foi um triunfo fácil, e a partir da Rotunda houve que debelar o «círculo de fogo» montado em redor, com as forças pró-governamentais lideradas por Norton de Matos vindas por mar, do Castelo de S. Jorge, do Forte da Graça, da Avenida da Liberdade, de S. Pedro de Alcântara, do Campo Pequeno. No Tejo, a bordo do *Gil Eanes*, António Pais dirigia o fogo contra as tropas do irmão, num dos momentos mais singulares desta nova revolução. De permeio, e com uma cidade desguarnecida de autoridades, tumultos em vários locais, ataques a estabelecimentos por hordas de desgraçados vindos do Castelo, de Alfama, da Mouraria, do Casal Ventoso, com pilhagens no Dragão Chinês e no celeiro ao lado, no Bairro Alto, e assaltos às mercearias da rua dos Douradores e às casas de bacalhau do Conde Barão. Num ataque à Pérola da China, na rua da Palma, um homem ficou com um braço esfacelado por uma granada, havendo ainda a registar, entre muitas outras malfeitorias, a invasão e o saque da casa de Afonso Costa, com os móveis atirados pela janela e uma peixeira a fugir pela rua com um candelabro debaixo do braço.

No dia 7, após um intenso duelo de artilharia e combates no Largo do Rato e na Avenida da Liberdade (os adidos militares franceses e ingleses suplicaram que fossem poupadas as famílias hospedadas no Avenida Palace e o diretor do Manicómio Bombarda telegrafou queixando-se das granadas caídas no pátio do hospital), o governo demitiu-se. Sidónio assistira a tudo fumando cigarros *Baunilhas* uns atrás dos outros e comendo chocolates;

e, sempre ciente do valor e da importância da imagem, repetiu três vezes, até ficar bem, uma cena filmada por Leitão de Barros para a Lusitânia Film, com ele em primeiro plano na Rotunda, a assinar decretos sobre decretos, já senhor da situação. A revolução terminara no Dia de Nossa Senhora da Conceição, 8 de dezembro. Saldo final: cento e nove mortos, mais de quinhentos feridos.

Belém

«Meu caro Sidónio. Depois de grande ansiedade e imenso receio, tivemos enfim a certeza de que saíste ileso e vitorioso dessa tremenda revolução! Respiramos, enfim, e felicitando-te a ti com os abraços que já ontem te enviámos por telegrama, felicitamo-nos a nós por compartilharmos a tua glória! Oxalá agora possas realizar todas as tuas aspirações e executar o programa que decerto tens delineado para salvação da tua querida Pátria! Por aqui, tudo ficou contentíssimo e entusiasmado com a heroicidade dos teus atos, tendo imensa confiança em ti, e agora esperançados de que tudo melhorará», escreveu-lhe a irmã Rita, de Caminha, no dia 10 de dezembro, em seu nome e no da sua mãe.

Nesta fase, porém, e a crer no testemunho do jornalista Rocha Martins, Sidónio Pais não almejava chefiar o governo ou presidir aos destinos da nação. Diz-se até que, antes do golpe, convidara Bettencourt Rodrigues e José Relvas a assumirem

o poder, e, anos mais tarde, o sidonista Teófilo Duarte lembraria que na altura o seu chefe era apenas um dos «numerosos membros do comité unionista encarregado de fazer a revolução», onde, além dele, avultavam os nomes de Alberto da Silveira, Alves Roçadas, Vicente Ferreira, Tamagnini Barbosa e Vasconcelos e Sá. É possível, pois, que tenha entrado naquela aventura seguindo a máxima napoleónica «*on s'engage et puis on voit*», vendo-se depois na contingência de assumir o poder por falta de candidatos, com destaque para Brito Camacho. Só em 27 de dezembro ascendeu à Presidência.

Do ponto de vista logístico, esteve hospedado em duas suítes do Avenida Palace, apesar de este hotel ter visto um dos seus pisos arrasado pela fúria dos combates, e só mudou para Belém em fevereiro de 1918, tempos depois de Bernardino Machado ter abandonado o palácio, onde ficara retido até 15 de dezembro. Fê-lo aliás a contragosto, pois queria permanecer no Avenida Palace, mas os mais próximos convenceram-no a instalar-se em Belém por razões de segurança.

Afonso Costa e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, foram presos por essa altura e o Congresso foi dissolvido a 10, no mesmo dia em que, no coração de Lisboa, uma imponente parada militar desceu do alto de Campolide até à Rotunda, e depois pela Avenida abaixo até à Praça dos Restauradores. A revolução assumia, assim, uma faceta marcadamente militar, ou até militarista, com Sidónio ao comando das tropas, envergando a farda cinzenta dos combatentes da Grande Guerra, ornada com as cinco estrelas de

Comandante em Chefe das Forças Armadas. Na altura, tinha apenas o posto de major e há décadas que não envergava farda, estando há muito afastado do serviço ativo, mas descobriu-se de súbito um militar de corpo inteiro e, ao longo do seu consulado, raramente surgiria trajado à civil. Ainda que no passado tenha conhecido outras praxes e outros rituais – o militar, desde jovem; o académico, em Coimbra; o diplomático, em Berlim –, denotava agora um inusitado apreço pelas encenações de poder planeadas ao milímetro, como o hastear no Palácio da Pena, e à maneira monárquica, de um pendão verde com as suas iniciais, «SP».

Nunca se saberá ao certo se este apreço pelos rituais e pelas cerimónias era um traço de carácter já presente no passado ou, pelo contrário, foi produto de um deslumbramento súbito, típico de um *parvenu*. Tudo indicia que, mais do que um gesto impulsivo e impensado, o culto pelo aparato resultou de uma fina intuição política, a de que a República também necessitava de grandezas e liturgias e que estas eram essenciais para a legitimação e a afirmação pública do governo saído de um golpe militar e erguido sobre mais de uma centena de mortos e quinhentos feridos. A esta luz, Sidónio Pais foi um carismático, sem dúvida, mas um carismático instantâneo, feito de um dia para o outro, um homem a quem na véspera ninguém dava particular importância ou sequer supunha ser capaz de tomar sobre os ombros o difícil encargo da «salvação» de um país marcado pela instabilidade política, pela agitação social e pela entrada na guerra.

Na formação do seu governo – o décimo quinto desde 1910 –, teve de lidar pela primeira vez com as agruras de um líder político e com a necessidade de gerir os interesses e as pretensões de grupos diversos e antagónicos: os unionistas de Brito Camacho, que ao invés de um lugar de destaque para si próprio preferiu o papel de influenciador à distância; os partidários de Machado Santos, que tivera uma ação de destaque no sucesso da revolução de dezembro; os centristas do partido de Egas Moniz; e, por fim, os que consigo estiveram desde a primeira hora da conspiração, como Teófilo Duarte, Eurico Cameira e Feliciano da Costa. Para secretário particular, escolheu o filho António, e, a par de alguns civis mais próximos, rodeou-se de militares. Mais tarde, seguindo a lógica do compadrio que sempre o acompanhou ao longo da vida e que, de resto, pouco se afastava da prática estabelecida e corrente, nomearia o seu irmão Alberto adido militar em Madrid e António Miguel de Sousa Fernandes para o governo civil de Lisboa, sendo curioso notar que, além deste grande lavrador alentejano, o regime sidonista, que se proclamava «antiplutocrático», contou desde sempre com o empenhado apoio do patrão da CUF, Alfredo da Silva, o qual, não muito depois, em 1919, seria alvo de duas tentativas de assassinato e teria de abandonar o país no rescaldo da Noite Sangrenta de 1921. Um ministro de Sidónio, Francisco José Esteves, demitir-se-ia da pasta das Finanças, em 1918, devido ao escândalo causado pela aquisição de um lote de ações dos caminhos de ferro (no Estado Novo, iria dirigir a Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta); e outro dos

mais fiéis de Sidónio, Eurico Cameira, além de ministro do Trabalho, seria diretor da Caixa Geral de Depósitos e, mais tarde, em 1930, já reformado, diretor do Matadouro Municipal do Porto. Ou seja, e em síntese, se o sidonismo é apontado como um tempo de rutura em relação ao regime do 5 de Outubro, não o foi quanto a práticas estabelecidas desde há muito, vindas da época da Monarquia e prolongadas no Estado Novo.

Ainda assim, é um facto que, como se disse, o «dezembrismo» surgiu sob o signo do novo, da rutura com o *statu quo*, patente, por exemplo, na prisão de Afonso Costa e no exílio de Bernardino Machado. Quanto ao mais, assumiu desde os alvares um cunho marcadamente pessoal em torno da figura do chefe, para o que muito contribuiu o seu porte, a sua idade (quando se dá o 5 de Outubro, Bernardino Machado tinha cinquenta e nove anos, Teófilo Braga sessenta e sete, Manuel de Arriaga setenta e Sidónio trinta e oito anos) e sobretudo o seu estatuto de militar, em claro contraste com a imagem desgastada dos políticos civis da «República Velha».

A experiência sidonista duraria pouco, cerca de um ano, terminando com o assassinato do seu líder no Rossio, em 14 de dezembro de 1918, mas ainda assim o suficiente para albergar no seu seio diversas metamorfoses e outros tantos tempos políticos, desde logo o que marcou o fim da lua de mel com os unionistas de Brito Camacho e o progressivo afastamento deste em relação ao seu antigo pupilo.

Logo de início, Sidónio, que acumulava a Presidência da República e a chefia do governo com as

pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, teve de esforçar-se para dissipar as suspeitas de que o «dezembrismo» era um movimento germanófilo e pacifista, sedento de retirar Portugal do esforço de guerra dos Aliados, um passo essencial para obter o reconhecimento *de jure* do novo executivo por parte de potências como o Reino Unido, a França ou os Estados Unidos.

No seu primeiro governo, contava com Machado Santos no Interior, José Feliciano Costa no Trabalho, Alberto Moura Pinto na Justiça, António dos Santos Veiga nas Finanças, Aresta Branco na Marinha, Tamagnini Barbosa nas Colónias, Alfredo de Magalhães na Instrução e Xavier Esteves no Comércio.

Em janeiro de 1918, poucos dias depois de ascender à Presidência, Sidónio viu-se a braços com o primeiro grande sobressalto: uma tentativa de insurreição de quinhentos marinheiros reunidos no quartel de Alcântara, e, no dia 8, a revolta a bordo do cruzador *Vasco da Gama*, que se colocou em frente ao Terreiro do Paço em posição ofensiva, mas acabou alvejado por três tiros disparados do Castelo de S. Jorge, sob o comando direto do presidente. Perante esta reação de força, os tripulantes do *Vasco da Gama* renderam-se no ato e acabaram presos em terra, um episódio que decerto contribuiu para o prestígio e a aura de Sidónio Pais, mas que constituiu um primeiro e sério aviso à sua governação.

Quatro dias depois, a 12 de janeiro, Sidónio iniciou uma visita triunfal ao Norte de quase uma semana. A forte representação da imprensa, com correspondentes dos principais jornais e cobertura

fotográfica de publicações como a *Ilustração Portuguesa* e a *Ilustração Católica*, garantiu um enorme êxito mediático a um périplo seguido por milhares de portugueses em festa. «Não tenho palavras para exprimir a manifestação de Coimbra. A cidade em peso ovacionou presidente e governo», telegrafou da Pampilhosa do Botão um membro da comitiva. À chegada à Invicta, o delírio, com cortejo de S. Bento até ao Grande Hotel do Porto, e, à noite, récita de gala no Teatro Sá da Bandeira. A seguir, Braga, Guimarães, Viana do Castelo e Caminha, onde visitou a mãe, episódio que, como atrás se viu, Rocha Martins descreveria com tonalidades comoventes, mas pouco dignas de crédito. No regresso a Lisboa, Sidónio seria recebido em apoteose na Estação do Rossio, o lugar onde, meses depois, cairá tombado pelas balas de uma Browning belga. Subido à varanda do edifício da câmara municipal, o lugar simbólico onde fora proclamada a República, anunciaria uma nova viagem pelo país, desta feita ao Sul.

Enquanto Sidónio percebeu que a aclamação popular de que fora alvo tinha contornos plebiscitários, dando-lhe um capital político que poderia usar para golpes mais ousados, Brito Camacho tomava consciência de que a criatura se libertara do criador, e que em breve os unionistas poderiam ser descartados do xadrez republicano. Irá, por isso, logo em fevereiro, empreender também ele uma viagem pelo Norte, replicando a de Sidónio, mas obviamente sem o mesmo fulgor e impacto. A imprensa, entretanto, ia começando a noticiar os primeiros indícios de mal-estar entre Camacho e Sidónio, que certamente se terá aprofundado com a

viagem meridional deste último, com idas a Évora (onde, num outro momento pleno de significado, o arcebispo da cidade o comparou a Napoleão Bonaparte), Faro, Vila Real de Santo António, Loulé, S. Brás de Alportel, Portimão, Praia da Rocha e Lagos, com regresso a Lisboa por Beja.

Em Évora, falou de uma «República Nova», na qual todos teriam lugar, mesmo os não republicanos, e estendeu essa mensagem de concórdia aos católicos e à Igreja, com um inciso muito expressivo: «A separação da Igreja do Estado não significa oposição da Igreja ao Estado, ou deste à Igreja.» Criticou, ao mesmo tempo, o sectarismo dos partidos, propondo que entre as esquerdas e as direitas se formasse um grande bloco ao centro, capaz de congregar todos os homens de boa vontade. A «República Nova», acrescentou, era «inteiramente popular», dispensando por isso a mediação de partidos, afirmações que, a juntar às proferidas em Beja, onde fez uma inflamada defesa do presidencialismo, fizeram disparar alarmes nas hostes unionistas. O dissídio culminou no congresso da União Republicana, em 7 e 8 de abril, onde Brito Camacho declarou a rutura definitiva com Sidónio e a saída dos unionistas do governo.

Um deles, Alberto de Moura Pinto, titular da pasta da Justiça e dos Cultos, dera os primeiros passos de aproximação aos católicos através do decreto n.º 3856, de 23 de fevereiro, que revogou alguns dos aspetos mais controversos da Lei da Separação de abril de 1911, a «intangível» de Afonso Costa. O seu sucessor, Martinho Nobre de Melo, um homem próximo dos integralistas, será o autor do diploma que, à revelia do Congresso, e sem respeito

pelas regras próprias de revisão da Constituição de 1911, aprovou o decreto n.º 3997, de 21 de abril, que abriu o caminho à eleição do presidente por sufrágio universal e direto pelos cidadãos do sexo masculino maiores de vinte e um anos, independentemente de saberem ler ou escrever. Previa-se, de igual modo, que o presidente tivesse um mandato mais longo do que quatro anos e conferia-se-lhe a chefia da força armada de terra e mar, «competindo-lhe privativamente empregá-la conforme for conveniente à segurança interna e defesa externa da Nação», e, sobretudo, atribuía-se-lhe a competência para «nomear e demitir livremente os seus Ministros e Secretários de Estado». Por outro lado, a composição do Senado era alterada através de um sistema de dupla representação – territorial e profissional –, sendo quarenta e nove senadores eleitos pelas províncias e vinte e oito por seis categorias profissionais – agricultura, indústria, comércio, serviços públicos, profissões liberais, artes e ciências –, naquilo que constituiu o primeiro ensaio de institucionalização entre nós de uma representação de tipo corporativo.

De permeio, e como se não bastassem a carestia de vida e a carnificina da Flandres, o executivo de Sidónio viu-se a braços com uma nova ameaça: a epidemia de tifo manifestada nos bairros insalubres do Porto e em Espinho, a que se seguiu, não muito depois, o surto de pneumónica ou «gripe espanhola», responsável por mais de cem mil mortos só em Portugal, entre os quais os pintores Amadeo de Souza-Cardoso e Guilherme de Santa-Rita, o maestro David de Sousa, o músico António Fragoso e os pequenos Francisco e Jacinta Marto, videntes de Fátima.

Em nova deslocação ao Porto, no final de fevereiro, Sidónio visitaria o Hospital de Tifosos, onde contactou diretamente com os doentes, demonstrando um destemor e um desapego à vida que em muito contribuiriam para o seu mito, do mesmo passo que, à maneira dos monarcas de outrora, exibiu os seus poderes taumatúrgicos, ao menos no entender dos desgraçados que lhe tocavam, e ao seu capote, em busca de salvação.

A saída dos unionistas do executivo, além de ter privado Sidónio de um importante apoio político, obrigou a uma remodelação governamental e adensou o papel dos centristas de Egas Moniz, por um lado, e a necessidade de criar uma força situacionista, o Partido Nacional Republicano, a qual, todavia, não só não conseguiu configurar-se como «partido único» como foi desde o início minada por rivalidades e divisões internas (*v.g.*, entre as opções parlamentarismo *vs.* presidencialismo). Nesta primeira mudança de governo, Moura Pinto saiu da Justiça, sendo substituído por Martinho Nobre de Melo, Santos Veiga cedeu o lugar a Xavier Esteves, transitado do Comércio, Carlos da Maia substituiu Aresta Branco na Marinha, Machado Santos passou do Interior para as Subsistências, entrando Eduardo Oliveira para a Agricultura. Para o Interior foi designado Henrique Forbes da Fonseca e, para o Comércio, Manuel José Pinto Osório.

Anunciadas as eleições, as forças políticas tradicionais logo se aperceberam do seu carácter plebiscitário, apelando em conformidade à abstenção, que acabaria por ter resultados expressivos. Para evitar sobressaltos, restabeleceu-se a censura a poucos dias da realização do sufrágio, o que,

em conjugação com a ação da Polícia Preventiva (criada logo a 20 de dezembro de 1917, dias depois do golpe) e outros atos de condicionamento ou repressão dos opositores, garantiu *a priori* uma tremenda vitória nas urnas.

No dia 28 de abril, pelo meio-dia e trinta, trajando à civil, de casaca, gravata e cartola pretas, em luto pelo falecimento recente do seu irmão Aureliano (no Hospital Conde Ferreira, onde estava internado há muito), o cidadão Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais compareceu no claustro da Casa Pia, no mosteiro dos Jerónimos, para aí exercer o seu direito de voto. Na véspera, curiosamente, fora publicado um diploma que definia o uniforme do presidente da República, equiparando-o ao dos oficiais-generais e coberto de estrelas, como se o sufrágio estivesse já decidido e doravante a República só pudesse ser chefiada por um militar ou, mais ainda, apenas por ele próprio. À época, lembremo-lo, quem assim se engalanava era somente major do Exército, mas o cuidado posto no respetivo atavio evidencia uma preocupação com a imagem e com a coreografia do poder que explica, em larga medida, o modo como o «carisma» de Sidónio foi fabricado e inventado²⁵, num esforço de *marketing* político que daria inquestionáveis frutos, antes e depois da sua morte. «É Enorme a Votação do Governo», «O Povo Português Confirmou o Triunfo da Revolução»,

25 Cf. Vasco Manuel Veloso Ventura, *Sidónio Pais e a Encenação do Poder durante a «República Nova»*, Lisboa, 2013, policopiado, com vasta recolha iconográfica.

«Triunfou a República Nova», disseram os jornais ainda no dia do sufrágio, que culminou na previsível eleição de Sidónio, como candidato único, por 470 831 votos, com uns esmagadores 91% – mas, note-se, com uma participação eleitoral de apenas 57% (ou mesmo 53,8%, segundo outras estimativas, as quais oscilam também entre 513 958 votos ou 473 789 votos). Nas eleições parlamentares, igualmente realizadas nesse dia, a abstenção rondou os 61% para a Câmara dos Deputados e os 66,7% para o Senado. Números assaz expressivos, reveladores de que o abstencionismo propugnado pelos três grandes partidos – o democrático, o evolucionista e o unionista – foi, na substância das coisas, o grande triunfador.

Talvez isto nos permita concluir que, em boa medida, o sidonismo não passou de uma ficção, já que a tão propalada popularidade do líder não teve tradução real na afluência às urnas e tudo pareceu cingir-se, uma vez mais, ao plano da imagem e das aparências. Na verdade, quem não se deixe ofuscar pelas fotografias do povo nas ruas, pelas imagens dos desfiles e paradas e dos banhos de multidão, ou pelos relatos do ambiente surreal vivido em Lisboa aquando das exéquias do Grande Morto, provavelmente concluirá que a «República Nova» foi, antes de mais, um trabalho de propaganda e de orquestração, assente sobretudo na desunião dos seus opositores, que nunca conseguiram constituir uma «frente única» capaz de o enfrentar. Pode mesmo especular-se que, se acaso não tivesse morrido, ademais de forma tão teatral e abrupta (outro dado que muito contribuiu para o seu mito), Sidónio Pais teria

provavelmente sucumbido à mesma voracidade com que a República foi tragando sucessivos governos e outras tantas fórmulas políticas, umas monopartidárias, outras de «concentração».

A 9 de maio de 1918, a partir da varanda do edifício da câmara municipal de Lisboa, Sidónio falou ao coração da multidão em êxtase, adotando agora um registo abertamente populista, mas também, e como sempre, humilde e conciliador:

«Povo Português! Sinto-me orgulhoso de ser o teu Presidente eleito e procurarei, quanto em minhas forças caiba, corresponder à confiança que em mim depositaste, sendo o teu amigo de todas as horas e interpretando o teu sentir e a tua vontade soberana, única a que me curvarei, e a quem ninguém poderá desobedecer sem passar por cima de mim.

Nenhum ódio, nenhuma inimizade pessoal, nenhum sentimento rancoroso encontra eco no meu coração, só tenho a aspiração veemente de conciliar todos os nossos interesses legítimos. Poderei errar, mas apenas me demonstrem o erro estou pronto a emendá-lo sem ressentimentos nem vaidades, sem teimosias, ininteligentemente, sem intransigências tiranizantes.

Todo o povo português pode contar em mim um amigo, pronto a defender a sua justiça, ainda que seja o meu maior inimigo.

Nenhumas perseguições fiz, tomei somente as medidas indispensáveis para assegurar a ordem pública que à minha guarda estava confiada.

Povo Português! Ao assumir o exercício da Suprema Magistratura da Nação, as minhas

primeiras saudações vão para as forças de terra e mar que heroicamente se bateram ao lado dos nossos aliados contra o inimigo comum pela causa da Liberdade, do Direito e da Independência dos Povos.

Essas forças são a tua emanção, são o teu sangue. Saudando-as abraço-te a ti, a todo o Povo Português, no teu grande desejo de justiça tão ardentemente manifestado na espontaneidade com que abraçaste a causa dos aliados!»²⁶

Na véspera, três decretos de rajada procuraram revestir a nova ordem de tonalidades humanistas e pacificadoras, aprovando uma generosa amnistia geral, a concessão de indultos aos presos e a reintegração no Exército de meia dúzia de militares de baixa patente (quatro ex-segundos-sargentos de Artilharia e três ex-soldados da Guarda Fiscal). E, na sua alocução, Sidónio sublinharia vincadamente a necessidade de paz e de concórdia, de «uma base estável que não poderá encontrar-se senão na união espiritual de muitas almas».

Agora legitimado pelo voto nas urnas, iniciava funções em clima de apoteose, com um cerimonial coreografado ao pormenor: saída em landau aberto do Palácio de Belém, vestido já com o novo uniforme de oficial-general; guarda de Cavalaria 7, de lanças e flâmulas ao vento; presença das mais altas individualidades civis e militares, do corpo diplomático e dos adidos militares dos

26 Feliciano de Carvalho, *Um Ano de Ditadura. Discursos e Alocuções de Sidónio Pais*, Lisboa, 1924, p. 58.

Aliados; palmas, aclamações, incessantes vivas, e, pela tarde, imponente desfile militar na Avenida, com o presidente montado no seu cavalo de Alter castanho, de espada desembainhada. À noite, banquete no Palácio de Belém, récita de gala no Coliseu dos Recreios e grande ovação em S. Carlos. Dias depois, tourada de gala no Campo Pequeno, nova manifestação grandiosa. Sidónio apresentava-se só, sem a presença da mulher, ausência que, por um lado, adensou a sua imagem de homem inteiramente devotado ao serviço da pátria, e, por outro, o tornou ainda mais atraente aos olhos de muitas senhoras.

O brilho dos festejos contrastava, porém, com a situação real do país. Além da crise económica e social, Sidónio Pais tomava posse poucos dias depois da tremenda derrota na Batalha de La Lys, o maior desastre bélico português depois de Alcácer Quibir, com mais de quatrocentos mortos e seis mil prisioneiros, segundo as estatísticas oficiais. Ainda que as culpas pela tragédia não lhe possam ser inteiramente assacadas, uma vez que aquela resultou essencialmente de uma deslocação inopinada das tropas inglesas, expondo o Corpo Expedicionário Português à ofensiva alemã, o facto é que o episódio daria pretexto aos críticos de Sidónio e à sua alegada germanofilia, ou, se preferirmos, ao seu fremente desejo de pôr termo à participação portuguesa na Grande Guerra, contabilizada em mais de sessenta mil mortos.

A omnipresença da morte, fruto da guerra e das pandemias, levaria àquilo a que já se chamou um «regresso aos altares», um surto de religiosidade

e misticismo que percorreu diversos países europeus, Portugal incluído, com as aparições de Fátima a mobilizarem a ida de um número cada vez maior de crentes ou simples curiosos à Cova da Iria e a favorecerem uma maior intervenção da Igreja e dos católicos na vida política, apoiada por outros gestos plenos de simbolismo, como a beatificação de Nuno Álvares Pereira pelo Papa Bento XV, em janeiro de 1918. Em muitos lugares, houve também um forte impulso da crença no espiritismo, com os familiares dos mortos a ansiarem por contactos com os seus entes queridos no Além, num movimento que se prolonga até hoje, patente nos ramos de flores deixados na campa do «Presidente-Rei».²⁷

Porém, o recrudescer de crenças de várias ordens não era capaz de iludir a situação social calamitosa então vivida, a que Sidónio tentou responder com medidas económicas intervencionistas e «antiplutocráticas» e alguns paliativos do foro caritativo, com destaque para a Obra de Assistência 5 de Dezembro, mais conhecida por «cozinhas económicas», «sopas dos pobres» ou «sopas do Sidónio». O presidente inaugurou dezenas delas pelo país fora, na companhia de «distintíssimas senhoras», e, fiel ao seu estilo, não hesitou em inspecionar as cozinhas e comer com os desvalidos, sempre sob o olhar atento da

27 Cf. Jay Winter, *Sites of Memory, Sites of Mourning, The Great War in European Cultural History*, Cambridge, 1998. Entre nós, António Araújo, *Sons de Sinos. Estado e Igreja no Advento do Salazarismo*, Coimbra, 2010.

imprensa e dos Serviços Cinematográficos do Exército, por ele criados.

Vital Fontes, o eterno mordomo de Belém, que aí servia desde os tempos de D. Luís, descreveria a sua rotina no palácio, também relatada por Rocha Martins: levantava-se cedo, às oito da manhã, era rapidamente escanhado pelo Franco, barbeiro do Avenida Palace, tomava o pequeno-almoço em pé e começava a trabalhar, incessantemente. Fumava muito, quatro maços de *Baunilhas* diários. Ao meio-dia, almoçava, «a sua grande refeição sólida», e à tarde saía em visitas ou continuava a trabalhar no gabinete. À noite, gostava de frequentar os teatros, nunca se deitando antes das três da madrugada, depois de tomar um copo de leite para desintoxicar do tabaco. Rocha Martins garante que dormia «num pequenino aposento» e «na mais banal das camas». Quando morreu, tinha na mesa de cabeceira uma pombinha de algodão em rama, com olhos de missanga, oferta de uma anciã, e, na cómoda, escovas e frascos, um maço de cigarros, não mais.

Recebia dezenas de cartas de mães, de viúvas, de solteiras e casadas, umas mais apaixonadas do que outras, mas o mordomo de Belém e o jornalista Rocha Martins asseveram que jamais mulher alguma pernitoou no Palácio, facto tanto mais singular quanto, no dizer de Rocha Martins, «Sidónio Pais fora um amoroso louco; tivera apaixonadas incandescentes, duma das quais até lhe nascera uma filha, hoje reconhecida; agradara, mesmo quando era um simples alferes sem nome, a muitas mulheres; em Coimbra deixara longa fama e ainda existe

em Berlim uma grande pasta bem fechada na qual guardava as cartas das que o tinham amado»²⁸.

À semelhança dos seus antecessores, pagou renda pela utilização de Belém, atualizada no seu tempo para 105\$00, e, porventura, também pelo uso da Pena, onde, segundo Raul Brandão, terá ocorrido aliás um episódio curioso: um dos seus ministros, após ter esperado duas horas para ser recebido por causa da assinatura de uns papéis urgentes, ao entrar no gabinete do presidente ainda teve ensejo de ver «uma saia a desaparecer pela porta».

Francisco Rocha Martins dedica aliás às mulheres um capítulo inteiro das suas *Memórias sobre Sidónio Pais* e, de facto, esse é um ponto fulcral para compreender o sidonismo e a projeção que o seu protagonista alcançou em vida ou nos tempos imediatamente subsequentes à morte, o tão falado «carisma» de Sidónio.²⁹ A este propósito, Raul Brandão escreverá que Sidónio «não conseguia passar sem saias à sua volta» e que «havia nele uma distinção que os outros não tinham, não sei o quê, que atraía os homens e principalmente as mulheres – desprendimento de si próprio, arrojo, amor dos humildes (todos os pobres de Lisboa o choraram e eles bem sabem porquê). Metade príncipe, metade *condottiere*, seduziu, passou como

28 Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, cit., p. 118.

29 Sobre este ponto, e sobre a importância da figura física de Sidónio, cf. João Medina, *O «Presidente-Rei» Sidónio Pais. Estudos sobre Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, 2007, em esp. pp. 18-24.

um relâmpago e não deixou vestígios, porque a força que um momento o ergueu até ao alto, se não era fictícia, desapareceu ao primeiro sopro. A nevrose coletiva, depois de ele morrer, atingiu o auge. Já em vida as mulheres o adoravam até ao ponto de o rodearem numa exposição de pintura, tocando-o a medo como a um ídolo». ³⁰

No dia 15 de maio, tomou posse o novo governo, maioritariamente composto por militares, já sem Sidónio nas pastas da Guerra e dos Estrangeiros e, note-se, sem o lugar de presidente do ministério, funções que o chefe do Estado passou a desempenhar. O regime assumia, cada vez mais, um carácter unipessoal e de *one man show*, como ficou patente logo no dia 18, pouco depois da entrada em funções do novo executivo, quando Sidónio, em viagem pelo Porto, e ao visitar a cadeia daquela cidade, decidiu libertar subitamente todos os que aí se encontravam presos, num gesto impulsivo e majestático, tomado em jeito monárquico: «Saíam. Estão todos livres. A todos dou liberdade.»

No dia da tomada de posse do novo executivo, outro momento inusitado, inédito em muitos anos de República, com Sidónio Pais a deslocar-se à Sé Patriarcal de Lisboa para assistir a uma missa solene por alma dos soldados mortos na Flandres. A presença num templo religioso do antigo «irmão Carlyle», que se declarara descrente desde os catorze anos,

30 Raul Brandão, *Memórias*, volume III – *Vale de Josafat*, Lisboa, 1933, pp. 98-99.

terá provocado o escárnio ou a fúria dos velhos republicanos, mas foi um gesto pragmático, carregado de simbolismo e de significado político. Com ele, e de uma penada, Sidónio dava o golpe de misericórdia no republicanismo histórico da Lei da Separação de Afonso Costa, mostrava aos católicos o desejo de entendimento e boa vontade e sinalizava à Santa Sé o seu empenho no reatamento de relações diplomáticas, naquilo que viria a ser um dos maiores êxitos do seu consulado, para o que muito contribuiu o labor do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, António Egas Moniz.

Sidónio Pais mostrava ser, assim, um político mais astuto e mais hábil do que os seus adversários supunham, e do que a sua apagada imagem de outrora fazia crer. Aos poucos, porém, começou a avultar a sua inexperiência na gestão dos negócios públicos, o seu modo impulsivo de governar, ora com laivos generosos, ora coléricos, e o governo sidonista mostrava ressentir-se das rivalidades e dos problemas surgidos entre os seus protagonistas, a ponto de a situação política se ter deteriorado, não por ação das oposições, mas por divergências surgidas no seio do executivo, com as demissões, em junho, do secretário de Estado das Finanças, Francisco Xavier Esteves, envolvido num escândalo de compra de ações dos caminhos de ferro, e de Machado Santos e José Carlos da Maia, das pastas das Subsistências e da Marinha, respetivamente.

Por culpa própria ou alheia, ou provavelmente por ambas, a «República Nova» não só não conseguia sanar a instabilidade crónica do regime como se convertia, ela própria, num foco de novas tensões e incertezas. Ao longo

de um ano, três remodelações governamentais, um vendaval de medidas e decretos, alguns dos quais logo suspensos e revogados, sem que desse frenesi legiferante surgissem grandes resultados práticos. Em muitas áreas da governação, aliás, pagava-se o custo político de certas medidas – como, por exemplo, nas que se propunham combater a especulação nos preços dos bens de primeira necessidade –, sem obter, do mesmo passo, os benefícios que delas se esperavam, nomeadamente para a melhoria das condições de vida das populações. Estas, naturalmente, mostravam-se cada vez mais impacientes, quando não de todo desiludidas, e, no regresso do verão, recrudescera ao limite a agitação operária, com o espectro do bolchevismo em pano de fundo, a ponto de um negociante de joias russo ter chegado a estar preso, sob suspeita de ser um agente de Moscovo. Numa atmosfera carregada de intrigas e boatos, dizia-se em surdina que o presidente estivera prestes a ser envenenado, ou raptado no concurso hípico da Palhavã e depois sequestrado no forte da Ameixoeira. A conselho dos amigos, Sidónio começou a recolher-se mais no Palácio de Belém. Em 12 de outubro, o governo decretou o estado de sítio, tentando controlar um movimento insurrecional que, nesse mesmo dia, eclodiu em vários pontos do país, de Vila Real a Beja, com especial gravidade em Évora e em Coimbra. A repressão do movimento foi férrea e em massa, falando-se em mais de dez mil presos, entre militares e civis. Uma transferência de cento e quarenta presos, em Lisboa, a célebre «Leva da Morte», gerou

tumultos graves, acabando com tiroteio e três mortos, entre os quais o primeiro visconde da Ribeira Brava, Francisco Correia de Herédia.

Sidónio, que decidira passar o verão no Palácio da Pena, na companhia de senhoras aristocratas e em festas para crianças pobres, com camelos e pôneis mandados vir do Jardim Zoológico, teve de enfrentar, no outono de 1918, o pico mais grave da gripe pneumónica (quase trinta e dois mil mortos, só em outubro), mas o expediente habitualmente usado – as viagens pelo país, com banhos de multidão, como a que iniciou por Trás-os-Montes e pelo Douro em finais de setembro – já mal disfarçava um sentimento generalizado de caos e de abismo iminente. No dia 5 de outubro, e a pretexto da gripe espanhola, foram suspensos os habituais festejos comemorativos da revolução republicana, e três dias depois, nova remodelação ministerial, com a entrada de Egas Moniz para os Negócios Estrangeiros, num claro sinal de que, perdido o apoio de Brito Camacho e de Machado Santos, Sidónio e o Partido Nacional Republicano estavam então nas mãos dos centristas. Do primeiro governo de Sidónio, só dois nomes se mantinham, o de Tamagnini Barbosa, agora nas Finanças, e o de Alfredo de Magalhães, na Instrução.

Nem a celebração da assinatura do armistício pela Alemanha, em 11 novembro, conseguiria vencer o sentimento de que o regime se encontrava sob ameaça, agora materializada na greve geral desencadeada a 18 desse mês, e a que o governo só foi capaz de pôr cobro com uma repressão gigantesca, saldada em mais de trezentas prisões. Reaberto no início de dezembro, após prolongadas

férias, o Congresso mergulharia de imediato nas habituais controvérsias sobre questões de regras e procedimentos, sendo sintomático que, por essa altura, ainda se debatesse a sempiterna questão do sistema de governo e da opção a tomar entre presidencialismo e parlamentarismo.

A 6 de dezembro, um dia depois de ter participado nas celebrações do golpe do ano anterior que o conduziu à chefia do Estado, Sidónio Pais condecorou os náufragos do caça-minas *Augusto de Castilho*, afundado pelos alemães, num episódio que vitimara, entre outros marinheiros, o heroico Carvalho Araújo. À saída da cerimónia, realizada no Comando Central das Defesas Marítimas, em Belém, à beira-rio, o presidente foi visado por três vezes por um jovem de dezoito anos, Luís Maria Baptista, praticante de piloto e filho de um comerciante com loja aberta de mercearias e vinhos na rua dos Fanqueiros, a Dispensa do Povo, no n.º 64 dessa artéria, hoje a Pastelaria Pombalina. Por sorte, a arma encravou, Sidónio escapou ileso, mas as suspeitas de envolvimento da Maçonaria no atentado fizeram com que, na noite de 8 para 9 de dezembro, a sede do Grémio Lusitano e a Loja Pró-Pátria, na Calçada do Sacramento (a que pertencia o pai de Luís Baptista), fossem assaltadas e vandalizadas por grupos de militares e civis (após o 28 de Maio, todos os implicados no assalto foram ilibados).

No dia 14, Sidónio projetava ir ao Porto. Oficialmente, iria inaugurar uma exposição de belas-artes a convite do presidente da câmara de comércio daquela cidade, mas o motivo real da visita era, segundo se diz, apaciar os riscos de uma conjura

monárquica que grassava entre os militares do Norte. A mulher e a filha iriam ter com ele, tendo combinado encontrarem-se no Grande Hotel do Porto (depois, Sidónio telegrafou dizendo que era melhor irem ter a Campanhã). «Cá te esperamos no dia 14. Estou ansiosa por te ver e abraçar. Aceita abraços de todos», escreveu-lhe Maria dos Prazeres.

Ao final da noite, ao chegar à Estação do Rossio, ficou impressionado com o aparato policial aí montado, disse que não era o czar da Rússia e que para a próxima vez viria a pé. Enquanto a banda da GNR tocava o hino, e ao encaminhar-se para a segunda porta de entrada dos passageiros, acompanhado do capitão Cameira, dos seus ajudantes de campo, do irmão Alberto e do filho António, foi abatido, tombando aos pés do porteiro da estação, o sr. Anastácio Trindade.

Da estação ao Panteão

Um cão preto. Ninguém sabe de onde surgiu, ou sequer se tinha dono. Perguntaram para Belém se pertenceria ao presidente morto, pois viera de lá com o cortejo, mas do palácio responderam que não, ninguém sabia do cão. O certo é que o bicho passaria a noite inteira junto à urna de Sidónio, na câmara municipal de Lisboa, e, a dada altura, tiveram de o fechar numa sala ao lado, pois não havia maneira de o afastar da presença do defunto. No final das exéquias, e decerto enternecida por aquela devoção canina, a família de Sidónio levaria o animal para Coimbra e nada mais se soube dele.

A história do cão preto, contada por todos os jornais da época e por João Chagas, e recuperada recentemente por João Medina³¹, foi só mais

31 Cf. João Medina, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, 1994, obra que seguimos de perto na descrição das exéquias fúnebres de Sidónio.

um dos muitos episódios estranhos e bizarros que o funeral de Sidónio suscitou. Alguns caricatos também: na noite de 16 de dezembro, quando o Congresso se reuniu para eleger o novo presidente, de acordo com o preceituado na versão originária da Constituição de 1911, agora reposta em vigor, não havia ninguém às portas de São Bento para saudar o novo chefe do Estado, o apagado e discreto almirante Canto e Castro, pelo que alguns deputados e funcionários da Assembleia se precipitaram para o exterior do edifício para aclamar o eleito, o que valeu um comentário irónico do parlamentar católico António Lino Neto, recolhido por Rocha Martins: «Já lá vão os deputados fazer de povo!»

No dia 23, Tamagnini Barbosa foi nomeado chefe do governo, liquidando-se assim, e de vez, o sonho ou a vertigem do presidencialismo à americana. Entretanto, em Belém, três médicos afadigavam-se a embalsamar o cadáver, vestindo-o depois com o uniforme de grande gala. Foi assim que o viu a sua família, chegada a Lisboa no dia seguinte, naquela que foi a primeira e última vez que D. Maria dos Prazeres franqueou as portas do Palácio de Belém. Outros, decerto menos ilustres, mas muito mais numerosos, aglomeraram-se às centenas junto ao palácio e, na ânsia de verem o seu ídolo morto, aí exposto na Sala Luís XV (atual Sala dos Embaixadores), acabaram por rebentar um dos portões de acesso ao Pátio dos Bichos.

Para o cortejo de dia 18, entre Belém e a Praça do Município, esgotaram-se as coroas fúnebres em Lisboa, os jornais informaram que uma loja do Rossio vendera já dois mil pares de luvas pretas, que o preço das flores aumentara cem por cento

e o do metro de crepe preto subira cinquenta por cento. Na reminiscência de Raul Brandão, houve gente a beijar as rodas do carro que transportava o cadáver de Sidónio Pais e, à semelhança do que se passara no Palácio de Belém, na câmara municipal sucederam-se os desmaios de gente de todas as idades e condições sociais, de mulheres sobretudo, mas também de homens feitos, militares e polícias. A meio da tarde desse dia, o serviço de socorros da Cruz Vermelha instalado no local atendera já duzentas e trinta pessoas, vítimas de síncope várias, número que ascenderia a quatrocentos nas horas seguintes.

No interior do edifício da câmara, rodeada de enfermeiras da Cruz Vermelha, a condessa de Ficalho, D. Maria Josefa de Melo, chamara a si a tarefa de velar o cadáver, que na altura, e pese o profissionalismo e os esforços dos médicos de Belém, exalava já um acentuado odor a decomposição. Segundo o testemunho de Maria Feio, outra sidonista devota, «a despeito do embalsamamento e do perfume das violetas, dos lírios e dos junquinhos que o rodeavam aos montes, exalava-se um cheiro de decomposição do cadáver que servia de invólucro a um espírito gentil». Sidónio era então, prossegue Maria Feio, «uma massa de despojos irreconhecíveis», em que «os olhos haviam desaparecido sob a intumescência das carnes inchadas e lívidas» e «da boca roxa e disforme escorria uma espuma sanguínea e viscosa», que, de tempos a tempos, a condessa de Ficalho ia limpando com o auxílio de rolos de algodão. Anos depois, em 1921, entrevistada por Artur Portela no seu palácio, a condessa falava como uma viúva, recordando os

cravos que lhe mandara em tempos, dizendo que «toda a gente ainda pensa nele», «eu sinto, sinto a sua recordação», e afirmando, enfim, «admirei-o intensamente como portuguesa». ³²

O país viveria então um mês inteiro de luto, oficialmente decretado, quinze dias de luto pesado e outros quinze de aliviado. Nos jornais e no parlamento falou-se do restabelecimento da pena capital e houve notícias de gente espanca-

32 Artur Portela, «Memórias de outros tempos. O palácio encantado da condessa de Ficalho», *Diário de Lisboa* de 15 de novembro de 1921. Segundo Rocha Martins, a condessa de Ficalho foi, além da sua mãe, a única mulher com quem Sidónio se correspondia enquanto presidente, sendo muito interessante, a este propósito, a entrevista que D. Maria Josefa de Melo lhe concedeu e que Martins publicou em *Memórias sobre Sidónio Pais*, cit., pp. 129ss. A dado passo, a condessa não hesita em qualificar Sidónio como «um dominador». É muito interessante a correspondência que manteve com Sidónio e a sua família, publicada como apêndice à dissertação de doutoramento de Armando Malheiro da Silva. Na primeira carta que escreve ao presidente, Josefa de Melo confessa: «Vivo muito só e sigo passo a passo a obra de V. Ex.^a que sempre mais e mais admiro há muitos anos»; noutra missiva, de 30 de setembro de 1918, diz-lhe que vai enviar uma medalha de Nossa Senhora da Conceição, suplicando-lhe que a usasse sempre «na carteira, na algibeira, como queira»; e noutra carta, esta dirigida ao filho de Sidónio, a quem trata por «Si», diz-lhe que tem rezado à alma do pai («Ele está no Céu, se o seu grande coração errou algum dia foi por ser bom demais»), adiantando noutra missiva: «Sonhei consigo esta noite, não sei se seria por ter pensado que lhe queria escrever se seria seu Pai que quer alguma coisa de mim...»

da até à morte por ter depreciado o presidente assassinado. Numa gigantesca onda de repressão, a que já se chamou «terror sidonista», foram presas dezenas ou mesmo centenas de pessoas por desrespeito à memória do Grande Morto, e, dias a fio, os jornais falaram do «*complot* de Carnide», envolvendo homens armados, de um bródio largo no Pote de Água e de uma ceia festiva numa taberna na sobreloja da Farmácia Costa, em S. Pedro de Sintra, em que os convivas brindaram à morte de Sidónio e, com garfos e facas, golpearam a sua efígie. Foram detidos vários empregados do Manicómio Miguel Bombarda, por estarem a celebrar a morte de Sidónio, a jornalista Virgínia Quaresma foi igualmente detida em resultado da denúncia de uma mulher de cor, que jurava tê-la visto a beber champanhe em sinal de regozijo, um empregado menor do Liceu Gil Vicente foi denunciado por duas auxiliares de limpeza daquele estabelecimento, o maestro Luís Filgueiras, do Teatro da Trindade, teve de desmentir publicamente o boato de que dera um baile em sua casa, enquanto o jornal *O Tempo* noticiava que o comerciante Deodato Quintino comemorara o homicídio com um grupo de «formigas». No Porto, notícia da detenção do guarda civil n.º 64, Manuel Leite de Carvalho, por estar a festejar o sucedido em conjunto com a mulher, e, em Braga, prisão de um empregado do telégrafo, «um tal Lopes», por, ao ter recebido o telegrama com a notícia do assassinato do presidente, se ter posto a dançar de satisfação. Até no Palácio de Belém, um dos epicentros da tragédia, o guarda n.º 4624 deu voz de prisão ao varredor da câmara Albano Alves Lopes,

«por pronunciar palavras irreverentes» a poucos metros de distância do caixão do Grande Morto.

Falou-se em três assassinos, suspeitou-se de uma conjura maçónica, prendeu-se o grão-mestre Sebastião Magalhães Lima, em cujo bolso encontraram uma carta inócua do homicida do presidente. Detido no Hotel Francfort do Rossio, levado para o governo civil e aí protegido pela polícia da população que gritava «Mata-se! Mata-se!», Magalhães Lima escapou por um triz de ser linchado, o mesmo sucedendo com o antigo e maior protetor de Sidónio, Manuel de Brito Camacho, que teve de refugiar-se em casa de um amigo e depois, acalmada a tormenta, escapar para Aljustrel, a sua terra natal.

Em vida, Sidónio dissera não ser religioso e afirmara em testamento que lhe repugnava «toda a pompa ou luxo em funerais», pedindo que o sepultassem em campa rasa sem cruz. Tudo ao contrário do que viria a ter no seu enterro, pois, em boa verdade, depois de morto já não era ele, o Sidónio corpóreo, de carne e osso, com senhorio da sua vontade, mas um Sidónio-outro, o do mito, o da lenda, aquele a quem chamariam, entre outros epítetos gloriosos, «Nun'Álvares da República», «Paladino», «Grande Morto» (ou «Nosso Grande Morto»), «Herói que Morreu Mártir» (ou apenas «Herói»), «Segundo Condestabre», «Grande Presidente», «Santo Apóstolo do Ideal», «Santo Herói», «Bem-Amado», «Mártir», «Predestinado Condutor de Povos», «Protetor dos Humildes», «Grande Português», «Galaaz», «Magriço», «Novo D. Pedro V», «Redentor», «Cristo-Redentor de Portugal» ou «Enviado do Céu».

Foi enterrado com dois crucifixos ao pescoço, uma medalha do Coração de Jesus e outra da Imaculada Conceição, e um crucifixo de madeira preso na farda, sendo provável que a colocação de tantos objetos sacros tenha sido feita, como sempre, pela condessa de Ficalho. Por sua alma foram mandadas rezar centenas de missas, a instâncias de entidades tão diversas como a Comissão da Bateria de Artilharia de Campolide, a Irmandade de Nossa Senhora das Dores, uma comissão de senhoras, os funcionários da Caixa Geral de Depósitos, os alunos da Escola de Guerra, o cauteleiro fardado n.º 4418. Duas senhoras, D. Deolinda Varandas e D. Maria Mercês Lamas, abriram uma subscrição para a compra de uma cruz de Cristo em ébano e marfim, feita pela Casa Leitão, destinada a ser colocada no ataúde do chefe do Estado, enquanto outra senhora, D. Maria Madalena Trigueiros de Martel Patrício, lançou uma subscrição para se oferecer a Maria Sidónia, por ocasião do seu casamento próximo, um «colar de lágrimas», feito de pérolas, em lembrança do seu pai, peça que a família ainda conserva.³³ Outro benemérito, Eduardo O'Neill Baptista, propôs com êxito que o cortejo fúnebre fosse seguido por várias crianças vestidas de anjinho, uma das quais a sua filha Preciosa Eduarda e outras duas órfãs de epidemiados recolhidas no Asilo da Mendicidade.

33 Encontra-se reproduzido, por ex., em *Sidónio Pais. O Retrato do País no Tempo da Grande Guerra*, coordenação de Maria João Neto, Casal de Cambra, 2018, p. 25.

Na recordação do escritor José Gomes Ferreira, o funeral de Sidónio «foi talvez o momento de maior delírio a que assisti nesta frenética pátria do século xx». ³⁴ A imprensa, compungida, chegou a falar na presença de um milhão de pessoas no cortejo fúnebre, um número assaz estranho, porquanto toda a população de Lisboa não chegava na altura sequer a metade disso. Em todo o caso, foi extenso e impressionante o rol das agremiações que se associaram ao evento, espelho da sociedade civil de então: entre tantas outras, a Associação de Classe dos Guardas-Noturnos, a Academia Luís de Almeida Grandela, a Associação dos Proprietários de Automóveis, a Associação dos Vendedores da Praça da Figueira, o Grémio Dramático Primeiro de Dezembro, o Recreio Desportivo Nacional Club, a Associação do Pessoal Menor das Oficinas das Escolas Oficiais de Lisboa, etc. Também ilustrativa, e muito notada na altura, foi a presença no cortejo de centenas de mendigos e aleijados, de ambos os sexos e de todas as idades, que seguiram a urna formando um grupo compacto de trezentos ou quatrocentos infelizes.

Então com doze anos, Humberto Delgado foi mobilizado, em conjunto com um grupo seletivo de «Meninos da Luz», para acompanhar as exéquias fúnebres do chefe do Estado. A dado passo, e com Lisboa envolta num ambiente de comoção e pavor, ouviu-se um estrondo que parecia ser uma bomba, com a multidão a dispersar em pânico. Os alunos

34 José Gomes Ferreira, «Recordação do enterro de Sidónio», *Vida Mundial* de 6 de março de 1975, republicado in *Revolução Necessária*, Lisboa, 1975, pp. 149-151.

do Colégio teriam na ocasião uma atitude heroica, mil vezes recordada nos anos vindouros nos anais e nas revistas da instituição: sem que os oficiais que os comandavam tivessem dado qualquer ordem, armaram baioneta instintivamente e, dando meia-volta, formaram uma fila compacta virada para o Rossio, de onde vinha uma avalanche de gente apavorada, a qual, não fora a pronta intervenção dos «ratas», decerto teria lançado o caos sobre o cortejo fúnebre de Sidónio Pais. Como sempre sucede, há várias versões sobre quem foi o responsável pela proeza, dizendo uns que a ordem para armar baioneta viera do aluno mais graduado, garantindo outros que fora da autoria do capitão comandante. Nas suas *Memórias*, Delgado reclamaria para si os louros do sucesso – «Encontrando-me na segunda fila, imediatamente dei meia-volta e os outros imitaram-me»³⁵ –, mas, muito provavelmente, a verdade estará a meio entre as diferentes versões da história.

Não muito depois, novos sons de tiros vindos da Baixa, cenas de pânico nas ruas de São Nicolau e da Vitória, entre outras artérias. Uma das vítimas dos disparos seria um jovem professor de trinta anos, de nome António Sérgio de Sousa, ferido com uma bala no ventre e submetido, no Hospital de São José, a uma laparotomia salvífica. Além de Sérgio, os jornais deram notícia de outras vítimas, estas mortais: uma Leopoldina da Conceição, de trinta e cinco anos; uma Clara de Jesus, de sessenta e sete anos; o polidor Carlos José

35 *Memórias de Humberto Delgado*, coordenação de Iva Delgado e António Figueiredo, Lisboa, 1991, p. 34.

da Silva, de quarenta e cinco anos, falecido de ataque cardíaco; e Custódio Quaresma, de cinquenta e oito anos, comerciante na Praça da Figueira, esmagado pela turba em fuga vinda da rua Augusta. No final, concluiu-se que ninguém terá alvejado a multidão e que o barulho gerador do pânico se devera à queda acidental de uma tabuleta entre a rua de Santa Justa e a da Ascensão. Pior ainda, os tiros fatais tinham sido disparados pela própria polícia, também assaltada pelo pânico.

Da Praça do Município, o cortejo fúnebre subiu ao Chiado, desceu a rua do Alecrim e foi pelo Aterro fora até aos Jerónimos, chegando ao mosteiro de Belém. Aguardavam-no aí o cardeal-patriarca, D. António Mendes Belo, os bispos de Viseu e de Portalegre, o arcebispo de Évora, o representante da Santa Sé, monsenhor Aloisi Masella, e diversas individualidades civis e militares, irmandades religiosas, representantes do corpo diplomático. Ao som da *Eroica*, de Beethoven, cantada pelos alunos da Casa Pia, a urna foi transportada para o interior do templo pelos heróis que se tinham destacado no golpe de dezembro, entre os quais um alferes que anos depois dará brado, Henrique Galvão.

A dois passos, as esquadras estrangeiras fundeadas no Tejo competiam entre si para saber qual delas trouxera mais marinheiros ao funeral de Sidónio (ganharam os ingleses, com duzentos e cinquenta homens e dois cruzadores, ficando os espanhóis logo a seguir, com cento e cinquenta marinheiros) e, ao sobrevoar a Cavalaria 4, na Calçada da Ajuda, um avião despenhou-se e caiu sobre uma barraca de campanha, onde se encontravam vários militares. Os pilotos sobreviveram, mas dois soldados tiveram morte imediata e, na confusão

instalada, a ambulância de socorro acabaria ainda por atropelar um outro soldado na Praça Afonso de Albuquerque.

Houve propostas para sepultar Sidónio na Batalha, mas, tendo vencido a opção pelos Jerónimos, uma multidão imensa passaria pelo mosteiro, comentando decerto o boato que então corria, e segundo o qual um grupo de malfeitores planeava roubar o cadáver do templo para o esquartejar e lançar de noite às águas do Tejo.

Entre os presentes, um aspirante a poeta, António Botto, que a partir dessa experiência escreveu «Nos Jerónimos»:

«Quando eu entrei no velho monumento
Para fitar o místico Soldado,
Ergui a Deus mais alto o pensamento,
E pondo as mãos rezei ajoelhado.

Depois encaminhei-me a passo lento,
Para junto do Grande Iluminado!
E quis fugir, ao vê-lo olhar-me atento,
Como se eu fosse o único culpado!

Ninguém te esquece, ó príncipe formoso!
Hás de viver na alma atormentada
Deste povo que é nobre e desditoso!

Pelas naves a luz esmorecia;
E a minha voz erguendo-se cansada
Errante pela sombra se perdia!...»

Muito provavelmente, também Fernando Pessoa terá assistido ao cortejo fúnebre de Sidónio

Pais pelas ruas de Lisboa, cedendo igualmente ao conspirativismo gerado pelo seu assassinato.³⁶ Chegaria a escrever um texto com cerca de três mil palavras em que colocou uma personagem detetivesca que criara anos antes, o Dr. Abílio Quaresma, a investigar as pistas do assassinato, mas desconhece-se as conclusões a que este chegou, pois o texto ficou inacabado, ao contrário do que sucederia com o longo poema de duzentos e quarenta versos – «À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais» – que daria à estampa nas páginas do jornal *Acção*, em fevereiro de 1920, e que, não por acaso, seria republicado pela Editorial Império, em 1940, no auge do Estado Novo.

No longínquo Brasil, aquando da morte de Sidónio, o cônsul de Portugal em Curitiba, Aristides de Sousa Mendes, mandou celebrar missa em sua memória, oficiada pelo bispo de Ribeirão Preto. E o mais sidonista dos sidonistas, o então tenente Teófilo Duarte, protagonizaria nos Jerónimos a cena mais bizarra e mais macabra de todas: vindo de propósito de Cabo Verde, onde era governador por nomeação de Sidónio, mal desembarcou em Lisboa dirigiu-se aos Jerónimos, onde entrou de rompante aos gritos: «Podem sair. Para o guardar, basto eu!» Depois, acercando-se da urna de mogno, partiu o cristal *biseauté* a golpes de espada para abraçar e beijar o cadáver do seu ídolo, após o que tombou no chão, desmaiado de comoção. Apesar de inaudito, o gesto seria aclamado por

36 Cf. Richard Zenith, *Pessoa. Uma Biografia*, tradução portuguesa, Lisboa, 2022, pp. 652ss.

muitos, com António Sardinha à cabeça, e, mais tarde, já no regime do Estado Novo, Teófilo acabou por ser nomeado ministro das Colónias em 1947, além de diretor da Companhia de Moçambique e da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela e administrador do Banco Nacional Ultramarino.

Destino diverso, muito diverso, teria o assassino de Sidónio Pais, José Júlio da Costa, um alentejano de Garvão, de vinte e cinco anos, simpatizante das esquerdas, antigo combatente na Rotunda, em África e em Timor, o qual só graças à expedita intervenção dos cadetes da Escola do Exército escapou de ser linchado logo ali na Estação do Rossio. Levado de automóvel para a Escola do Exército, e depois para o governo civil de Lisboa, negaria até ao fim ter tido cúmplices no homicídio. Terá matado Sidónio por vingança, em resultado da repressão sofrida por uns camponeses de Vale de Santiago, Odemira, que à conta de uma greve inspirada pelos anarquistas acabaram deportados para terras de África. Seria detido na Penitenciária de Lisboa, mas acabou libertado na sequência da «Noite Sangrenta» de 21 de outubro de 1921. Depois, andou a monte pelo norte do país (ainda hoje a aldeia do Colmeal se orgulha de o ter acolhido), sendo preso em Matosinhos, em janeiro de 1927, já após o golpe do 28 de Maio. Transportado para Lisboa pelo seu captor, António Maria Fernandes, tinha a aguardá-lo na Estação de Entrecampos o capitão Agostinho Lourenço, futuro diretor da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). Internado no Hospital Miguel Bombarda, em Lisboa, onde chegou «num estado lastimoso,

tanto moral como fisicamente, envolto em alucinações»³⁷, aí permaneceu internado vários anos com diagnóstico de esquizofrenia. Faleceu em 16 de março de 1946, aos cinquenta e dois anos e viúvo. No dia seguinte à sua morte, *O Século* informou que se aguardava o aparecimento de algum familiar para reclamar o cadáver e que, caso tal não sucedesse, o mesmo seria enviado para os frigoríficos da Faculdade de Medicina. Apareceu a sua mãe, que o levou para Garvão, onde o enterrou. Ao todo, esteve detido vinte e oito anos, quase três décadas, sem nunca ter ido a julgamento. Nos arquivos do Miguel Bombarda não existem, ou desapareceram, os relatórios sobre o seu estado clínico.³⁸

Destino diverso, também, tiveram os quatro mortos por acidente na Estação do Rossio na noite de 14 de dezembro de 1918. Um deles, Alfredo da Silva Rodrigues, era carregador da estação. Outro, de nome José dos Santos Vidal, surge identificado apenas como «trabalhador». Outro ainda, António Francisco da Cunha, de cinquenta e dois anos, era dono de um lugar de hortaliça no Benfornoso e foi mortalmente ferido junto do quiosque à entrada das escadarias da estação. E o último, Luís Furtado Saraiva, caixeiro de praça, de trinta e três anos, era um sidonista devoto, a ponto de, pouco antes, ter

37 João Leal de Zêzere, *No Mundo do Delírio e da Alucinação. Cento e Vinte Dias no «Bombarda» a Viver entre os Loucos*, Lisboa, 1955, p. 158.

38 Cf. Ana Inês Vizeu Pinto da Cruz, *História da Psiquiatria Forense em Portugal (1884-1926). A Consistente Originalidade de Júlio de Matos*, Coimbra, policopiado, 2016, p. 233.

dito aos seus colegas de escritório que Luís Baptista, que tentara matar o presidente na cerimónia do *Augusto de Castilho*, deveria ter sido linchado ali mesmo. Na noite de 14 de dezembro, Luís Saraiva passou no bilhar do sr. Guerreiro, junto ao Arco do Bandeira, e, como se queixasse de um roubo ocorrido em casa de um vizinho, disseram-lhe para se dirigir à Estação do Rossio, onde estava um polícia de serviço a aguardar a chegada do presidente. Uma vez lá, e por um azar dos diabos, acabou atingido no tiroteio subsequente aos disparos de Júlio da Costa. Morreu, disseram, enquanto gritava vivas ao seu grande ídolo.

Sobre o «assassinato covardíssimo» (ou «nefandíssimo atentado»), como também foi chamado), circularam centenas de boatos e teorias da conspiração, dizendo-se que o mesmo tanto tinha sido obra de maçons como dos monárquicos ou dos democráticos³⁹, que os assassinos tinham sido três, não um, e que Sidónio fora ceifado por três ou duas balas, não apenas por uma. Anos volvidos, ainda se falava de um homicida vestido com um capote alentejano, que se conseguira esconder debaixo dos vagões da linha 5 do Rossio e que nunca foi apanhado. Menos sorte teve o barbeiro José Real, detido numa casa de toleradas da rua das Gáveas, que esteve vários dias preso, mesmo tendo jurado, vezes sem conta, que as suspeitas que sobre ele

39 Tese que, aliás, o seu principal biógrafo não descarta: cf. Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, volume 2, cit., pp. 357ss.

impendiam não passavam de atoardas maldosas lançadas por aquelas mulheres da vida.

Não muito depois, em finais de dezembro de 1918, houve uma tentativa de golpe monárquico, lançada a partir de Monsanto e de pronto debelada, e, mais grave ainda, a instauração da Monarquia do Norte ou Reino da Traulitânia, em janeiro do ano seguinte, mês em que também eclodiu uma outra ameaça de insurreição, desta feita no Castelo de São Jorge. A 27 desse mês, entrava em funções um novo gabinete, presidido por José Relvas, e, aos poucos, o sidonismo foi-se esfumando, com os seus partidários a dispersarem-se nos tempos vindouros por diversas formações ou grupos, como o Partido Republicano Conservador, o Centro Republicano Dr. Sidónio Pais, o Partido Nacionalista, a União Liberal Republicana ou a Cruzada Nun'Álvares. Muitos deles acabariam servindo o Estado Novo, alguns em posição de destaque, como o citado Teófilo Duarte ou Jorge Botelho Moniz.

Em maio de 1923, por vontade da família, foi leiloadada uma parte do espólio de Sidónio Pais, composto por objetos de arte, quadros, livros, joias, móveis e faianças. A viúva, ao que parece, passava então por dificuldades financeiras, pois só o filho mais velho de Sidónio ganhava o sustento. Maria dos Prazeres contaria com o apoio da condessa de Ficalho, tendo-se transferido para Lisboa e passado a residir, por uma renda simbólica, numa casa contígua ao palácio da condessa, na rua dos Caetanos, n.^{os} 18-20, no Bairro Alto. Atormentada pela morte prematura do filho Pedro, de tuberculose, em 1930, continuou a dar-se com as amigas de Coimbra,

entre as quais a mãe de Álvaro Cunhal, chegando a acompanhá-la quando esta visitava o filho na prisão. Em dezembro de 1926, o governo da Ditadura Militar decidiu atribuir-lhe uma pensão e outra a Olga, nascida da relação de Sidónio com Ema Manso Preto. Maria dos Prazeres faleceria em Lisboa, em 14 de setembro de 1945, de febre da carraça, rodeada dos filhos, pouco antes de fazer setenta e oito anos. Dois anos antes, tivera um presságio funesto, tipicamente sidonista, ao saber que um retrato seu pintado a óleo, a pedido do filho Afonso, estabelecido como médico em Moçambique, ficara para sempre submerso quando o navio em que seguia foi afundado por tiros alemães.⁴⁰

Durante anos, um conjunto de sidonistas fervorosos – possivelmente, o Grupo Sidonista Gomes Freire – mandou celebrar um *requiem* por sua alma na Igreja de São Domingos, na data da sua morte, 14 de dezembro, cerimónia que contava com a presença do presidente da República e de vários membros dos governos do Estado Novo, segundo a recordação de um dos netos de Sidónio, o qual se lembra também de que, nessas ocasiões, mulheres e homens do povo faziam questão de beijar os membros da família com palavras como «o avozinho era um santo, amigo e benfeitor dos pobres». Nesse mesmo dia 14 de dezembro, a família e as autoridades deslocavam-se também aos Jerónimos, sendo aí recebidas por populares com

40 Cf. *As Primeiras Damas da República Portuguesa, 1910-2005*, coordenação de Diogo Gaspar, Lisboa, 2006, p. 51.

novas manifestações de afeto e gratidão.⁴¹ Contudo, e de acordo com Sidónio de Freitas Branco Paes, a família sempre conviveu mal com o aproveitamento que o Estado Novo fez da figura do seu avô.

Na verdade, além de várias evocações por deputados da Assembleia Nacional, de referências recorrentes em jornais oficiais e em publicações de propaganda, da criação, em 1932, do Instituto do Presidente Sidónio Pais, para o professorado primário, e até de uma intervenção de Salazar, em 1935, sobre a construção de um arco triunfal de Sidónio, que nunca foi feito, o regime prestou-lhe duas homenagens de grande vulto. Em 1953, na presença de Craveiro Lopes e de Oliveira Salazar, de vários membros do governo e de altas individualidades, e com *requiem* celebrado pelo cardeal Cerejeira, a urna de Sidónio Pais foi trasladada para a Sala do Capítulo do mosteiro dos Jerónimos, e aí colocada ao lado da do marechal Óscar Carmona; e, em 1966, aquando da inauguração do Panteão Nacional, para lá seguiram os seus restos, na companhia de outros ossos ilustres: os de Almeida Garrett, Guerra Junqueiro, João de Deus, Óscar Carmona e Teófilo Braga.⁴²

41 Cf. Sidónio de Freitas Branco Paes, «O meu avô Sidónio Paes. Recordações de família», in Maria João Neto (coord.), *ob. cit.*, pp. 141-145. O neto refere ainda que chegou a ser contactado por uma espírita, que lhe disse: «Em sessões de espiritismo, Sidónio Pais é dos espíritos que mais se manifestam. Manda dizer que está bem, do Além, e que aí vela pela família e por todos os que lhe foram queridos.»

42 As andanças do cadáver de Sidónio mereciam, de resto, um estudo à parte: levado do Hospital de São José para o Palácio

Logo a seguir à sua morte existiram projetos para lhe erguer um monumento, de preferência no Alto do Parque Eduardo VII, naquele que, em virtude do golpe do 5 de Dezembro, ficara conhecido como «Morro do Sidónio». Contudo, e apesar de terem até existido subscrições públicas para o efeito, nada se fez, ignorando-se que destino tiveram as verbas arrecadadas. Mais tarde, já no Estado Novo, deram o seu nome a uma avenida criada em 1948, justamente no «Morro do Sidónio», mas, em 20 de dezembro de 1974, logo na segunda reunião da Comissão Municipal de Toponímia efetuada após o 25 de Abril, foi analisada uma carta do cidadão Alberto Bastos Flores em que se sugeria uma mudança onomástica para avenida Doutor Afonso Costa, alvitando ainda Bastos Flores, como possíveis futuros topónimos lisboetas, Abel Salazar, António Sérgio, Cuba, Catarina Eufémia, Ferreira de Castro e Jaime Cortesão. Remeteu-se uma resposta para a «devida oportunidade», mas,

de Belém, foi aí embalsamado e exposto; depois, transportado para o edifício da câmara municipal de Lisboa, de onde seguiu em cortejo fúnebre até aos Jerónimos, onde foi sepultado e a seguir autopsiado; em 1919, o governo de José Relvas mandou cavar num confessionário da igreja um buraco com dezoito metros de profundidade e aí colocou o corpo, tapado pela porta do confessionário; em 1920, houve rumores de transferência de Sidónio para a sua terra natal, Caminha, e em 1940 a Direção-geral dos Monumentos Nacionais ponderou trasladá-lo discretamente para a Sala do Capítulo dos Jerónimos, mas a família opôs-se, considerando a sepultura pouco condigna. Essa trasladação só ocorreria em 1953. Não muito depois, em 1966, o cadáver de Sidónio foi levado para Santa Engrácia, onde ainda hoje está.

se o nome de Sidónio não foi abolido, aquela comissão não deixaria de propor, em julho de 1976, que um arruamento próximo, no topo do Parque Eduardo VII, fosse designado Afonso Costa (porém, em 1982, na vereação de Krus Abecasis, o mesmo acabou sendo batizado alameda Cardeal Cerejeira; antes disso, na vereação de Aquilino Ribeiro Machado, entendeu-se ser mais condigno dar o nome de Afonso Costa a uma artéria de maior extensão, da Praça do Areeiro até às Olaias). Também em 1976, foi analisada a proposta de dar o nome de Bernardino Machado ao troço compreendido entre a avenida Sidónio Pais, a projetada avenida Afonso Costa e a rua Marquês de Fronteira, o que, se acaso tivesse sido concretizado, teria cercado o Presidente-Rei de dois dos seus principais inimigos (em 1985, o nome de Bernardino acabou por ser usado numa praça do Lumiar).

Em 1972, o governo de Marcello Caetano, sintomaticamente, não tomou iniciativas de relevo para assinalar o centenário de Sidónio Pais, as quais ficaram a cargo da câmara municipal de Caminha, e, do lado do poder central, contaram tão-só com a presença do governador civil de Viana do Castelo. Em Caminha, após o 25 de Abril – mais precisamente, em janeiro de 1975 –, cinco indivíduos retiraram o retrato a óleo do Salão Nobre dos Paços do Concelho e andaram com ele de rastos pelo quintal do Sporting Clube Caminhense, onde foi abandonado e recolhido pelo carpinteiro naval José Eduardo Lopes, que o devolveu à câmara. No mesmo ensejo revolucionário, foi também tapada com um trapo preto a placa toponímica que assinalava o largo Dr. Sidónio Pais, onde antes se

chegara a projetar uma estátua evocativa, da qual só se fez, porém, o pedestal e um degrau.⁴³

Na Maia, numa freguesia chamada Nogueira e Silva Escura, existe uma rua Sidónio Pais, e em Vila Nova de Gaia também, o mesmo sucedendo em Portimão, em Oliveira do Douro, na Figueira da Foz e, claro, na sua terra natal, Caminha, onde há igualmente o largo Dr. Sidónio Pais e a Escola Básica e Secundária Sidónio Pais. Em 2002, a câmara municipal de Caminha adquiriu a sua casa natal por cento e setenta e cinco mil euros, e em 2009 foi noticiado que iria investir aí um milhão de euros em obras de reabilitação visando a abertura de um museu. Desde então, nada mais se soube.

43 Cf. António Júlio Limpo Trigueiros, s.j., *Sidónio Pais. De Caminha ao Panteão Nacional. Retalhos Ideológico-Políticos, Histórico-Biográficos e Genealógicos da Memória*, Viana do Castelo, 1999, que informa ter havido em 1973 um imbróglio na escolha do autor do monumento, tendo a câmara indicado o nome do escultor Manuel de Oliveira, mas o governo escolheu a artista Maria Irene Vilar, o que atrasou o processo de ereção da estátua, interrompido *sine die* pelo 25 de Abril.

Epílogo

Estranho caso este, o de Sidónio. Não se destacara em nada, absolutamente em nada, até irromper com fragor e estrondo no golpe militar que o guindou à chefia do Estado. Sem antecedentes militares na família, escolhera a carreira das armas não por uma qualquer vocação ardente, mas como saída profissional e meio de sustento ante a morte prematura do pai, e, uma vez na tropa, não se lhe conhecem atos de especial destaque ou galhardia, indo ao ponto de se ter furtado a cumprir serviço militar no ultramar. Fê-lo em nome de uma outra carreira, que entretanto abraçara, a da academia, onde progrediu com mérito e esforço, sem dúvida, mas também graças à proteção de alguns patronos poderosos. Na Universidade, não se distinguiu nem como lente nem como investigador, jamais publicou uma linha sequer além do que lhe exigiam as normas académicas. Logo após o 5 de Outubro, mas só a partir dessa data, mostrou-se um devotado republicano, ascendeu à presidência da comissão

municipal de Coimbra, ao vice-reitorado da Universidade e à administração da CP, cargos que acumulou com voracidade, mas onde não deixou marca de espécie alguma. Com o patrocínio de Brito Camacho, foi duas vezes ministro, lugares em que, seja por falta de tempo ou de empenho, também não se distinguiu, o mesmo sucedendo nas funções que exerceu como deputado às Constituintes. Entrou na Maçonaria, mas saiu pouco depois e nela não ocupou lugares de relevo nem se distinguiu no que quer que fosse. Em Berlim, conheceu o fausto de uma sociedade de corte e talvez tenha pensado em replicá-lo quando se tornou presidente, mormente através do convívio próximo, quem sabe se íntimo, com senhoras da aristocracia com quem partilhou preocupações duplamente sociais, caritativas a um tempo e mundanas no outro. De transe em transe, numa vida percorrida em etapas sucessivas e bem definidas, quase estanques (militar, académico, diplomata, político), chegou à chefia do Estado no posto de major do Exército, e o facto de ter conseguido tal feito, sem que ninguém o esperasse, é prova de mérito próprio, sem dúvida, mas também ou principalmente do estado de apodrecimento a que a República chegara.⁴⁴

44 «Nascido na casita pobre de Caminha, tendo levado uma vida de amores e de estudo, jacobino no sentir, na mocidade, tomara o caminho para um palácio, sentira, à sua volta, uma nação para reformar, colhera o culto feminino e enchera-se duma inigualável esperança no futuro e duma larga tolerância de quem espera vencer o inimigo pela generosidade»: Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, cit., p. 138.

Os historiadores tendem a encarar o período da sua governação como um hiato ditatorial ou um interlúdio presidencialista no quadro de um regime radicalmente parlamentar, mas, além de uma evidente rutura em relação ao passado, houve também óbvios elementos de continuidade com a cultura e a prática políticas da «República Velha». Desde logo, Sidónio manteve-se sempre como republicano e, mais do que destruir o regime, aspirou a refundá-lo em bases inteiramente novas, do mesmo passo que não aboliu os partidos nem fechou o parlamento. Sobretudo na parte final do seu governo, teve consigo muitos monárquicos, como monárquico era o presidente que lhe sucedeu, mas nunca aspirou ao trono ou pensou coroar-se rei, permanecendo até ao fim como um indefetível republicano: «Diga-se o que disser, agrade a quem agradar, o governo é republicano», fez questão de afirmar. Pelo porte e pelos gestos, terá sido «Presidente-Rei», mas, até por isso mesmo, tornou a Monarquia uma miragem ainda mais longínqua, supérflua e dispensável; com isso, acabou por prestar um serviço não desprecioso à causa da República, que nunca lhe é creditado.

Apesar de efémero e tumultuoso, o consulado de Sidónio encerra em si vários tempos e comporta no seu seio diversas *nuances* e flutuações (v.g., antes e depois das presidenciais de abril), ditadas ora pela conjuntura política, ora pelo pragmatismo e até, se quisermos, pelo oportunismo do seu principal protagonista. Será, pois, simplista reduzi-lo às apreciações extremadas de que foi objeto, em parte por ter sido, também ele, um regime de extremos e de sobressaltos, que à vertigem do tempo associou as singularidades

de caráter de um homem que, a dado trecho, julgou estar imbuído de uma missão salvífica e providencialista.

Entre hagiógrafos acríticos e detratores acérrimos, a avaliação do que foi um governo de menos de um ano tem sido ofuscada pela figura sedutora e carismática do seu ator principal, pelos retratos das multidões em festa, pela pompa das tropas em parada ou pela gigantesca húbris das suas exéquias fúnebres ou, ao invés, pela memória daquilo a que já chamaram «o terror sidonista», feito do exílio dos grandes nomes da velha República, com Afonso Costa e Bernardino Machado à cabeça, da perseguição de muitos opositores políticos, da restauração da censura à imprensa, da suspensão de jornais como *O Mundo* ou *A Montanha*, entre outros desmandos e atropelos. A descarada apropriação que o Estado Novo fez do seu legado acabaria por favorecer, paradoxalmente, os que, à esquerda, nunca se conformaram com o facto de Sidónio ter enterrado em definitivo a «República Velha» e por isso viram nele um «protofascista», que nem isso o foi, pese ter-se situado seguramente na linha das experiências ditatoriais de João Franco e de Pimenta de Castro e de ter servido de modelo e inspiração para muitos intelectuais que, nos anos 1920 e 1930, fizeram a apologia das ditaduras e dos governos fortes, com destaque para o ex-sidonista António Ferro.

De resto, o tempo encarregar-se-ia de mostrar que o sidonismo verdadeiramente nunca existiu ou, se quisermos, era uma fórmula política de tal forma identificada com a personalidade do líder que jamais conseguiria sobreviver ao seu desaparecimento físico.

Tudo se terá reduzido, afinal, e no fundo, à figura esbelta de Sidónio Pais e ao seu magnetismo pessoal, cuidadosamente encenado: «Tinha linha, como se dizia em toda a parte. Sabia atrair com sobriedade de maneiras. E ao mesmo tempo cultivava o *mise* en scène da sua situação. Até talvez exagerasse!», disse dele Egas Moniz, seu secretário dos Estrangeiros.

Na substância, porém, o governo sidonista reduziu-se a pouco, muito pouco, à semelhança do que tinha sido até então o trajeto biográfico do seu principal protagonista. A sua obra é «escassa» e as suas iniciativas são «poucas», no dizer do historiador Fernando Marques da Costa, que entre os principais feitos salienta a normalização das relações com a Santa Sé e a atenção dada ao problema da agricultura e dos abastecimentos, com a criação de um Ministério da Agricultura e de um Ministério das Subsistências e dos Transportes, a elevação dos preços agrícolas e a facilitação do crédito, medidas que, todavia, jamais conseguiram debelar a grave carestia de vida então vivida.⁴⁵

No plano político, e apesar da aparência de força e do aparato das paradas e dos desfiles militares, o sidonismo foi uma fórmula intrinsecamente frágil, já que a força em que assentava, não por acaso chamada Partido Nacional *Republicano*, jamais alcançou um grau de institucionalização capaz de lhe permitir dispensar o concurso de terceiros,

45 Cf. Fernando Marques da Costa, «Sidónio Pais», in *Os Presidentes da República Portuguesa*, coordenação de António Costa Pinto com a colaboração de Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2001, p. 79.

numa lógica *attrape tout* ou de «atração» de unionistas, centristas, maçons (sete dos nove membros do seu primeiro governo eram maçons), católicos, monárquicos e outros que permitiu viabilizar uma solução governativa após o golpe de dezembro, mas não garantir a sua perdurabilidade. No meio daquela amálgama de lealdades precárias, não era, de facto, com um punhado de fidelíssimos – Eurico Cameira, Teófilo Duarte, Feliciano da Costa, Botelho Moniz – que Sidónio Pais poderia sustentar um regime, tanto mais que o golpe que o originou não tinha um qualquer «programa» preestabelecido, um conjunto de ideias que permitissem criar uma base sólida de governação, alternativa à dos democráticos.

A morte abrupta salvaria Sidónio Pais de um julgamento desapaixonado sobre as efetivas realizações do seu projeto político, se é que este sequer existiu em termos coerentes, pensados e amadurecidos. Tudo sugere, ao invés, que houve muita navegação à vista, quiçá algum «desvario messiânico» (Egas Moniz) e outro tanto de puro folclore ou espetáculo, traços que mal disfarçam a mediocridade da personagem e a completa ausência de um pensamento estruturado, bem como de uma base política sólida capaz de o apoiar de forma sustentada nos difíceis tempos em que governou.

Às tantas, e como seria de esperar, Sidónio começou a queixar-se de que, se tinha a hostilidade declarada das esquerdas, faltava-lhe também o apoio das direitas. Ou seja, estava só. Disse-o, de resto, a Augusto de Castro, que o entrevistou no Palácio da Pena numa noite tempestuosa de finais de novembro de 1918, pouco antes de ser morto:

«Sinto-me só. Os obstáculos crescem. Os apoios faltam-me com uma insistência que me aflige. Os conservadores aplaudem-me, certamente, aplaudem-me com efusão, mas, quando peço que esses aplausos se traduzam em ajuda eficaz, em colaborações, ações, furtam-se.»⁴⁶

O sucesso de algumas das suas iniciativas, tomadas já em desespero, como o apelo, no âmbito de uma «manifestação antibolchevique» (ou «bolcheviquista», como então também se dizia), a que os cidadãos usassem fitas verdes nas lapelas e nos chapéus aquando do desfile militar em 20 de novembro de 1918, não disfarçava já o isolamento em que se encontrava, como o atesta o facto de, pese a tremenda comoção gerada pelas suas exéquias fúnebres, não ter tido um seguidor capaz de dar continuidade ao seu legado. Nas eleições de 1919, os democráticos ganharam com 53% dos votos, foi restabelecida a versão originária da Constituição de 1911 e o sidonismo morreu com Sidónio, prova do seu fracasso político. Dos escombros, salvou-se o mito e a lenda, ainda hoje cultuados por espíritas, mas nada mais do que isso.

Passados mais de cem anos sobre o seu assassinato, as escassas memórias que Sidónio Pais suscita junto dos portugueses são sobretudo do foro alimentício: recordam-se as «sopas do Sidónio» no Refeitório dos Anjos, em Lisboa (que, de resto, nem foi ele que criou), fabricam-se em Viana

46 Augusto de Castro, *Homens e Sombras*, Lisboa, 1961, p. 125.

do Castelo uns afamados bolos secos, de amêndoa, com o nome de Sidónio e a forma macabra de um caixão, e, num plano mais familiar e mais íntimo, diz-se que a viúva, D. Maria dos Prazeres, era uma excelente doceira, da qual ainda hoje se conservam os seus livros de receitas.

Apesar de ser bisavô de uma conhecida personalidade da cultura portuguesa contemporânea, o pianista Bernardo Sasseti, é possível e até provável que, em lugar do Sidónio-presidente, as gerações mais novas conheçam melhor um outro Sidónio Pais, ou «Sidó», o popular músico guineense autor de êxitos como «Kilis Ku Kata Murri», «Nó Guiné kana fika sim», «Abó y di mi Bébé» e, mais recentemente, «Oh Ma N'Tené».

Cronologia breve

1872 – nascimento em Caminha, a 1 de maio.

1883 – morte do pai, Sidónio Alberto Marrocos Pais, deixando Rita Júlia Cardoso da Silva Pais viúva e com seis filhos a cargo.

1887 – alista-se voluntariamente no Regimento de Infantaria n.º 23.

1888-1890 – frequenta os preparatórios da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, para ingresso na Escola do Exército.

1892 – conclui o curso para a Arma de Artilharia da Escola do Exército.

1893-1894 – é colocado no Batalhão de Baterias n.º 4, em Amarante.

1895 – casa-se, a 2 de fevereiro, com D. Maria dos Prazeres Martins Bessa.

1898 – completa o curso na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra.

1899 – é nomeado lente substituto da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra.

1902 – ingressa como professor da Escola Industrial Brotero, em Coimbra.

1905 – é nomeado diretor da Escola Industrial Brotero, cargo que mantém até 1911.

1906 – é promovido a capitão.

1908 – profere a Oração de Sapiência na abertura do ano letivo de 1908-1909.

1910-1911 – torna-se presidente da comissão administrativa municipal de Coimbra, vice-reitor da Universidade de Coimbra e administrador da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

1911 – é iniciado na Maçonaria, torna-se deputado às Constituintes, é eleito pelo círculo de Aveiro; é ministro do Fomento de 3 de setembro a 2 de novembro; é ministro das Finanças até 12 de junho de 1912.

1912 – é nomeado ministro plenipotenciário em Berlim.

1916 – regressado a Lisboa, é colocado no Ministério dos Negócios Estrangeiros; é promovido a major graduado.

1917 – lidera o golpe militar de 7-8 de dezembro e, a 27 desse mês, assume as funções de chefe do Estado.

1918 – é eleito presidente da República, toma posse no dia 9 de maio; é assassinado na Estação do Rossio, em Lisboa, no dia 14 de dezembro.

1966 – os seus restos mortais são trasladados para o Panteão Nacional, em Lisboa.

Guia de leituras

A obra de referência sobre Sidónio Pais e o sidonismo é a dissertação de doutoramento de **Armando B. Malheiro da Silva**, publicada em livro numa versão resumida: *Sidónio e Sidonismo*, volume 1 – *História de Uma Vida*, volume 2 – *História de Um Caso Político*, prefácio de Luís Reis Torgal, Coimbra, Imprensa da Universidade-Museu da Presidência da República, 2006 (ver a recensão a esta obra, por Filipe Ribeiro de Meneses, nas páginas da revista *Análise Social*, volume XLIII [2.º], 2007, pp. 634-637). Para uma visão mais aprofundada, deve consultar-se o original policopiado daquela tese, com um precioso anexo documental contendo muita documentação inédita, como as diferentes versões do testamento ou as cartas da condessa de Ficalho para Sidónio e para a sua família. Do mesmo autor, pode ainda consultar-se, entre outros: «A Alemanha no princípio do século xx à luz da correspondência consular portuguesa», in *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa = Portugal e a Alemanha a Caminho da Europa*, organização de Marília dos Santos Lopes,

Ulrich Knefelkamp e Peter Hanenberg, Pfaffenweiler, Centaurus, 1995, pp. 47-67; «Os católicos e a “República Nova” (1917-1918). Da “questão religiosa” à mitologia nacional», *Lusitania Sacra*, 2.^a série, 8/9, 1996/1997, pp. 385-499; «Síntese do projecto *Sidónio e sidonismo. História e mito*», *Itinerarium*, n.º 44, 1999, pp. 501-524; «Sidónio e sidonismo entre a história e a literatura», *Revista de História das Ideias*, volume 21, 2000, pp. 307-388; «Sidonismo e imaginário político», in *Variações sobre o Imaginário: Domínios, Teorizações, Práticas Hermenêuticas*, coordenação de Alberto Filipe Araújo e Fernando Paulo Baptista, Lisboa, Instituto Piaget, 2003, pp. 561-600; «Sidonismo e Igreja Católica. Para uma sinopse das relações entre a “República Nova” e o Vaticano (1918)», in AA.VV., *Igreja e República. Mito(s) e História(s)*, São Cristóvão de Lafões, Associação dos Amigos do Mosteiro, 2011, pp. 93-107; «Pais, Sidónio Bernardino da Silva (1872-1918)», in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, coordenação de Ana Paula Pires e Maria Fernanda Rollo, volume III – N-Z, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 144-145; «O sidonismo. “Direita” na República? O reformismo demo-autoritário e a questão presidencialista», in *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, edição de Riccardo Marchi, Alfragide, Texto Editores, 2014, pp. 133-166; «Antissidonismo», in *Dicionário dos Antis. A Cultura Portuguesa em Negativo*, volume 4 – R-X, direcção de José Eduardo Franco, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2018, pp. 1731-1746. Armando Malheiro da Silva publicou ainda, em coautoria com António Júlio Limpo Trigueiros, s.j., *Sidónio Pais. De Caminha ao Panteão Nacional. Retalhos Ideológico-Políticos, Histórico-Biográficos e Genealógicos da Memória*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 1999 (destes

dois autores, veja-se também *Os Paes de Barcelos. Subsídios Genealógicos para a Biografia do Presidente da República Sidónio Paes*, separata de *Barcelos-Revista*, 2.^a série, n.º 5, 1994, pp. 107-182). Em conjunto com Luís Pimenta de Castro Damásio, Armando Malheiro da Silva publicou uma outra obra de grande interesse, *António Cândido, Sidónio Pais e a Elite Política Amarantina, 1850-1922. Elementos para o Estudo das Raízes Familiares de Amadeo de Souza Cardoso*, prefácio de Agustina Bessa-Luís, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2000. Igualmente em coautoria, com Carlos Cordeiro e Luís Filipe Torgal, Armando Malheiro da Silva publicou outra obra de grande interesse para o estudo deste período: *Machado Santos. O Intransigente da República*, Lisboa, Assembleia da República, 2013.

Devem-se a **João Medina** alguns dos primeiros trabalhos de investigação académica sobre Sidónio Pais e o sidonismo, tais como: «O homem que matou Sidónio Pais», *História*, n.º 10, agosto de 1979, pp. 41-56; «Manuel Teixeira Gomes e Sidónio Pais», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, volume 2, 1980, pp. 117-129; «O ingresso de Sidónio Pais na Maçonaria», *Diário de Lisboa* de 28 de janeiro de 1981; «Sidónio Pais, chefe carismático», *Revista da Faculdade de Letras, Lisboa*, 5.^a série, 2, dezembro de 1984, pp. 79-89; «Sérgio e Sidónio. Estudo do ideário sergiano na revista *Pela Grei* (1918-1919)», in João Medina, Sérgio Campos Matos e António Ventura, *Estudos sobre António Sérgio*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, pp. 7-30; *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994; *Varões Republicanos. Quatro Retratos de Vultos Políticos da I República: Machado Santos, Afonso*

Costa, *João Chagas e Sidónio Pais*, separata de *Clio. Revista do Centro de Estudos de História da Universidade de Lisboa*, nova série, volume V, n.º 2, 1997, pp. 153-174; *O «Presidente-Rei» Sidónio Pais. Estudos sobre Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

Também **Maria Alice Samara** publicou diversos trabalhos sobre Sidónio Pais: *Fotobiografias do Século XX. Sidónio Pais*, direção de Joaquim Vieira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002; *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003; «O sidonismo: regime de tipo novo?», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, organização de Manuel Baiôa, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 399-420; *Sidónio Pais. Fotobiografia*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006.

A bibliografia contemporânea é já muito vasta, podendo citar-se, por ordem alfabética: **João Ferreira de Almeida, José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral**, «Materiais para a história do fascismo em Portugal», *Análise Social*, 2.ª série, volume 15, n.º 58, 1979, pp. 393-450; **José Freire Antunes**, *A Cadeira de Sidónio ou a Memória do Presidencialismo*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1981; **José Brandão**, *Sidónio. Contribuição para a História do Presidencialismo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1983; *Sidónio: «Ele Tornará Feito Qualquer Outro»*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990; **Manuel Villaverde Cabral**, «A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo)», *Análise Social*, 2.ª série, volume 15, n.º 58, 1979, pp. 373-292; David Carvalho, *Os Sindicatos Operários e a República*

Burguesa (1910-1926), Lisboa, Seara Nova, 1977; **José de Carvalho**, *Sidónio Paes. Herói e «Mártir» da República*, Porto, Fronteira do Caos, 2017; **Luís Bigotte Chorão**, *Política e Justiça na I República. Um Regime entre a Legalidade e a Excepção*, volume II – 1915-1918, Lisboa, Letra Livre, 2018; **Fernando Marques da Costa**, «Sidónio Pais», in *Os Presidentes da República Portuguesa*, coordenação de António Costa Pinto com a colaboração de Maria Inácia Rezola, Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp. 74-82; **Ramiro da Costa**, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, volume 1 – 1820-1929, Lisboa, Assírio & Alvim, 1979; **Luís Farinha**, «Sidónio Pais, embaixador em Berlim», *História*, nova série, n.º 16, novembro de 1994, pp. 28--36; **David Ferreira**, «Pais, Sidónio», in *Dicionário de História de Portugal*, direção de Joel Serrão, volume II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 280-288; **Luís Alves de Fraga**, *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os Dois Segmentos da Política de Guerra na 1.ª República, 1916-1918*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010; **João Freire**, *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofício e Práticas Sociais. O Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Edições Afrontamento, 1992; **Álvaro Garrido**, «Sidónio Pais: a edificação do mito», *História*, ano 16, novembro de 1994, pp. 38-67; **Ana Rodríguez Gaytán de Ayala**, *Orden en Portugal. La República Nova de Sidónio Paes (1917-1919)*, Mérida, Junta de Extremadura, 2006; **José António Sequeira Gonçalves**, *Sidónio Paes e a Participação Portuguesa na Guerra de 1914-1918*, dissertação de mestrado em História Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras, 2 vols., 1989, policopiado; **Ernesto Castro Leal**, *O Presidencialismo Autoritário nos*

Anos 20 em Portugal, separata da revista *Clio*, 2000, pp. 127-145; *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008; *Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos Portugueses, 1873-1926. Antologia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014; **Filipe Ribeiro de Meneses**, «Sidónio Pais, the Portuguese “New Republic” and the Challenge to Liberalism in Southern Europe», *European History Quarterly*, vol. 28, n.º 1, janeiro de 1998, pp. 109-130; *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000; «Recensão a: Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, 2 vols. Coimbra, 2006», *Análise Social*, volume XLII (2.º), 2007, pp. 634-637; **José Pacheco Pereira**, *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal. A Greve Geral de Novembro de 1918*, Porto, Portucalense Editora, 1971; **António Costa Pinto**, «A queda da 1.ª República Portuguesa: uma interpretação», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, organização de Manuel Baiôa, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 165-183; «A Primeira Guerra Mundial e a queda da República. Uma relação complexa», *Público* de 28 de agosto de 2014; **Maria Cândida Proença**, «A experiência sidonista», *História*, n.º 63, janeiro de 1984, pp. 48-75; **Miguel Nunes Ramalho**, *Sidónio Pais. Diplomata e Conspirador (1912-17)*, prefácio de António José Telo, Lisboa, Edições Cosmos, 1998; **Rui Ramos**, *Os Presidentes da República Portuguesa. Um Conjunto de Notas Biográficas Redigidas para as Coleções Philae*, s.l., s.n., 1999; «Sidónio, 100 anos depois do Presidente-Rei», *Observador* de 8 de dezembro de 2017; **Francisco Canais Rocha e Maria**

Rosalina Labaredas, *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo*, Lisboa, Edições 1 de Outubro, 1982; **António Valério Pessoa**, «Sidónio Pais», in *A República e os seus Presidentes*, coordenação de António José Telo e João Mário Mascarenhas, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 1997, pp. 262-278; **Manuel Augusto Rodrigues**, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis, 1772-1937*, volume II, Arquivo da Universidade, 1992, p. 260; **Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires**, *Manuel Brito Camacho. Um Intelectual Republicano no Parlamento*, Lisboa, Assembleia da República, 2015; **Fernando Rosas**, «A crise do liberalismo e as origens do “autoritarismo moderno” e do Estado Novo em Portugal», *Penélope*, n.º 2, fevereiro de 1989, pp. 355-361; *Lisboa Revolucionária, 1908-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010; **Vítor de Sá**, «Reflexão (cronológica) sobre o sidonismo», *Revista da Faculdade de Letras*, série *História*, 2.ª série, n.º 6, 1989, pp. 355-361; **Miguel António Dias Santos**, *A Contra-Revolução Monárquica. Do Sidonismo à Monarquia do Norte*, dissertação de mestrado em História Contemporânea, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2009, policopiado; *Antiliberalismo e Contra-Revolução na I República (1910-1919)*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2009, policopiado; **Nuno Severiano Teixeira**, *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, prefácio de Jean-Jacques Becker, Lisboa, Editorial Estampa, 1996; **António José Telo**, *O Sidonismo e o Movimento Operário. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro, 1977; «Oitenta anos

depois: compreender Sidónio», *História*, nova série, n.º 8, novembro de 1998, pp. 36-45; «Sidónio Pais e os sete pilares do futuro», *Público* de 9 de setembro de 2019; **Vasco Pulido Valente**, «Estudos sobre Sidónio Pais», in *Estudos sobre a Crise Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, pp. 243-318; **Vasco Manuel Veloso Ventura**, *Sidónio Pais e a Encenação do Poder durante a «República Nova»*, dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras, 2013, policopiado; **Nelson Veríssimo e Fátima Freitas Morna**, *A Madeira e o Sidonismo*, prefácio de João Medina, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1983; **Alexandre Vieira**, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, notas preliminares de César de Oliveira, Lisboa, Seara Nova, 1974; *Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal, de 1908 a 1919*, Lisboa, Base, 1977.

Entre as obras coletivas, destacam-se: *Sidónio Pais. Presidente da República Portuguesa*, coordenação de Diogo Gaspar, textos de Armando Malheiro da Silva, Alice Samara e Francisco Carriho, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2009; *Sidónio Pais. O Retrato do País no Tempo da Grande Guerra*, coordenação de Maria João Neto, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2018; *Sidónio Pais, 1918-2018. Mataram o Presidente! Salvem a Pátria! They've Killed the President! Save the Motherland!*, coordenação de Maria Antónia Pinto de Matos, textos de Elsa Alípio e Rita Costa, tradução de Rossana Lima, edição bilingue português-inglês, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2019; *No Panteão Nacional. Sidónio Pais. Para a Salvação ou a Perdição da República?/For the Deliverance*

or Damnation of the Republic?, coordenação de Isabel Melo, texto de Armando Malheiro da Silva, tradução de Eduardo Feteira, edição bilingue português-inglês, Lisboa, Panteão Nacional-Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2023.

Nas obras de âmbito geral, pode ver-se: *História de Portugal*, 10 volumes, direção de Damião Peres, Barcelos, Portucalense, várias datas; **A. H. de Oliveira Marques**, *A Primeira República Portuguesa. Para Uma Visão Estrutural*, Lisboa, Livros Horizonte, 1971; *História de Portugal. Desde os Tempos mais Remotos até ao Governo do sr. Marcelo Caetano*, 2 volumes, Lisboa, Ágora, 1972; *A Primeira República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973; *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981; *Portugal. Da Monarquia para a República*, volume XI de *Nova História de Portugal*, coordenação de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, 1991; **Douglas Wheeler**, *História Política de Portugal de 1910 a 1926*, tradução portuguesa, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1985; **Raúl Rêgo**, *História da República*, 5 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986-1987; **Joaquim Veríssimo Serrão**, *História de Portugal*, 18 volumes, Lisboa, Editorial Verbo, várias datas; *História Contemporânea de Portugal*, 5 volumes, direção de João Medina, s.l., Multilar, 1988; *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Amadora, Ediclube, 1993; **Jaime Nogueira Pinto**, *Nobre Povo. Os Anos da República*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010; *Portugal Contemporâneo*, 3 volumes, direção de António Reis, Lisboa, Seleções do Reader's Digest,

1996; *História da Primeira República Portuguesa*, edição de Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, *Público e Privado. Presidentes da Primeira República Portuguesa*, coordenação de Fernando Mendonça Fava e António Carlos Marques, Celorico da Beira, câmara municipal de Celorico da Beira, 2010; **Rui Ramos**, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, volume 6 de *História de Portugal*, direção de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994; *História de Portugal*, coordenação de Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2021; *História Política Contemporânea, 1808-2000*, edição de António Costa Pinto, Lisboa, Objectiva, 2019.

Sobre a iniciação de Sidónio na Maçonaria: **António Ventura**, «Sidónio, maçom. O irmão “Carlyle”», in *Sidónio Pais. O Retrato do País no Tempo da Grande Guerra*, coordenação de Maria João Neto, Edições Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2018, pp. 45-51; *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2011, pp. 275-276; *Uma História da Maçonaria em Portugal, 1727-1986*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2013; **A. H. de Oliveira Marques**, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, volume II – J-Z, Lisboa, Editorial Delta, 1986, cls. 1075-1976.

Sobre a sua passagem pelo parlamento, podem consultar-se, além das atas das sessões da Constituinte, disponíveis *online*: a breve nota biográfica constante de **Eduardo Cardoso de Lemos**, *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados. Obra Compilada e Dirigida por Um Antigo Oficial da Secretaria do Parlamento*, Lisboa, Livraria Ferreira,

1931; **Joaquim Madureira (Braz Burity)**, *A Forja da Lei. A Assembleia Constituinte em Notas a Lápis*, Coimbra, F. França Amado, 1915; **A. H. de Oliveira Marques et al.**, *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa-Porto, Assembleia da República-Edições Afrontamento, 2000, pp. 334-335.

Sobre a sua mulher: *As Primeiras Damas da República Portuguesa, 1910-2005*, coordenação de Diogo Gaspar, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006. Sobre o seu quotidiano no Palácio de Belém: **Vital Fontes**, *Servidor de Reis e de Presidentes*, compilação de Rogério Perez, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial Lda., 1945, de que existe uma edição recente, comentada e ilustrada com fotografias, feita em 2018 pelo Museu da Presidência da República e pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda; **José António Saraiva**, *O Palácio de Belém com seus Hóspedes, os seus Segredos e a sua Vida Quotidiana*, Lisboa, Inquérito, 1985; **Elsa Alípio**, «Vivências. Do Palácio de Belém», in *Vivências, Sítio e Iconografia do Palácio de Belém*, coordenação de Diogo Gaspar, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2005, pp. 13-68.

Sobre o assassinato e o funeral de Sidónio Pais, a obra mais completa é *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, atrás citada, mas pode ver-se também: **Eurico de Campos**, *Quem São os Assassinos do Dr. Sidónio Pais? Estudo de Investigação Criminal*, Coimbra, Livraria Editora França Amado, 1919; **Asdrúbal António d'Aguiar**, *Exames Periciais no Cadáver do Presidente da República Dr. Sidónio Pais, no Vestuário e na Arma Agressora*, separata dos *Arquivos do*

Instituto de Medicina Legal de Lisboa, série B, volume V, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1921; **João Leal de Zêzere**, *No Mundo do Delírio e da Alucinação. Cento e Vinte Dias no «Bombarda» a Viver entre os Loucos*, Lisboa, M.V.G., 1955; **A. Cunha Raposo**, «O mistério do crime de 14 de dezembro», in *Os Grandes Enigmas de entre Duas Guerras*, tomo 1, Lisboa, Amigos do Livro, s.d., pp. 213-254; **Alberto Franco e Paulo Barriga**, *O Homem que Matou Sidónio Pais*, Lisboa, Editora Guerra & Paz, 2008; **Ana Inês Vizeu Pinto da Cruz**, *História da Psiquiatria Forense em Portugal (1884-1926). A Consistente Originalidade de Júlio de Matos*, dissertação de doutoramento em Altos Estudos em História, Coimbra, Faculdade de Letras, policopiado, 2016, pp. 201ss.; **José Pereira Malveiro**, *José Júlio da Costa. «O Famigerado Herói do Crime Grande da Estação do Rocio»*, s.l., Sinapsis, 2018; **Sérgio Luís de Carvalho**, *Lisboa Maldita. Uma Viagem pelas Histórias de Uma Cidade que a Memória Colectiva Quis Esquecer*, Lisboa, Edições Parsifal, 2023, pp. 191-197; **Manuela Marques**, «Sidónio Pais e o Instituto de Medicina Legal: importância na vida e na morte», conferência realizada no Auditório do Palácio Nacional de Belém, 23 de março de 2019 (disponível *online*).

Entre os testemunhos da época, a obra mais informativa é de **Rocha Martins**, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Sociedade Editorial ABC, 1921 (da qual existe uma edição recente: *Sidónio Pais. Ídolo e Mártir da República*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2008). Alguns discursos de Sidónio Pais foram compilados por **Feliciano de Carvalho**,

Um Ano de Ditadura. Discursos e Alocuções de Sidónio Pais, prefácio de João de Castro, Lisboa, Lusitânia Editora, 1924. Podem igualmente consultar-se, entre outros, e a diversos títulos: **José Agostinho**, *Cartas Patrióticas. Dr. Sidónio Pais, Ilustre Presidente da República Portuguesa*, Porto, Livraria Editora A. J. Almeida, 1919; **António de Albuquerque**, *Sidónio na Lenda. Estudo Crítico*, Lisboa-Porto, Lumen, 1922; **José Luciano Sollari Allegro**, *Para a História da Monarquia do Norte*, Amadora, Bertrand, 1988; **Afonso de Bragança**, «Sidónio Pais, na intimidade», *Revista de Portugal* de 24 agosto de 1919, pp. 68-75; **Raul Brandão**, *Memórias*, volume III – *Vale de Josafat*, Lisboa, Seara Nova, 1933 (há edições mais recentes, das editoras Perspectivas & Realidades, s.d., Relógio d'Água, de 1998, e Quetzal, de 2017); **Eduardo Burnay**, *Sete Anos Depois... A República Nova. Carta ao Sr. Sidónio Paes, Ínclito e Invicto Restaurador da Ordem*, Lisboa, Lamas Mota e C.^a, s.d.; *Um Ano Depois... a Morte! Carta ao Diário de Notícias*, Lisboa, Tipografia Universal, 1918; **Manuel Brito Camacho**, *De Bom Humor*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1933; Sá Cardoso, *Memórias duma Época e Apontamentos Políticos*, Lisboa, Edição do Autor, 1973; **Augusto Casimiro**, *Sidónio Pais. Algumas Notas sobre a Intervenção de Portugal na Grande Guerra*, Porto, Livraria Chardron, 1919; **Augusto de Castro**, *Homens e Sombras*, ilustrações de Eduardo Malta, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1961; **João Chagas**, *Diário*, em vários volumes, republicado em 1986 pelas Edições Rolim, com prefácio de João B. Serra; **Cunha e Costa**, *A Igreja Católica e Sidónio Pais*, Coimbra, Coimbra Editora,

1921; **Sousa Costa**, *Páginas de Sangue. Buíças, Costas e C.^a*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1939; **Visconde do Porto da Cruz**, *Paixão e Morte de Sidónio... e o Mais que se Seguiu... Memórias e Apontamentos para a História*, Funchal, Tipografia Esperança, 1928; **Teófilo Duarte**, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Portugália, 1941; **João Eloy**, *Memórias. De Inspector da Polícia Judiciária do Porto a Director da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa após a Implantação da República em Portugal*, Lisboa, edição de Madalena Eloy e Pedro Eloy, 2012; **Pedro Fazenda**, *A Crise Política (em Portugal)*, Lisboa, Lumen Empresa Internacional Editora, 1921; **Aurélio da Costa Ferreira**, «O Dr. Sidónio Pais (ensaio de etologia)», *Revista de História*, ano 9, n.^{os} 33-36, 1920, pp. 69-70; **Tomás da Fonseca**, *Memórias do Cárcere (Subsídios para a História Contemporânea)*, Coimbra, França & Arménio, 1919; **Fernando Garcia**, *Sidónio Pais. Um Ensaio de Psicologia Política*, Setúbal, Associação Setubalense de Caridade, 1921; **Sérgio Gouveia**, *O Dr. Sidónio Pais e a República Nova, 1910-1918*, Lisboa, M. Pinto, 1918; **Cunha Leal**, *Eu, os Políticos e a Nação*, Lisboa, Portugal-Brasil, s.d.; *Coisas dos Tempos Idos. As Minhas Memórias*, volume 2 – *Na Periferia do Tufão de 1 de Janeiro de 1917 a 28 de Maio de 1926*, Lisboa, edição de autor, 1967; **Artur Leitão**, *Situação Política. Cartas a Um Conselheiro da República e Resposta de Sua Excelência*, Coimbra, Tipografia França Amado, 1918; **Campos Lima**, *No Reino da Traulitânia. 25 Dias de Reacção Monárquica no Porto*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919; **Sebastião de Magalhães Lima**, *Episódios da Minha Vida. Memórias*

Documentadas com Fotografias e Caricaturas, vol. 1, Lisboa, Livraria Universal de Armando J. Tavares, 1928, de que existe edição contemporânea, da Perspectivas & Realidades, 1985; **Bernardino Machado**, *O Problema Externo e Interno de Portugal*, Lisboa, Tipografia Teixeira, 1919; *No Exílio*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1923; **Luís de Magalhães**, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925; **Abílio Maia**, *Na Morte de Sidónio Pais*, Tuy, Tipografia Regional, 1919; **Egas Moniz**, *Um Ano de Política*, Lisboa, Portugal-Brasil Limitada, 1919; **Jorge Botelho Moniz**, *O 18 de Abril (Elementos para a História duma Revolução Vencida)*, Lisboa, edição de autor, 1925; **Bruno de Montalvão**, *Perfil de Sidónio Pais. Apreciações Pessoais e Políticas*, Lisboa, Edições Expansão, 1942; **Roma Neto**, *A Morte do Dr. Sidónio Pais e a Situação Política. Resumo dos Acontecimentos da República Nova, 1917-1919*, Lisboa, Henrique Torres, s.d.; **Manuel Nunes**, *As Memórias de Um Agente da Polícia. O Chefe Pereira dos Santos Contou-me a sua Vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, Lda., 1945; **Maurício de Oliveira**, *O Drama de Canto e Castro. Um Monárquico Presidente da República*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 1944; **João Sarmiento Pimentel**, *Memórias do Capitão*, Porto, Editorial Inova, 1974; **Vasco de Barros Queiroz**, *Episódios da Vida do Político Thomé José de Barros Queiroz*, posfácio de João Medina, Lisboa, Eva, 1985; **José Relvas**, *Memórias Políticas*, 2 volumes, Lisboa, Terra Livre, 1978; **António Sardinha**, *Na Feira dos Mitos. Ideias & Factos*, Lisboa, Livraria Universal

de Armando Tavares, 1926; **Eduardo de Sousa**, *O Dezembrismo e a sua Política na Guerra (Para a História do Dezembrismo)*. Depoimento dum Testemunha, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1919; **Anselmo Vieira**, *A Crise Nacional*, Lisboa, J. Rodrigues & C.^a, 1926.

Entre a abundante literatura hagiográfica da época, e a título meramente exemplificativo: *Um Golpe de Estado. A Revolução de 8 de Dezembro*, Lisboa, João Romano Torres & C.^a, s.d.; *O Bem-Amado*, recolha de Alfredo Ferreira, Lisboa, Papelaria Camões, 1919; *No Funeral de Sidónio Pais, Mártir da Pátria*, prefácio de Henrique Fonseca Chaves, Lisboa, Empresa do Diário de Notícias, 1920; **Homem Cristo Filho**, *Les Porte-Flambeaux*, Paris, Éditions Fast, 1918; **Domitília de Carvalho**, *Lição às Alunas do Liceu de Garrett, no 30.º Dia do Falecimento do Sr. Dr. Sidónio Pais*, Lisboa, Oficinas Gráficas Editoras, 1919; **Condessa de Ficalho**, *A Transladação. Simples Impressões Sinceras*, Lisboa, Livraria Aillaud, 1919; **Fernandes Costa**, *Elogio Académico do Dr. Sidónio Pais*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1919; **Maria Feio**, *Pátria e Coração. A Festa das Crianças em Sintra Promovida pelo Chefe do Estado*, Lisboa, Edição do Grémio Técnico Português, 1918; *Sidónio Pais através do Coração*, Lisboa, Lumen, 1921; **Ernesto Mendes Massano**, *Homenagem à Gloriosa Memória do Presidente Sidónio Pais*, Lisboa, s.n., 1918; **A. Pimenta**, *Salvem a Pátria! Valsa Triste para Piano*, Porto, Livraria A. J. d'Almeida, 1919.

Na literatura, destaca-se naturalmente o nome de **Fernando Pessoa**, *À Memória do Presidente-Rei*, Lisboa, Editorial Império, 1940,

originalmente publicado in *Acção. Órgão do Núcleo de Acção Nacional*, Lisboa, n.º 4, 27 de fevereiro de 1920; de Pessoa, veja-se também «O sentido do sidonismo», in *Da República (1910-1935)*, recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão, introdução e organização de Joel Serrão, Lisboa, Ática, 1978, pp. 231-267; «Na Farmácia do Evaristo», in *ult. ob. cit.*, pp. 271-294. Pode igualmente citar-se: **José Rodrigues Miguéis**, *O Milagre segundo Salomé. Lenda Contemporânea*, 2 volumes, Lisboa, Estudos Cor, 1974; **Alves Redol**, *Os Reinegros*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1972; **Pierre Benôit**, *Le Prêtre Jean*, Paris, Albin Michel, 1952; **Álvaro Guerra**, *Café República. Folhetim do Mundo Vivido em Vila Velha (1914-1945)*, Lisboa, Edições O Jornal, 1982; **Artur Villares**, *A Leva da Morte*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988; **Maria Velho da Costa**, *Missa in Albis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1989; **Fernando Assis Pacheco**, *Trabalhos e Paixões de Benito Prada, Galego da Província de Ourense que Veio a Portugal Ganhar a Vida*, Lisboa, Edições O Jornal, 1993; **Garcia Barreto**, *A Cidade dos Lacraus*, Lisboa, Editorial Escritor, 1994; **Francisco Moita Flores**, *Mataram o Sidónio!*, Alfragide, Casa das Letras, 2010; **José Jorge Letria**, *Morro Bem, Salvem a Pátria! Narrativa. Reflexão sobre Portugal, até que Ponto Mudámos, desde a Noite Fria de Dezembro em que Sidónio Tombou por Terra?*, Porto, Ambar, 2005; *Morro Bem, Salvem a Pátria! O Retrato de Sidónio Pais, Um Presidente Populista Amado pelas Mulheres e Celebrado por Fernando Pessoa*, Alfragide, Oficina do Livro, 2010.

Sidónio Pais foi o político republicano que mais importância deu à imagem e ao poder do cinema, tendo instituído os Serviços Cinematográficos do Exército, pelo que existem diversas peças documentais sobre a sua ação, tais como: Artur Costa Macedo, *Aclamação de Sidónio Pais*, 1918, P/B, mudo, 35mm; Leitão de Barros, *A Proclamação do Presidente da República*, 9-5-1919, P/B, mudo, 25mm, Lusitânia Film; *Viagem ao Norte do Presidente Sidónio Pais*, 1918, Serviços Cinematográficos do Exército, P/B, mudo, 35mm. Entre as obras visuais contemporâneas, destaque para os documentários «Sidónio Pais, chefe carismático», com realização de José Mexia e guião de João Medina, Lisboa, Universidade Aberta, 1995; «O Homem que matou Sidónio Pais», de Bruno Niel, RTP-Valentim de Carvalho, 2008; «Sidónio Pais, 1872-1918», Museu da Presidência da República-RTP, 2023; e, mais recentemente, «Memória Fotográfica – Sidónio Pais», de Rui Tavares, RTP-2, 12 de dezembro de 2018. No YouTube está também disponível o programa «Sidónio Pais, o presidente-rei que fascinou Pessoa», da Rádio Observador, conversa de Jaime Nogueira Pinto e Jaime Gama moderada por José Manuel Fernandes, 2017.

O arquivo de Sidónio Pais encontra-se digitalizado e está disponível em linha na página do Museu da Presidência da República. O processo do exame pericial ao cadáver de Sidónio Pais, existente no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, foi restaurado em 2018 com o apoio do Museu da Presidência da República.

Agradeço, muito penhorado, a leitura atenta e os comentários feitos por Elsa Alípio, Luís Bigotte Chorão e Armando Malheiro da Silva.

O Essencial sobre

- 1 Irene Lisboa**
Paula Morão
- 2 Antero de Quental**
Ana Maria A. Martins
- 3 A Formação da Nacionalidade**
José Mattoso
- 4 A Condição Feminina**
Maria Antónia Palla
- 5 A Cultura Medieval Portuguesa (Sécs. XI a XIV)**
José Mattoso
- 6 Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa**
Jorge Dias
- 7 Josefa d'Óbidos**
Vítor Serrão
- 8 Mário de Sá-Carneiro**
Clara Rocha
- 9 Fernando Pessoa**
Maria José de Lancastre
- 10 Gil Vicente**
Stephen Reckert
- 11 O Corso e a Pirataria**
Ana Maria P. Ferreira
- 12 Os «Bebés-Proveta»**
Clara Pinto Correia
- 13 Carolina Michaëlis de Vasconcelos**
Maria Assunção Pinto Correia
- 14 O Cancro**
José Conde
- 15 A Constituição Portuguesa**
Jorge Miranda
- 16 O Coração**
Fernando de Pádua
- 17 Cesário Verde**
Joel Serrão
- 18 Alceu e Safo**
Albano Martins
- 19 O Romanceiro Tradicional**
J. David Pinto-Correia
- 20 O Tratado de Windsor**
Luís Adão da Fonseca
- 21 Os Doze de Inglaterra**
A. de Magalhães Basto
- 22 Vitorino Nemésio**
David Mourão-Ferreira
- 23 O Litoral Português**
Ilídio Alves de Araújo
- 24 Os Provérbios Medievais Portugueses**
José Mattoso
- 25 A Arquitectura Barroca em Portugal**
Paulo Varela Gomes
- 26 Eugénio de Andrade**
Luís Miguel Nava
- 27 Nuno Gonçalves**
Dagoberto Markl
- 28 Metafísica**
António Marques
- 29 Cristóvão Colombo e os Portugueses**
Avelino Teixeira da Mota

- 30 **Jorge de Sena**
Jorge Fazenda Lourenço
- 31 **Bartolomeu Dias**
Luís Adão da Fonseca
- 32 **Jaime Cortesão**
José Manuel Garcia
- 33 **José Saramago**
Maria Alzira Seixo
- 34 **André Falcão de Resende**
Américo da Costa Ramalho
- 35 **Drogas e Drogados**
Aureliano da Fonseca
- 36 **Portugal e a Origem
da Liberdade dos Mares**
Ana Maria Pereira Ferreira
- 37 **A Teoria da Relatividade**
António Brotas
- 38 **Fernando Lopes-Graça**
Mário Vieira de Carvalho
- 39 **Ramalho Ortigão**
Maria João L. Ortigão
de Oliveira
- 40 **Fidelino de Figueiredo**
A. Soares Amora
- 41 **A História das Matemáticas
em Portugal**
J. Tiago de Oliveira
- 42 **Camilo**
João Bigotte Chorão
- 43 **Jaime Batalha Reis**
Maria José Marinho
- 44 **Francisco de Lacerda**
J. Bettencourt da Câmara
- 45 **A Imprensa em Portugal**
João L. de Moraes Rocha
- 46 **Raul Brandão**
A. M. B. Machado Pires
- 47 **Teixeira de Pascoaes**
Maria das Graças Moreira
de Sá
- 48 **A Música Portuguesa
para Canto e Piano**
José Bettencourt da Câmara
- 49 **Santo António de Lisboa**
Maria de Lourdes Sirgado
Ganho
- 50 **Tomaz de Figueiredo**
João Bigotte Chorão
- 51/ **Eça de Queirós**
- 52 Carlos Reis
- 53 **Guerra Junqueiro**
António Cândido Franco
- 54 **José Régio**
Eugénio Lisboa
- 55 **António Nobre**
José Carlos Seabra Pereira
- 56 **Almeida Garrett**
Ofélia Paiva Monteiro
- 57 **A Música Tradicional
Portuguesa**
José Bettencourt da Câmara
- 58 **Saúl Dias/Júlio**
Isabel Vaz Ponce de Leão
- 59 **Delfim Santos**
Maria de Lourdes Sirgado
Ganho
- 60 **Fialho de Almeida**
António Cândido Franco
- 61 **Sampaio (Bruno)**
Joaquim Domingues

- 62 **O Cancioneiro Narrativo Tradicional**
Carlos Nogueira
- 63 **Martinho de Mendonça**
Luís Manuel A. V. Bernardo
- 64 **Oliveira Martins**
Guilherme d'Oliveira Martins
- 65 **Miguel Torga**
Isabel Vaz Ponce de Leão
- 66 **Almada Negreiros**
José-Augusto França
- 67 **Eduardo Lourenço**
Miguel Real
- 68 **D. António Ferreira Gomes**
Arnaldo de Pinho
- 69 **Mouzinho da Silveira**
A. do Carmo Reis
- 70 **O Teatro Luso-Brasileiro**
Duarte Ivo Cruz
- 71 **A Literatura de Cordel Portuguesa**
Carlos Nogueira
- 72 **Sílvio Lima**
Carlos Leone
- 73 **Wenceslau de Moraes**
Ana Paula Laborinho
- 74 **Amadeo de Souza-Cardoso**
José-Augusto França
- 75 **Adolfo Casais Monteiro**
Carlos Leone
- 76 **Jaime Salazar Sampaio**
Duarte Ivo Cruz
- 77 **Estrangeirados no Século XX**
Carlos Leone
- 78 **Filosofia Política Medieval**
Paulo Ferreira da Cunha
- 79 **Rafael Bordalo Pinheiro**
José-Augusto França
- 80 **D. João da Câmara**
Luiz Francisco Rebello
- 81 **Francisco de Holanda**
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
- 82 **Filosofia Política Moderna**
Paulo Ferreira da Cunha
- 83 **Agostinho da Silva**
Romana Valente Pinho
- 84 **Filosofia Política da Antiguidade Clássica**
Paulo Ferreira da Cunha
- 85 **O Romance Histórico**
Rogério Miguel Puga
- 86 **Filosofia Política Liberal e Social**
Paulo Ferreira da Cunha
- 87 **Filosofia Política Romântica**
Paulo Ferreira da Cunha
- 88 **Fernando Gil**
Paulo Tunhas
- 89 **António de Navarro**
Martim de Gouveia e Sousa
- 90 **Eudoro de Sousa**
Luís Lóia
- 91 **Bernardim Ribeiro**
António Cândido Franco
- 92 **Columbano Bordalo Pinheiro**
José-Augusto França

- 93 **Averróis**
Catarina Belo
- 94 **António Pedro**
José-Augusto França
- 95 **Sottomayor Cardia**
Carlos Leone
- 96 **Camilo Pessanha**
Paulo Franchetti
- 97 **António José Brandão**
Ana Paula Loureiro de Sousa
- 98 **Democracia**
Carlos Leone
- 99 **A Ópera em Portugal**
Manuel Ivo Cruz
- 100 **A Filosofia Portuguesa (Sécs. XIX e XX)**
António Braz Teixeira
- 101/ **O Padre António Vieira**
102 Aníbal Pinto de Castro
- 103 **A História da Universidade**
Guilherme Braga da Cruz
- 104 **José Malhoa**
José-Augusto França
- 105 **Silvestre Pinheiro Ferreira**
José Esteves Pereira
- 106 **António Sérgio**
Carlos Leone
- 107 **Vieira de Almeida**
Luís Manuel A. V. Bernardo
- 108 **Crítica Literária Portuguesa (até 1940)**
Carlos Leone
- 109 **Filosofia Política Contemporânea (1887-1939)**
Paulo Ferreira da Cunha
- 110 **Filosofia Política Contemporânea (desde 1940)**
Paulo Ferreira da Cunha
- 111 **O Cancioneiro Infantil e Juvenil de Transmissão Oral**
Carlos Nogueira
- 112 **Ritmanálise**
Rodrigo Sobral Cunha
- 113 **Política de Língua**
Paulo Feytor Pinto
- 114 **O Tema da Índia no Teatro Português**
Duarte Ivo Cruz
- 115 **A I República e a Constituição de 1911**
Paulo Ferreira da Cunha
- 116 **O Capital Social**
Jorge Almeida
- 117 **O Fim do Império Soviético**
José Milhazes
- 118 **Álvaro Siza Vieira**
Margarida Cunha Belém
- 119 **Eduardo Souto Moura**
Margarida Cunha Belém
- 120 **William Shakespeare**
Mário Avelar
- 121 **Cooperativas**
Rui Namorado
- 122 **Marcel Proust**
António Mega Ferreira
- 123 **Albert Camus**
António Mega Ferreira
- 124 **Walt Whitman**
Mário Avelar

- 125 **Charles Chaplin**
José-Augusto França
- 126 **Dom Quixote**
António Mega Ferreira
- 127 **Michel de Montaigne**
Clara Rocha
- 128 **Leonardo Coimbra**
Ana Catarina Milhazes
- 129 **Pablo Picasso**
José-Augusto França
- 130 **O Diário da República**
Guilherme d'Oliveira Martins
- 131 **Vergílio Ferreira**
Helder Godinho
- 132 **A Companhia Nacional de Bailado**
Mónica Guerreiro
- 133 **Os Ballets Russes em Lisboa**
Maria João Castro
- 134 **Dante Alighieri**
António Mega Ferreira
- 135 **O Teatro de Henrique Lopes de Mendonça**
Duarte Ivo Cruz
- 136 **Mário Cláudio**
Martinho Soares
- 137 **Viana da Mota**
Bruno Caseirão
- 138 **A Língua Portuguesa como Ativo Global**
Luís Reto, Nuno Crespo,
Rita Espanha, José Esperança
e Fábio Valentim
- 139 **Teolinda Gersão**
Annabela Rita e Miguel Real
- 140 **Os Salvadores Portugueses**
Margarida de Magalhães
Ramalho
- 141 **Aristides de Sousa Mendes**
Cláudia Ninhos
- 142 **Os Portugueses no Sistema Concentracionario do III Reich**
Fernando Rosas (coordenação),
Ansgar Schaefer, António
Carvalho, Cláudia Ninhos
e Cristina Clímaco
- 143 **A Seara Nova**
Luís Andrade
- 144 **O Diário de Lisboa**
Cláudia Lobo
- 145 **Charles Baudelaire**
Jorge Fazenda Lourenço
- 146 **Ruben A.**
Fernando Pinto do Amaral
- 147 **Hamlet**
Maria Sequeira Mendes
- 148 **A Constituição de 1822**
António Pedro Barbas Homem
- 149 **As Três Marias**
Joana Meirim
- 150 **Philip Roth**
Mário Avelar
- 151 **Manuel Maria Barbosa du Bocage**
Daniel Pires
- 152 **José Saramago**
Carlos Reis e Sara Grünhagen
- 153 **A PIDE**
Irene Flunser Pimentel

- 154 **O IPO Lisboa**
Helena da Silva
- 155 **O Surrealismo Português**
Clara Rocha
- 156 **Natália Correia**
Luiz Fagundes Duarte
- 157 **O Serviço Nacional de Saúde**
José Martins Nunes
- 158 **A Eneida**
Carlos Ascenso André

O livro **O ESSENCIAL SOBRE
SIDÓNIO PAIS**
é uma edição da
IMPRESA NACIONAL
tem como autor
ANTÓNIO ARAÚJO
edição e revisão de
DIOGO MORAIS BARBOSA
paginação de
SANDRA GOMES
design e capa do ateliê
SILVADESIGNERS
Tem o ISBN 978-972-27-3304-5
e o depósito legal 547 474/25.
A primeira edição
acabou de ser impressa no mês de **JUNHO**
do ano **DOIS MIL E VINTE E CINCO**
na **IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA.**
CÓD. 1027080

Imprensa Nacional
é a marca editorial da **INCM**
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa

impresanacional.pt
loja.incm.pt
facebook.com/ImprensaNacional
instagram.com/impresanacional.pt
editorial.apoiocliente@incm.pt

O E S S E N C I A L S O B R E

Sidónio Pais

António Araújo

Antes do golpe que o levou à chefia do Estado português, Sidónio Pais não se destacara em nada. Militar de baixa patente, académico sem originalidade ou rasgo, parlamentar apagado e ministro efémero, diplomata no Reich que só falou com o imperador uma vez, Sidónio tornou-se, sem que ninguém o esperasse, Presidente da República e Comandante em Chefe das Forças de Terra e Mar. Este livro acompanha a vida daquele a quem muitos chamaram «Presidente-Rei», numa tentativa de explicar as causas para a sua ascensão meteórica e para o mito que ainda hoje o rodeia.

ISBN 978-972-27-3304-5



N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO